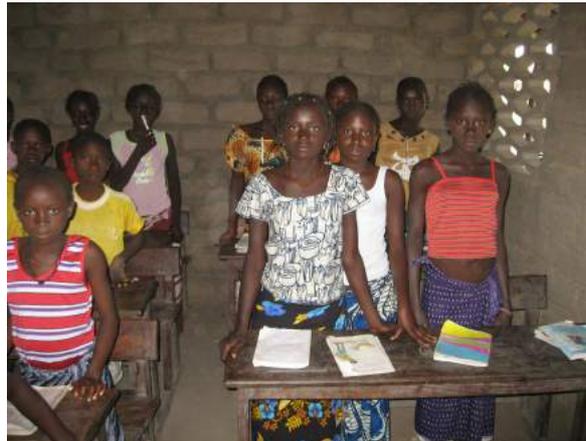




IPAD
Instituto Português
de Apoio ao Desenvolvimento



AVALIAÇÃO DE TRÊS INTERVENÇÕES NO SECTOR DA EDUCAÇÃO NA GUINÉ-BISSAU (2000-2007)

Equipa de Avaliação:

Maria Manuela Afonso (IPAD/GAAI, chefe da equipa)

Maria João Magalhães (IPAD/GAAI)

Mário Ribeiro (IPAD/GAAI)

Huco Monteiro (consultor guineense)

Março, 2008



Agradecimentos

Os autores agradecem o contributo dado por todos os interlocutores, guineense e portugueses, envolvidos no processo de avaliação. A sua abertura, disponibilidade e espírito de participação e diálogo foram determinantes para a realização da avaliação.

A equipa de avaliação agradece igualmente aos serviços da Embaixada de Portugal em Bissau o valioso apoio dado aquando da deslocação à RGB.

O conteúdo, análises, conclusões e recomendações expressos neste documento são única e exclusivamente da responsabilidade da equipa de avaliação e não traduzem necessariamente a posição do IPAD.



ÍNDICE

Acrónimos	iv
SUMÁRIO EXECUTIVO	vi
1. Introdução	1
1.1. Âmbito e Objectivos da Avaliação.....	1
1.2. Questões Metodológicas e limitações da avaliação.....	1
1.3. Enquadramento.....	3
1.3.1. A Guiné-Bissau.....	3
1.3.2. A Cooperação Portuguesa.....	8
2. O Projecto “PAEIGB”	12
2.1. Breve historial.....	12
2.2. Os critérios de Avaliação.....	14
2.2.1. Relevância e Processo de Implementação.....	14
2.2.2. Eficácia.....	17
2.2.3. Eficiência.....	21
2.2.4. Previsão de Efeitos.....	22
2.2.5. Sustentabilidade.....	23
2.2.6. Coordenação e Complementaridade.....	25
2.2.7. Valor Acrescentado.....	26
2.2.8. Visibilidade.....	26
2.3. Constrangimentos.....	27
3 – O PASEG	29
3.1. Breve historial.....	29
3.2. Os critérios de avaliação.....	30
3.2.1. Relevância.....	30
3.2.2. Eficácia.....	31
3.2.3. Eficiência.....	43
3.2.4. Previsão de Efeitos.....	44
3.2.5. Sustentabilidade.....	46
3.2.6. Coordenação e Complementaridade.....	47
3.2.7. Valor Acrescentado.....	48
3.2.8. Visibilidade.....	49
3.3. Constrangimentos.....	49
4. Faculdade de Direito de Bissau	52
4.1. Breve historial.....	52
4.2. Os Critérios de Avaliação.....	56
4.2.1. Relevância.....	56
4.2.2. Eficácia.....	57
4.2.3. Eficiência.....	64
4.2.3. Impacto.....	67
4.2.4. Sustentabilidade.....	70
4.2.6. Coordenação e Complementaridade.....	71
4.2.7. Valor Acrescentado.....	72
4.2.8. Visibilidade.....	72
4.3. Constrangimentos.....	72
5. Conclusões e Recomendações	75
5.1. Conclusões.....	75
5.2. Recomendações.....	76
ANEXOS	79
Anexo 1 – Termos de Referência.....	80
Anexo 2 – Lista das Entidades e Pessoas contactadas.....	84
Anexo 3 – Lista de presenças nos Workshop.....	87
Anexo 4 – Encargos do PAEIGB.....	88
Anexo 5 - Análise dos Inquéritos aos ex-alunos.....	89
Anexo 6 – Focus Group.....	99
Anexo 7 - Protocolo entre o IPAD e a FDUL.....	106
Anexo 8 – Bibliografia.....	113

Acrónimos

APAD – Agência Portuguesa de Apoio ao Desenvolvimento
APD – Ajuda Pública ao Desenvolvimento
AT – Assistência Técnica
BM – Banco Mundial
CAD – Comité de Ajuda ao Desenvolvimento
CCP – Centro Cultural Português
CDE – Centros de Desenvolvimento Educativo
CDI – Centro de Documentação e Informação
CE – Comissão Europeia
CEARL – Centro de Estudos e Apoio às Reformas Legislativas
CEDEAO – Comunidade Económica de Desenvolvimento dos Estados da África Ocidental
CENFA – Centro de Formação Administrativa
CIEE – Comissão Interdiocesana de Educação e Ensino
CIMA – Projecto Ciências e Matemática
COMES – Comissão de Estudo
CP – Cooperação Portuguesa
CPLP – Comunidade de Países de Língua Portuguesa
DENARP – Documento de Estratégia Nacional de Redução da Pobreza
DL – Decreto-Lei
DR – Diário da República
DRE – Direcção Regional de Educação
DSCGI – Direcção de Serviços de Coordenação Geográfica I
DSP – Direcção de Serviços de Planeamento
DST – Doenças Sexualmente Transmissíveis
EAPP – Estrutura de Apoio à Produção Popular
EB – Ensino Básico
EBC – Ensino Básico Complementar
EBE – Ensino Básico Elementar
ES – Ensino Secundário
ESE – Escola Superior de Educação
ETR – Equipas Técnicas Regionais
EUA – Estados Unidos da América
FAfD – Fundo Africano de Desenvolvimento
FCG – Fundação Calouste Gulbenkian
FDB – Faculdade de Direito de Bissau
FDC – Faculdade de Direito de Coimbra
FDUL – Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa
FEC – Fundação Evangelização e Culturas
FIDA – Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola
FNUAP – Fundo das Nações Unidas para a População
GAAI – Gabinete de Avaliação e Auditoria Interna
GAERI – Gabinete de Assuntos Europeus e Relações Internacionais
GAP – Grupo de Apoio Pedagógico
GIPASE – Gabinete de Informação, Planificação e Análise do Sistema Educativo
GOA – Gabinete de Apoio às Oficinas
HIV – Vírus da Imunodeficiência Adquirida
ICA – Instituto Camões
ICP – Instituto da Cooperação Portuguesa
IDA – International Development Assistance
IICT – Instituto de Investigação Científica Tropical
INDE – Instituto Nacional para o Desenvolvimento da Educação
INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa
IP – Instituto Politécnico
IPAD – Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento
ISU – Instituto de Solidariedade e Cooperação Universitária
LP – Língua Portuguesa
MED – Ministério da Educação
MEES – Ministério da Educação e Ensino Superior

MNE – Ministério dos Negócios Estrangeiros
MUSD – Milhões de Dólares Norte-Americanos
NLTPS – Estudos Nacionais Prospectivos de Longo Prazo
NTIC – Novas Tecnologias de Informação e Comunicação
OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
ODM – Objectivos de Desenvolvimento do Milénio
OfLP – Oficinas de Língua Portuguesa
OGE – Orçamento Geral do Estado
OHADA – Organização para a Harmonização em África do Direito dos Negócios
OMS – Organização Mundial de Saúde
ONG – Organização Não Governamental
ONGD – Organização Não Governamental para o Desenvolvimento
PAC – Plano Anual de Cooperação
PAEB – Programa de Apoio ao Ensino Básico
PAEIGB – Projecto de Apoio à Educação no Interior da Guiné-Bissau
PALOP – Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
PAM – Programa Alimentar Mundial
PASEG – Programa de Apoio ao Sistema Educativo na Guiné-Bissau
PIB – Produto Interno Bruto
PIC – Programa Indicativo de Cooperação
PIP – Plano de Investimento Público
PNA/EPT – Plano Nacional de Acção/Projecto Educação para Todos
PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
RDN – Rádio Difusão Nacional
RGB – República da Guiné-Bissau
RIA – Registo Informático das Avaliações
RTP – Rádio Televisão Portuguesa
TdR – Termos de Referência
TEB – Teatro Experimental de Bissau
TGB – Televisão da Guiné-Bissau
UAC – Universidade Amílcar Cabral
UCB – Universidade Colinas do Boé
UCCLA – União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa
UE – União Europeia
UEMOA – União Económica e Monetária Oeste Africana
UNTA – United Nations Regular Programme of Technical Assistance
UNTG – União Nacional dos Trabalhadores da Guiné
USAID – Agência de Cooperação Norte-Americana
USD – Dólares Norte-Americanos

SUMÁRIO EXECUTIVO

INTRODUÇÃO

A presente avaliação é um exercício interno realizado pelo GAAI, com a colaboração de um consultor guineense contratado para a análise das intervenções PAEIGB e PASEG. Tem como âmbito as intervenções “PAEIGB, “PASEG” e “FDB”, no período 2000-2007, consideradas estruturantes no apoio da Cooperação Portuguesa (CP) ao sector da educação da Guiné-Bissau (RGB).

Tal como é referido nos TdR, os objectivos da avaliação são:

- Apreciar o desempenho da CP nas três intervenções, nomeadamente, o seu contributo para a melhoria do nível educacional;
- Apreciar o grau de cumprimento dos resultados esperados;
- Identificar eventuais ajustamentos das intervenções (actividades, modalidades de trabalho, etc.) tendo em atenção os resultados e os efeitos pretendidos nas populações alvo;
- Apreciar a relevância e a sustentabilidade das três intervenções;
- Identificar estrangulamentos, propor formas de os superar e fazer recomendações, no quadro da elaboração do novo ciclo de programação com a RGB.

LIMITAÇÕES DA AVALIAÇÃO

A avaliação deparou-se com algumas dificuldades que limitaram a apreciação dos critérios de avaliação, a saber:

- Grande dificuldade em obter informação desagregada sobre a educação na Guiné-Bissau, facto que limitou a análise da eficácia e dos efeitos. A equipa teve de recorrer exclusivamente aos dados fornecidos pelas intervenções, dada a escassez de informação estatística actualizada a nível nacional.
- A disparidade de dados sobre o mesmo indicador foi uma constante não só sobre as estatísticas da Guiné-Bissau mas, também, sobre a Cooperação Portuguesa.
- A discrepância entre fontes de informação dentro do IPAD (entre as diferentes Direcções de Serviço) e entre o IPAD e os executores.
- A existência de informação dispersa, fragmentada, pouco sistematizada ou insuficiente, no IPAD, relativamente aos 3 projectos, desde 2000. Até 2002 os dados são inexistentes ou escassos, e/ em alguns casos contraditórios. A informação sobre o acompanhamento é insuficiente, quer do ponto

de vista da execução financeira, quer de indicadores de resultados, o que limitou a análise quer da eficácia, quer da eficiência.

- A ausência de objectivos específicos, actividades e resultados esperados nas fichas de projecto, impedindo uma análise rigorosa dos resultados alcançados, limitando, por um lado, os mecanismos de acompanhamento e, por outro, a possibilidade de apreciação dos critérios de avaliação.
- A avaliação não incluiu a análise da adequabilidade das metodologias utilizadas quer no PAEIGB, quer no PASEG, na formação de formadores, aspecto que deverá ser objecto de análise por parte do Ministério da Educação português.

RESULTADOS

1. PAEIGB

- O PAEIGB é relevante quer para a RGB quer para Portugal.
- Os dados e informações disponíveis e os resultados alcançados permitem afirmar que foi eficaz, ainda que não tenha havido quantificação prévia dos resultados a atingir pelo Projecto.
- A análise da eficiência foi dificultada quer pela ausência de informação quanto aos recursos financeiros utilizados quer quanto à sua estrutura, quer ainda pela dificuldade de encontrar indicadores de eficiência.
- Face aos resultados alcançados é possível identificar efeitos ao nível individual (beneficiários directos) quer ao nível local e regional, traduzindo-se no aumento da capacidade técnica e pedagógica dos professores e dos inspectores da DRE, da utilização e compreensão da LP, incutindo hábitos de leitura, e da sensibilização da população para a importância da escola e da educação.
- Ao nível da sustentabilidade, há indícios de apropriação individual e institucional e inserção sociocultural mas se o apoio da CP parar não há garantias de um normal funcionamento das actividades do Projecto, facto que advém da natureza frágil das instituições em causa.
- Houve alguma coordenação e complementaridade entre este projecto e outras intervenções da CP, nomeadamente com o PASEG, bem como com outros



doadores, como foi o caso da articulação e trabalho conjunto com ONGD. Também houve articulação com instituições locais, nomeadamente com o INDE e as DRE.

- A intervenção no EB constitui uma mais valia da CP não só pelo profundo conhecimento da realidade mas também pela língua comum, colocando Portugal numa posição privilegiada de actuação ao nível do sistema de ensino guineense.
- Apesar de se tratar de um projecto desenvolvido no interior da RGB a sua visibilidade estendeu-se a todo o país, sobretudo graças à colaboração com rádios locais. Também teve ecos em Portugal e Espanha, através da sua divulgação em eventos específicos.
- Os principais constrangimentos sentidos situam-se ao nível da própria natureza do Estado guineense, das fragilidades do sistema de ensino, da heterogeneidade dos beneficiários alvo e da sobreocupação dos docentes guineenses, a par do não reconhecimento da formação para efeitos de progressão na carreira.

2. PASEG

- O PASEG é relevante quer para a RGB quer para Portugal. No primeiro caso apoia um subsector tradicionalmente negligenciado pela cooperação internacional, o qual se debate com inúmeros problemas. No segundo caso, o programa integra-se nas prioridades da CP não só de apoio aos sistemas de ensino mas também de apoio à consolidação da LP.
- O PASEG tem centrado a sua intervenção em 4 grandes áreas: leccionação no Ensino Secundário; formação de professores do EB; alfabetização e outras actividades, convergindo todas para o objectivo de consolidação da LP.
- A análise da eficácia foi dificultada pela ausência de objectivos específicos, actividades, recursos e resultados devidamente quantificados. O PASEG foi evoluindo ao longo do tempo, iniciando que só no ano lectivo 2007/08 se começou a estruturar correctamente, mantendo-se no entanto as dúvidas quanto aos resultados propostos.
- Apesar das dificuldades em quantificar resultados, o apoio ao EB, até 2006/07, indicia maior eficácia dada a sua focalização na formação de formadores/orientadores de estágio. A alfabetização está a dar os primeiros passos sendo ainda prematuro falar de

eficácia. A panóplia de outras actividades desenvolvidas pelos professores portugueses tem vindo a crescer de ano para ano, correndo-se o risco de centrarem a atenção nos aspectos que não são os centrais desta intervenção.

- A criação, em 2006/07, dos GAP, como novo mecanismo de apoio pedagógico aos professores guineenses, poderá produzir melhores resultados no apoio ao ensino secundário, pelos efeitos multiplicadores que terá.
- Não foi possível apreciar a eficiência, quer pela inexistência do custo global do programa quer porque os dados existentes são insuficientes e/ou contraditórios, acrescidos pela ausência de indicadores.
- Não foi possível identificar com rigor efeitos no sistema de ensino em geral, e nos estabelecimentos de ensino em que se implementa em particular, dada a ausência de indicadores, podendo contudo afirmar-se que existe uma nova dinâmica nos liceus abrangidos, graças às OfLP.
- Ao nível da sustentabilidade, apesar de alguns indícios de apropriação das OfLP com a formação de colaboradores locais, se o apoio parar, não há garantias do seu normal funcionamento nem de que os conhecimentos adquiridos pelos beneficiários directos se consolidem.
- Foi possível identificar sinergias com o PAEIGB, ao nível do TEB, e com a FDB, na leccionação de LP, bem como com o CCP, na organização de cursos de LP e de iniciação à informática.
- A visibilidade do PASEG é grande, não só nos liceus mas também em Bissau, não tanto pelas actividades centrais do programa mas pela panóplia de actividades extra-curriculares que os professores portugueses desenvolvem, quer nas escolas, através das OfLP, quer fora delas.
- Os principais constrangimentos do PASEG situam-se ao nível da concepção do próprio programa e do contexto em que actua.
- Apesar das limitações, este programa aparece como um “balão de oxigénio” que evitou a implosão do sistema educativo guineense, num momento em que se registava uma clara e inquietante retracção dos parceiros internacionais.

3. FDB

- O projecto da FDB é relevante quer para a RGB quer para Portugal, dando um contributo importante não só para a



consolidação do Estado de direito na RGB como para a credibilização e prestígio da CP.

- O Projecto é eficaz no alcançar dos resultados, quer ao nível da licenciatura, quer da formação de um quadro de docentes guineenses, quer ainda nos serviços que presta à comunidade e tem sido capaz de se adaptar às solicitações das autoridades guineenses.
- O Projecto indicia eficiência quando comparados os custos anuais, suportados pela CP, por aluno da FDB com os das universidades portuguesas.
- Os impactos do Projecto são visíveis ao nível da sociedade e do ensino superior guineenses bem como ao nível dos beneficiários directos da formação. O nível de qualificação dos recursos humanos nos tribunais aumentou significativamente, contribuindo para a aceitação e credibilização da justiça. Também são visíveis impactos no fortalecimento das organizações da sociedade civil. No domínio do ensino superior a FDB serviu de estímulo e modelo ao desenvolvimento de outras instituições, fornecendo também quadros docentes. Ao nível individual a ascensão social e laboral é clara, não existindo desemprego entre os licenciados.
- Começam a estar criadas as condições para a sustentabilidade institucional, científica e pedagógica, mas a sustentabilidade financeira é nula.
- Tem havido coordenação e articulação com outros projectos e actores da cooperação, nomeadamente com o PASEG, ICA e FCG. O Projecto tem sabido potenciar sinergias com instituições internacionais como é o caso do PNUD.
- O Projecto constitui um claro valor acrescentado da CP, actuando numa área que dificilmente outro doador faria com mais eficácia.
- O reconhecimento do Projecto, e da CP por essa via, é grande na sociedade guineense não só pelo rigor e prestígio que a FDB tem mas também pelas actividades extracurriculares que desenvolve e pelo contributo que dá à sociedade guineense em geral.
- Os constrangimentos do Projecto relacionam-se, por um lado com a natureza do Estado guineense e, por outro, com os atrasos nos processos burocráticos em Lisboa, nomeadamente nos desembolsos e na concessão de vistos.

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

CONCLUSÕES

- A natureza de Estado frágil da RGB, nomeadamente a fraca capacidade institucional e financeira, limita o diálogo e a implementação das actividades. Neste contexto, qualquer intervenção deve ser perspectivada a prazo, em particular na educação onde os resultados e efeitos só se fazem sentir a longo prazo.
- A intervenção da cooperação portuguesa no sector da educação é muito relevante, nos diferentes níveis, quer pelo facto de a maior parte dos doadores se ter retirado da RGB, quer porque constitui um claro valor acrescentado, atendendo à língua e matriz jurídica comuns.
- As três intervenções, como expressão da solidariedade para com o país que acabava de sair de um devastador conflito, contribuíram para elevar e consolidar a imagem de Portugal na RGB.
- Não foi possível fazer uma análise da eficiência. A análise da eficácia do PAEIGB e, sobretudo, do PASEG foi dificultada pela ausência, desde o respectivo início, de objectivos específicos e indicadores de resultados devidamente quantificados. A sustentabilidade e apropriação colidem, nos três casos, com a natureza frágil das instituições e com a estrutural incapacidade financeira.
- Os efeitos das intervenções são difusos não sendo explícita uma correlação positiva entre estas e a utilização/compreensão da LP pelos beneficiários directos.
- Os impactos mais visíveis têm a ver com o projecto da FDB, marcado pelo rigor e qualidade da formação ministrada e pelo prestígio que tem junto da sociedade guineense, constituindo um projecto de referência na RGB, credibilizando e prestigiando a CP.
- Os mecanismos de acompanhamento utilizados pelo IPAD e a natureza da informação disponível foram insuficientes para realizar a avaliação. Em nenhum dos casos foi possível chegar a um valor exacto da participação do IPAD e, muito menos, aos valores globais de cada intervenção.
- A grande rotatividade dos técnicos do IPAD que acompanharam as intervenções reflecte-se na enorme incapacidade de reconstituir o ciclo das mesmas.
- O carácter anual da programação aparece como contraproducente quando as



intervenções têm uma duração plurianual, obrigando à repetição de processos burocrático-administrativos ineficazes.

RECOMENDAÇÕES

Das conclusões gerais e específicas de cada intervenção decorrem as seguintes recomendações, cujos destinatários se encontram identificados:

1. Continuar a apoiar o sector da educação na RGB, não só através das intervenções avaliadas mas também ao nível da capacitação institucional do próprio Ministério da Educação, numa óptica de abordagem sectorial integrada. A formação de professores deverá ser a grande prioridade. **(IPAD+RGB)**
2. A aposta no apoio à consolidação da LP deve continuar, pela importância que esta tem na afirmação da RGB no contexto regional. **(IPAD+RGB)**
3. O IPAD deve melhorar os mecanismos de acompanhamento, criando uma base de dados que contenha informação desagregada e sistemática de todas as intervenções, bem como indicadores de progresso e de realização. **(IPAD)**
4. Os executores das diferentes intervenções da CP devem fazer esforços de coordenação. O IPAD deve promover essa coordenação, quer na fase de concepção, quer de execução, através de reuniões regulares com todos os actores portugueses no terreno, no sentido de promover a complementaridade e potenciar sinergias na sua actuação. **(MED/PASEG/FEC/FDUL/IPAD)**
5. O PASEG deve ser revisto e estruturado com objectivos, metas e resultados a alcançar, devendo centrar a sua atenção na capacitação institucional e na formação de professores, única forma de poder produzir mudanças qualitativas significativas e duradouras no sistema de ensino a médio e longo prazo. **(IPAD+MED)**
6. A leccionação nos liceus deve ser abandonada e os professores portugueses devem centrar a sua atenção na formação em exercício. Estrategicamente, a formação de professores, feita de forma avulsa, deve dar lugar a um apoio mais estruturado, preferencialmente na formação inicial. **(IPAD+MED)**
7. O PASEG deve, também, incorporar a capacitação institucional, contribuindo para colmatar, no curto prazo, a incapacidade do MEES em produzir um conjunto de documentos essenciais, inclusivamente para o bom andamento do programa. **(MED/PASEG)**
8. O alargamento do PASEG aos liceus do interior deve ser equacionado de forma faseada, em articulação com o projecto “Mais Escola”, na medida em que o programa tiver capacidade para libertar os necessários recursos. **(IPAD+MED/PASEG/FEC)**
9. Deve ser feita a avaliação regular da intervenção, do ponto de vista didáctico e pedagógico, para apreciar a eficácia das metodologias utilizadas e a relevância do perfil dos formadores. Esta tarefa deve competir, em primeiro lugar, ao Ministério da Educação de Portugal. **(IPAD+MED/PASEG)**
10. O perfil do coordenador do PASEG deve ser definido em função dos objectivos a atingir e das actividades a implementar. Este coordenador deve estar em permanência no terreno e evitar grande dispersão relativamente ao objectivo principal do programa. **(MED/PASEG)**
11. Na Alfabetização, que já avançou focalizada na formação, deve haver articulação com as autoridades guineenses, no sentido de se tentarem algumas sinergias com as restantes intervenções no terreno. **(MED/PASEG/RGB)**
12. A sustentabilidade da FDB passa pela assumpção plena das responsabilidades científicas e pedagógicas inerentes e pela capacidade de direcção e gestão da FDB, áreas que deverão merecer atenção nos próximos anos do projecto. A estratégia de saída (ainda que a médio prazo), deve identificar claramente o processo de apropriação e assumpção de responsabilidades da parte guineense. **(FDUL)**
13. A RGB deve criar os documentos orientadores e enquadradores do sistema de ensino, definindo e implementando uma lei de bases do sistema educativo, um estatuto da carreira docente, fazer a reforma curricular; definir um sistema de formação em exercício, para além da formação inicial dos professores. **(RGB)**
14. A RGB deve aprovar o estatuto do ensino superior e da UAC e definir claramente o modelo de integração da FDB no ensino superior público. **(RGB)**
15. O MEES deve reflectir sobre a necessidade de se adoptar um sistema de formação em serviço, certificado pelas entidades competentes, e susceptível de contribuir para o percurso profissional dos formandos. Neste



quadro, a formação dispensada pelo PAEIGB e pelo PASEG deve ser objecto de análise, para eventual efeito de progressão dos professores na carreira. **(RGB)**

16. Para reduzir o absentismo na formação poderá ser equacionada a concessão de um subsídio. Para o efeito, será necessário fazer um estudo sobre o nº de professores do ensino secundário na RGB e sua distribuição por grupos disciplinares, para se estimar os custos inerentes. A existirem, os subsídios deverão ser pagos em função da efectiva frequência da formação. **(IPAD/RGB)**
17. No MEES da RGB deve existir um ponto focal para o acompanhamento dos diferentes projectos no sector da educação, que seja facilitador do diálogo entre os diferentes actores, agilize a execução e promova a necessária articulação das diferentes intervenções da cooperação. **(RGB)**
18. A FEC deve, em futuros projectos, quantificar os objectivos, recursos e resultados a alcançar. **(FEC)**
19. Os serviços portugueses (SEF e Embaixada) deverão encontrar mecanismos mais céleres e expeditos relativamente à concessão de vistos para os alunos a quem a Cooperação Portuguesa concede bolsa de estudo. Este trabalho de articulação/agilização poderá ser equacionado e implementado no quadro da modernização da Administração Pública (SIMPLEX). **(SEF+Embaixada/MNE)**

1. Introdução

1.1. Âmbito e Objectivos da Avaliação

A presente avaliação tem como âmbito as intervenções “PAEIGB, “PASEG” e “FDB”, no período 2000-2007, consideradas estruturantes no apoio da Cooperação Portuguesa (CP) ao sector da educação da Guiné-Bissau (RGB).

Tal como é referido nos TdR, os objectivos da avaliação são:

- Apreciar o desempenho da CP nas três intervenções, nomeadamente, o seu contributo para a melhoria do nível educacional;
- Apreciar o grau de cumprimento dos resultados esperados;
- Identificar eventuais ajustamentos das intervenções (actividades, modalidades de trabalho, etc.) tendo em atenção os resultados e os efeitos pretendidos nas populações alvo;
- Apreciar a relevância e a sustentabilidade das três intervenções;
- Identificar constrangimentos, propor formas de os superar e fazer recomendações, no quadro da elaboração do novo ciclo de programação com a RGB.

1.2. Questões Metodológicas e limitações da avaliação

A presente avaliação é um exercício interno realizado pelo GAAI, com a colaboração de um consultor guineense contratado para a análise das intervenções PAEIGB e PASEG.

Os TdR (Anexo 1) foram elaborados pelos técnicos do GAAI e postos à consideração do IPAD, dos executores das intervenções e das autoridades guineenses, através da Embaixada de Portugal em Bissau.

Tendo por base os TdR, a equipa de avaliação procedeu à recolha e análise da documentação e informação disponível no IPAD sobre as 3 intervenções, bem como à realização de entrevistas com os respectivos detentores de interesse em Lisboa (Anexo 2). Foi igualmente feita uma pesquisa de documentação relevante na Internet, sobre a problemática da educação e da luta contra a pobreza na Guiné-Bissau e da abordagem da educação em Estados frágeis. Esta fase permitiu identificar algumas constatações e conclusões preliminares.

A fase principal da avaliação decorreu na Guiné-Bissau, entre 30 de Novembro e 14 de Dezembro de 2007. Centrou-se na verificação das constatações preliminares e na identificação e apreciação de dados novos que apenas estavam disponíveis no terreno. Para além da visita aos locais onde decorrem as intervenções, foram realizadas reuniões com os seus executores, actores e informadores chave, quer ao nível central, dos Ministérios, quer descentralizado, bem como com outros doadores presentes na Guiné-Bissau (**Anexo 2**).

A visita ao terreno também permitiu auscultar junto dos beneficiários directos das intervenções as suas perspectivas relativamente às mesmas. No final da missão foram apresentadas as conclusões e recomendações preliminares num *workshop* realizado nas instalações do Centro Cultural Português em Bissau, momento em que os presentes (**Anexo 3**) puderam expressar as suas opiniões e comentar os resultados e recomendações apresentados. Foi realizado um workshop final, em Lisboa, para apresentação dos resultados preliminares da avaliação e para discussão da versão provisória do relatório (**Anexo 3**).

A avaliação foi efectuada de acordo com os princípios definidos no “Guia de Avaliação” do IPAD e em consonância com os objectivos e parâmetros definidos nos TdR. Dado tratar-se de 3 intervenções com um historial diferente, a análise dos critérios de avaliação teve enfoques diferentes, consoante a intervenção em causa. No caso do PAEIGB trata-se de uma avaliação final enquanto que no PASEG é uma avaliação no percurso. No primeiro caso, as questões de avaliação relacionadas com impactos e sustentabilidade carecem de limitações de análise, o mesmo acontecendo com o PASEG no que diz respeito aos efeitos e sustentabilidade, podendo apenas fazer-se previsões. No caso da FDB, apesar de se tratar de uma avaliação no percurso, dada a longevidade do projecto a preocupação central, mais do que apreciar a eficácia, eficiência e relevância do apoio (ainda que analisadas), centrou-se na análise da sustentabilidade, efeitos e impactos. Decorridos 16 anos, era necessário identificar nos beneficiários, na instituição e na sociedade guineense em geral os efeitos e impactos deste projecto. Por isso, a metodologia adoptada foi diferente. Para além da análise documental e das reuniões e entrevistas com executores e beneficiários directos, utilizaram-se ferramentas que permitem identificar efeitos e impactos nos três níveis referidos: foram implementados inquéritos¹ a ex-alunos (**Anexo 5**) e realizadas duas sessões de focus group (**Anexo 6**), quer com ex-alunos, quer com detentores de interesse da sociedade guineense.

- **Limitações da avaliação**

A avaliação deparou-se com algumas dificuldades que limitaram a apreciação dos critérios de avaliação, a saber:

- Grande dificuldade em obter informação desagregada sobre a educação na Guiné-Bissau, facto que limitou a análise da eficácia e dos efeitos. A equipa teve de recorrer exclusivamente aos dados fornecidos pelas intervenções, dada a escassez de informação estatística actualizada a nível nacional.

¹ Os inquéritos foram elaborados e adaptados a partir do modelo utilizado por “Augusto Mateus & Associados”, na Avaliação da Política de Bolsas do IPAD, em 2006.

- A disparidade de dados sobre o mesmo indicador foi uma constante não só sobre as estatísticas da Guiné-Bissau mas, também, sobre a Cooperação Portuguesa.
- A discrepância entre fontes de informação dentro do IPAD (entre as diferentes Direcções de Serviço) e entre o IPAD e os executores.
- A existência de informação dispersa, fragmentada, pouco sistematizada ou insuficiente, no IPAD, relativamente aos 3 projectos, desde 2000. Até 2002 os dados são inexistentes ou escassos, e/ em alguns casos contraditórios. A informação sobre o acompanhamento é insuficiente, quer do ponto de vista da execução financeira, quer de indicadores de resultados, o que limitou a análise quer da eficácia, quer da eficiência.
- A ausência de objectivos específicos, actividades e resultados esperados nas fichas de projecto, impedindo uma análise rigorosa dos resultados alcançados, limitando, por um lado, os mecanismos de acompanhamento e, por outro, a possibilidade de apreciação dos critérios de avaliação.
- A avaliação não incluiu a análise da adequabilidade das metodologias utilizadas quer no PAEIGB, quer no PASEG, na formação de formadores, aspecto que deverá ser objecto de análise por parte do Ministério da Educação português.

1.3. Enquadramento

1.3.1. A Guiné-Bissau

A Guiné-Bissau é um pequeno Estado da África ocidental, com uma superfície de 36.125km², 1,6 milhões de habitantes e uma taxa de crescimento demográfico anual de 3%. Estima-se que, em 2015, terá 2,2 milhões de habitantes. Em 2005, a população urbana representava apenas 29,6% do total. A estrutura etária é muito jovem – 47,4% da população tem menos de 15 anos – e a esperança média de vida à nascença é de 45,5 anos, registando-se taxas de mortalidade infantil de 124‰ e de mortalidade infantil com menos de 5 anos de 200‰.

A economia assenta fundamentalmente na agricultura (61,8% do PIB), com os serviços a contribuírem com 26,8% e a indústria apenas 7,2% para o PIB. Com um PIB *per capita* de 827 USD (em 2005) e um Índice de Desenvolvimento Humano de 0,374 (175º, na lista dos 177 do PNUD), a RGB é um dos países mais pobres do mundo, também classificado como Estado frágil.² A pobreza agravou-se depois do conflito político-militar de 1998-99, vivendo cerca de 65% da

² Embora o conceito não seja consensual, de acordo com a OCDE, os Estados frágeis são Estados que carecem de vontade política e capacidade suficiente para desenvolver e implementar políticas centradas nos pobres (OCDE, 2006, *Whole-of-Government Approaches to fragile states*), ainda que o nível de fragilidade seja variável entre Estados dentro desta categoria.

população em pobreza absoluta.³ A incidência da pobreza é maior no interior do que em Bissau. Estima-se que na região mais pobre, Oio, a taxa de pobreza humana atinja 79,6% da população. As disparidades entre regiões devem-se principalmente aos diferentes acessos da população aos serviços sociais de base, particularmente a saúde, educação e água potável, e às fontes de rendimento. A taxa de analfabetismo, estimada em 65%, aumenta para 85% se considerarmos apenas a população feminina.

A Guiné-Bissau comprometeu-se a adoptar os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM), tendo para o efeito elaborado a estratégia nacional de redução da pobreza (DENARP) (iniciada em 2001, concluída em 2004 e corrigida em 2005). No quadro do DENARP foram definidos como eixos principais⁴:

- 1) Reforçar a governação, modernizar a administração pública e assegurar a estabilidade macroeconómica;
- 2) Promover o crescimento económico e a criação de empregos;
- 3) Aumentar o acesso aos serviços sociais e às infra-estruturas de base;
- 4) Melhorar as condições de vida dos grupos vulneráveis.

As dificuldades financeiras do país são grandes, pondo em causa a implementação do DENARP, dependendo, em mais de 85%, de recursos externos. A dependência externa é visível no peso da APD: em 2005, ascendeu a 79,1 MUSD, representando 49,9 dólares *per capita* e 26,3% do PIB.⁵

Portugal tem sido o principal doador bilateral desde 2000, sendo os maiores doadores multilaterais a Comissão Europeia e a IDA (quadro 1).

No segundo semestre de 2006, foi criado o Grupo de Parceiros da Guiné-Bissau, para coordenar os esforços de ajuda, os quais se encontram ainda numa fase muito inicial, limitando-se à partilha de informação entre doadores. Foram criados subgrupos, para agilizar a coordenação. Portugal preside ao subgrupo do desenvolvimento humano (educação, saúde e género), tendo sido realizadas duas reuniões até ao momento.⁶

³ DENARP; 2005, pp.12.

⁴ DENARP; 2005, pp.30.

⁵ J. Sachs, no relatório do UN Millennium Project (2005) *A Practical Plan to Achieve the Millennium Development Goals* (NY: PNUD), diz que para colmatar o fosso financeiro necessário para atingirem os ODM, os países de baixo rendimento necessitam de uma rápida ajuda externa de 40-50 dólares *per capita* em 2006 e 70-100 dólares *per capita* em 2015. Isto quer dizer que os valores da Guiné-Bissau são próximos dos referidos por Sachs.

⁶ A equipa de avaliação assistiu à segunda dada a mesma ter coincidido com a deslocação ao terreno.



Quadro 1 – APD líquida, em milhões de USD

Doadores	2000	2001	2002	2003	2004	2005	Total
Doadores bilaterais							
Canadá	0,2	0,1	0,3	0,3	0,7	2	3,6
Espanha	0,8	0,8	0,9	2	1,5	2,3	8,3
EUA	0,6	0,1	3,8	2,4	0,1	1,4	8,4
França	6,7	3,9	4	3,6	5,4	15,6	39,2
Holanda	11	8	3,6	5,1	3,3	2,6	33,6
Portugal	15	13,4	6,6	8,3	12,1	13,5	68,9
Suécia	2,5	2,1	1,8	2,3	2,4		11,1
Doadores Multilaterais							
CE	17,4	18	22,3	19,8	14,1	16,3	107,9
FaID		1,2	-0,4	5,9	2,1	2	10,8
IDA	10,7	5,5	5,1	12,6	25,6	12,9	72,4
PAM	0,2	1	1,7	1,2	2,2	2,1	8,4
PNUD	0,9	1	2,3	2,4	2,6	2,7	11,9
UNICEF	1,1	1	1,1	1	1,3	1,6	7,1
UNTA	1,7	1,5	1,8	2,1	2	2	11,1
TOTAL	80,4	59,2	59,4	145,2	77	79,1	500,3

Fonte: OCDE, 2005 e 2006.

- **O sistema educativo da Guiné-Bissau**

O sistema educativo da Guiné-Bissau, na sua vertente formal, estrutura-se em quatro níveis de ensino: (i) ensino pré-escolar, destinado às crianças dos 3 aos 6 anos; (ii) ensino básico, que incide nos seis primeiros anos de escolaridade (EBE + EBC); (iii) ensino secundário geral e complementar, compreendendo os níveis da 7^a à 11^a classe e, finalmente; (iv) o ensino superior. O ensino técnico e profissional é inexpressivo e nunca ficou claro qual o seu papel e estatuto no sistema educativo. O sistema não-formal abrange a Alfabetização e Educação de Adultos e as escolas de tipo madrassas.

No EB, para além das escolas públicas existem escolas privadas, emergentes nos últimos anos, que assumem diferentes configurações. “Podemos numa primeira categorização, fazer uma distinção ente estabelecimentos ligados à igreja, seja cristã, seja muçulmana, e os estabelecimentos criados por entidades cujo impulso inicial não seja de ordem religiosa.⁷ As escolas comunitárias são uma espécie de contraparte rural do surto repentino de escolas privadas nos principais centros urbanos, como resposta à crise da escola pública”. Dentro deste tipo de escolas existem as escolas de autogestão e as escolas populares.⁸ (Monteiro, 2005).

⁷ Todavia, convém destacar que todas as escolas ligadas à igreja não são iguais, no sentido em que em algumas o ensino e a prática religiosos entram como conteúdo nos programas ministrados (tendência confessional), enquanto noutras não. Uma outra categorização possível das escolas privadas permite estabelecer uma distinção entre estabelecimentos criados e administrados por associações, e os que foram criados e dirigidos por empresários em nome individual, inclusive algumas madrassas. Seja qual for a configuração, as escolas privadas têm em comum o pagamento de uma propina pela escolaridade, variável entre os 1.000 francos (...) e os 50 mil francos. (Monteiro, 2005).

⁸ As de autogestão subdividem-se, ainda em dois tipos: escolas estatais, em que os pais, preocupados em minimizar os efeitos da crise, negociaram com o Estado e resolveram assumir parte dos encargos financeiros decorrentes do

É ao Ministério da Educação e Ensino Superior (MEES) que compete definir e conduzir a política nacional da educação, formação e pesquisa científica. Do ponto de vista orgânico o Ministério estrutura-se em direcções gerais, departamentos de carácter técnico administrativo, departamentos e institutos encarregues da concepção, supervisão e controlo da Educação, órgãos consultivos e estruturas autónomas de concepção, pesquisa e formação, tais como o Instituto Nacional para o Desenvolvimento da Educação (INDE) e o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa (INEP). A tendência para uma progressiva descentralização, conhecida pelas estruturas de administração educativa, no início dos anos noventa, sofreu um nítido retrocesso na sequência do conflito militar de 1998. A educação possui uma estrutura desconcentrada em cada uma das regiões administrativas, através das Direcções Regionais de Educação (DRE). Atendendo à configuração geográfica de algumas regiões, a representação administrativa do Ministério desdobra-se em sub-regiões: Bubaque, que cobre as ilhas do chão Bijagó, e Ingore que superintende toda a zona Norte do rio Cacheu.

O número de alunos inscritos nas diferentes escolas públicas e privadas do ensino básico (EB) e secundário (ES) passou de 180.682, em 1999/2000, para cerca de 331.601, em 2005/2006, o que representa uma quase duplicação dos efectivos escolares. Em consequência desta forte procura que tem caracterizado a educação nos últimos anos, a taxa bruta de escolarização elevou-se para 93,2% no EB e para 85,2% a nível global.⁹

A distribuição dos alunos por níveis de ensino e por sexo põe em evidência alguns desequilíbrios no funcionamento do sistema. Por um lado, cerca de 80% dos efectivos estão no EB, com 265.291 alunos, contra 16,9% no ensino secundário e apenas 3,1% no ensino pré-escolar, denunciando um elevado nível de desperdício e um sistema excessivamente selectivo no seu funcionamento. Por outro lado, apesar de uma notória melhoria do peso das raparigas nos efectivos escolares, passando de 40,5%, em 2000, para 46,8%, em 2005/2006, as diferenças de género são ainda substanciais.

funcionamento das escolas, nomeadamente o salário dos professores. Assim sendo, os pais tomam uma parte mais activa na administração do estabelecimento, juntamente com a direcção da escola nomeada pelo Estado. Uma outra situação é a das "escolas criadas ou revitalizadas" pelas populações, com o apoio da comissão diocesana. Neste caso os professores são pagos pelo Estado. As escolas populares são estabelecimentos criados quer por particulares, quer por grupos de moradores de um bairro, que funcionam num modelo de gestão comunitária, em que os pais contribuem para o funcionamento da escola e participam na sua gestão (Monteiro, 2005).

⁹ A taxa líquida de escolarização no ensino primário aumentou 5,7% em média por ano, ligeiramente abaixo do ritmo de 5,1% necessário para assegurar a educação universal até 2015. Mas, os atrasos na educação são tais que apenas 3% dos alunos inscritos no último ano de ensino primário têm idade para o frequentar. No ensino secundário a situação é ainda mais preocupante na medida em que apenas um em cada 1000 alunos frequenta o último ano sem atrasos na escolarização.

Quadro 2 – Efectivos e taxas de escolarização, por nível de ensino e por sexo (2005/06)

	Rapazes	%	Raparigas	%	Total	%
Ensino pré-escolar	4980	48,1	5367	51,9	10347	3,1
Ensino básico	138370	52,2	126921	47,8	265291	80,0
Ensino secundário	32908	58,8	23055	41,2	55963	16,9
Total	176258	53,2	155343	46,8	331601	100

Fonte: GIPASE, 2008.

Apesar de uma taxa bruta de escolarização, que ultrapassa as expectativas anunciadas na Declaração de Política Educativa de 2001, a análise do perfil de escolarização põe em evidência elevadas taxas de retenção (27% no EBE)¹⁰ e de abandono (26% no EBE). O elevado custo de oportunidade da frequência da escola, a inadequação e falta de programas escolares e a deficiente rede escolar (quase metade das escolas primárias do país continuam a não oferecer o ciclo básico completo), a par das incompatibilidades de ordem cultural e religiosa, da participação das crianças na agricultura e noutras actividades produtivas e da prática do casamento prematuro e forçado das raparigas, contribuem para que só 32,5% dos que entram na 1ª classe atinjam a 6ª classe agravando-se a situação no caso das raparigas – a taxa de abandono é ainda mais elevada: apenas 37% das raparigas atinge a 4ª classe contra 57% dos rapazes.

A disparidade entre rapazes e raparigas, já substantiva à entrada da primeira classe do ensino básico (1.34, em 1999/2000), acentua-se à medida que se avança nos anos de formação, para atingir uma relação de 1.60 na 4ª classe, sendo as desigualdades de acesso mais marcantes no meio rural do que nos centros urbanos (100% de acesso para os rapazes nos centros urbanos contra 92% para as raparigas e 95% de acesso para rapazes no meio rural contra 60% para as raparigas). Em termos regionais, é em Bafatá e Gabu que se registam as menores taxas de escolarização – 37,7% e 47,9%, respectivamente (PNA/EPT, 2004).

A baixa qualidade do ensino-aprendizagem é actualmente um dos maiores desafios da escola guineense, a qual se deve à conjugação de diversos factores desfavoráveis, com destaque para a inadequação e a desactualização dos currícula, a inexistência de manuais nas escolas, as deficiências linguísticas e pedagógicas dos professores, o insuficiente número de horas de aulas, a par das colossais carências que os alunos acusam.

Grande parte dos professores (60%) carece de formação. A maioria dos professores do ensino básico é recrutada apenas com a instrução primária: dos quase 4000 professores, somente cerca de um terço possui qualificação própria para o exercício docente. No Ensino Secundário a situação não é melhor, pois apenas cerca de 50% dos professores em exercício tem a habilitação

¹⁰ Correspondendo às primeiras 4 classes do Ensino Básico.

profissional requerida. O sistema de formação em exercício revela-se insuficiente para colmatar as lacunas. As estratégias de sobrevivência levam à acumulação de empregos, para contornar os baixos salários (e não pagos atempadamente), o que impossibilita, na prática, a frequência de acções de formação com carácter continuado.

A formação de professores, ainda que insuficiente, é assegurada pela Escola Normal 17 de Fevereiro, para os docentes do ensino básico, e pela Escola Tchico Té, para os do ensino secundário.

Os principais problemas do sector situam-se, contudo, a quatro níveis, a montante das escolas:

1. A incapacidade de o próprio Ministério se organizar para os desafios que se colocam à educação, de manter uma estrutura estável e de cumprir com o aspecto mais elementar da sua missão. Não existe um diploma que defina as finalidades do sistema, os seus objectivos e sua organização;
2. A inexistência de uma visão para o sector, capaz de se consubstanciar numa política de longo prazo. A grande rotação da tutela gera rupturas e descontinuidades que não favorecem a implementação de políticas ou a prossecução de uma estratégia (que exigem tempo e estabilidade);
3. O esforço público dedicado à educação, medido seja através da parte da educação do OGE (11%), seja na percentagem do PIB consagrado ao sector (5,2%, entre 2002 e 2005), configura valores muito baixos quando comparados com os padrões da sub-região ou da CPLP;
4. E, para agravar a situação, o sector já não beneficia de um contexto internacional favorável como no passado. A educação, à imagem do que acontece com o país, vem registando uma nítida tendência para a retracção dos parceiros internacionais. Os suecos, que desde a independência eram os principais doadores, retiraram-se definitivamente nos finais dos anos noventa. Seguiu-se a cooperação holandesa e, em 2005, o PAEB/Firkidja, projecto financiado pelo Banco Mundial, em cujo apoio repousava todo o funcionamento do sistema educativo após a retirada da cooperação sueca, chegou ao seu fim. Ultimamente, os doadores de vulto do sector são Portugal, Plan Internacional, PAM e UNICEF.

1.3.2. A Cooperação Portuguesa

O documento orientador da Cooperação Portuguesa, “**Uma Visão Estratégica para a Cooperação Portuguesa**”, define como princípios orientadores: (i) *contribuir para a concretização dos ODM*; (ii) *contribuir para o reforço da segurança humana, em particular em “Estados frágeis” ou em situação pós-conflito*; (iii) *apoiar a lusofonia, enquanto instrumento de escolaridade e formação*; (iv) *apoiar o desenvolvimento económico, numa óptica de sustentabilidade social e*

ambiental; (v) participar mais activamente nos debates internacionais, em apoio ao princípio da convergência internacional em torno de objectivos comuns.

As prioridades geográficas são os países de língua e expressão portuguesa, nomeadamente os PALOP e Timor-Leste, e as prioridades sectoriais (i) a Boa Governação, Participação e Democracia; (ii) o Desenvolvimento Sustentável e Luta contra a Pobreza;¹¹ e, (iii) a Educação para o Desenvolvimento¹².

A análise das estatísticas da APD portuguesa confirma a sua concentração geográfica nos PALOP e Timor-Leste. A Guiné-Bissau tem visto o volume de APD e seu peso relativo aumentar, passando de 3,6%, em 2002, para 7%, em 2006. Exceptua-se o ano de 2004, devido ao perdão da dívida a Angola mas, se ignorarmos este valor, a tendência crescente mantém-se (quadro 4).

Quadro 3
Ajuda Pública ao Desenvolvimento Portuguesa
2002/2006 (Dados Finais)

	2002		2003		2004		2005		2006	
		%		%		%		%		%
Milhares de Euros										
APD BILATERAL, TOTAL	197.443	100	161.494	100	702.446	100	175.644	100	168.333	100
ANGOLA	15.325	7,8	17.249	10,7	575.892	82,0	16.836	9,6	15.996	9,5
CABO VERDE	11.554	5,9	35.611	22,1	24.772	3,5	36.499	20,8	37.688	22,4
GUINÉ-BISSAU	7.051	3,6	7.304	4,5	9.767	1,4	10.874	6,2	11.761	7,0
MOÇAMBIQUE	25.367	12,8	16.920	10,5	19.516	2,8	18.150	10,3	17.268	10,3
SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE	13.806	7,0	9.856	6,1	10.299	1,5	9.224	5,3	8.952	5,3
PALOP **	15.193	7,7	4.280	2,7	4.047	0,6	4.295	2,4	2.891	1,7
TIMOR LESTE	80.485	40,8	37.781	23,4	20.568	2,9	27.907	15,9	30.674	18,2
OUTROS PAÍSES	28.662	14,5	32.492	20,1	37.585	5,4	51.859	29,5	43.103	25,6
APD MULTILATERAL, TOTAL	144.852	100	121.379	100	127.445	100	127.782	100	147.441	100
NAÇÕES UNIDAS	11.489	7,9	7.139	5,9	8.270	6,5	8.397	6,6	8.134	5,5
1.1. Nações Unidas - Agências, Fundos e Comissões	11.489	7,9	7.139	5,9	8.270	6,5	8.397	6,6	8.134	5,5
COMISSÃO EUROPEIA	77.766	53,7	78.232	64,5	90.508	71,0	102.708	80,4	99.139	67,2
2.1. Orçamento CE p/ Países em Desenvolvimento	64.642	44,6	60.966	50,2	63.708	50,0	76.600	59,9	72.740	49,3
2.2. FED - Fundo Europeu para o Desenvolvimento	13.124	9,1	17.266	14,2	25.585	20,1	22.601	17,7	24.347	16,5
2.3. BEI - Banco Europeu de Investimento					1.215	1,0	3.507	2,7	2.052	1,4
FMI, BANCO MUNDIAL E OMC	7.896	5,5	10.185	8,4	10.573	8,3	10.194	8,0	12.403	8,4
3.1. Grupo Banco Mundial	7.298	5,0	9.590	7,9	9.990	7,8	9.590	7,5	11.800	8,0
3.2. Organização Mundial do Comércio	598	0,4	595	0,5	583	0,5	604	0,5	603	0,4
BANCOS REGIONAIS DE DESENVOLVIMENTO	46.766	32,3	21.584	17,8	13.996	11,0	2.821	2,2	24.201	16,4
OUTRAS INSTITUIÇÕES MULTILATERAIS	935	0,6	4.239	3,5	4.097	3,2	3.662	2,9	3.564	2,4
das quais:										
GEF - Global Environment Facility	0	0,0	2.134	1,8	1.103	0,9	1.103	0,9	1.558	0,9
Protocolo de Montreal	355	0,2	1.130	0,9			50	0,0	473	0,3
CPLP - Community of Portuguese Speaking Countries ****					724	0,6	572	0,4	984	0,6
APD TOTAL	342.295		282.873		829.891		303.426		315.774	
Para referência:										
% APD/PNB										
% APD/RNB***	0,27		0,22		0,63		0,21		0,21	

Fonte: IPAD/DSP

** PALOP: Projectos conjuntos ou não discriminados por país.

*** RNB: Rendimento Nacional Bruto

**** CPLP adicionada à lista das organizações multilaterais em Junho de 2005. Aprovada a inclusão no Grupo de Trabalho de Estatística do CAD, Paris, 14-15 Junho 2005. Os montantes aqui incluídos respeitam às contribuições de carácter multilateral.

¹¹ No qual se inclui a educação, a saúde, o desenvolvimento rural, a protecção do ambiente e a gestão sustentável dos recursos naturais e o crescimento económico, o desenvolvimento do sector privado, a formação e a geração de emprego.

¹² "Uma Visão Estratégica para a Cooperação", pp. 19, Resolução do Conselho de Ministros n.º 196/05 de 22 de Dezembro.

Em termos de estrutura sectorial, a Ajuda portuguesa à Guiné-Bissau tem-se centrado nas infra-estruturas e serviços sociais, com destaque para a Educação e o Governo e Sociedade Civil (quadro 4).

Quadro 4

DISTRIBUIÇÃO SECTORIAL DA APD BILATERAL PORTUGUESA - GUINÉ-BISSAU
2002 - 2006 (Dados finais)

SECTORES	2002	%	2003	%	2004	%	2005	%	2006	%
100 I - INFRA-ESTRUTURAS E SERVIÇOS SOCIAIS	5.890.509	83,5	5.715.834	78,3	7.067.461	72,4	7.893.460	72,6	8.467.639	72,0
110 EDUCAÇÃO	2.877.019	40,8	2.732.212	37,4	3.212.892	32,9	3.083.103	28,4	3.392.739	28,8
120 SAÚDE	1.785.943	25,3	1.515.817	20,8	2.215.297	22,7	2.305.346	21,2	2.988.297	25,4
130 POPULAÇÃO/SAÚDE REPRODUTIVA					35.905	0,4		0,0		0,0
140 FORNECIMENTO DE ÁGUA E SANEAMENTO BÁSICO	12.571	0,2			52.370	0,5	117.495	1,1	99.725	0,8
150 GOVERNO E SOCIEDADE CIVIL	163.751	2,3	1.347.181	18,4	704.432	7,2	858.492	7,9	192.865	1,6
160 OUTRAS INFRA-ESTRUTURAS E SERVIÇOS SOCIAIS	1.051.225	14,9	120.624	1,7	946.565	8,7	1.529.024	14,1	1.794.013	15,3
200 II - INFRA-ESTRUTURAS E SERVIÇOS ECONÓMICOS	137.140	1,9	148.490	2,0	385.425	3,9	80.076	0,7	233.271	2,0
210 TRANSPORTE E ARMAZENAMENTO	2.961	0,0	13.287	0,2	2.500	0,0	500	0,0	10.581	0,1
220 COMUNICAÇÕES			92.205	1,3	357.295	3,7	79.576	0,7	107.695	0,9
230 ENERGIA: PRODUÇÃO E APROVISIONAMENTO										0,0
240 BANCOS E SERVIÇOS FINANCEIROS										0,0
250 NEGÓCIOS E OUTROS SERVIÇOS	134.179	1,9	42.998	0,6	25.630	0,3		0,0	114.995	1,0
300 III - SECTORES DE PRODUÇÃO	355.357	5,0	301.938	4,1	414.130	4,2	393.599	3,6	97.800	0,8
310 AGRICULTURA, SILVICULTURA E PISCAS	353.204	5,0	301.938	4,1	352.130	3,6	393.599	3,6	93.922	0,8
311 AGRICULTURA	353.204	5,0	301.938	4,1	344.054	3,5	393.599	3,6	93.922	0,8
312 SILVICULTURA										0,0
313 PISCAS					8.076	0,1		0,0		0,0
320 INDÚSTRIA, MINAS E CONSTRUÇÃO	0	0,0	0	0,0	62.000	0,6	0	0,0	3.878	0,0
321 INDÚSTRIA					62.000	0,6			3.878	0,0
322 INDÚSTRIAS EXTRACTIVAS (MINAS)										0,0
323 CONSTRUÇÃO										0,0
330 COMÉRCIO E TURISMO	2.153	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
331 COMÉRCIO										0,0
332 TURISMO	2.153	0,0								0,0
400 IV - MULTISECTORIAL/TRANSVERSAL	265.838	3,8	449.590	6,2	475.603	4,9	322.709	3,0	615.816	5,2
500 V - AJUDA A PROGRAMAS E AJUDA SOB A FORMA DE PRODUTOS									759.532	6,5
600 VI - ACÇÕES RELACIONADAS COM A DÍVIDA										0,0
700 VII - AJUDA HUMANITÁRIA	9.151	0,1	133.808	1,8	718.547	7,4	1.404.341	12,9	49.957	0,4
910 VIII - CUSTOS ADMINISTRATIVOS DOS DOADORES	7.667	0,1	554.490	7,6	198.102	2,0	152.470	1,4	313.234	2,7
920 IX - APOIO ÀS ORGANIZAÇÕES NÃO-GOVERNAMENTAIS	384.895	5,5			507.354	5,2	590.288	5,4	1.219.485	10,4
930 AJUDA AOS REFUGIADOS (NO PAÍS DOADOR)									4.705	0,0
998 X - NÃO AFECTADO NÃO ESPECIFICADO							37.521	0,3		0,0
TOTAL BILATERAL	7.050.557	100,0	7.304.150	100,0	9.766.622	100,0	10.874.464	100,0	11.761.439	100,0

Fonte: IPAD/DSP, 2007.

Dentro do sector da Educação, é a educação pós-secundária que tem merecido a maior atenção, destacando-se a concessão de bolsas de estudo e, a partir de 2003, os encargos com os estudantes guineenses que frequentam o ensino superior em Portugal ao abrigo do Regime Especial de Acesso (quadro 5), seguindo-se, em terceiro lugar, o apoio à FDB.

No apoio à educação primária, desde 2000, destaca-se o apoio financeiro à reabilitação física e apetrechamento das escolas no interior da RGB. No ensino secundário o PASEG tem absorvido, desde 2001, grande parte dos recursos e no Superior, se excluirmos os encargos com os estudantes guineenses a frequentar o Ensino Superior em Portugal, ao abrigo do Regime Especial de Acesso, a importância relativa do apoio à FDB cresce a partir de 2003, para atingir o valor mais elevado em 2006 (quadro 6).

Quadro 5 – Estrutura da APD portuguesa ao sector da Educação na Guiné-Bissau (2000-2007) (em %)

Educação	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007*	Total
Educação	2.991.328	3.050.985	2.877.019	2.732.212	3.335.033	3.083.103	3.392.739	3.054.234	24.866.059
111 - Educação, nível não especificado	1,5	4,1			0,6	1,0	1,0	3,0	1,4
11110 - Política educacional e gestão administrativa	1,5					0,1		0,1	0,2
11120 - Equipamento escolar e formação		2,8			0,5			0,0	0,4
11130 - Formação de professores		1,3			0,1	0,9	1,0	2,9	0,8
112 - Educação básica	2,1	5,9	14,1	13,3	24,4	16,7	16,5	4,1	12,2
11220 - Educação primária	2,1	5,9	14,1	12,8	24,2	16,7	16,5	4,1	12,1
Escola Portuguesa da Guiné Bissau	2,1	4,8	8,2	7,4		5,3	4,0	2,2	4,1
Apoio à Escola Normal 17 de Fevereiro (PASEG) - Formação de professores do Ensino Básico - PASEG 1ª vertente			0,8	0,0	0,0	0,1			0,1
COOPERAÇÃO INTERMUNICIPAL - Escola de Ensino Básico da UCCLA - Bissau		1,0							0,1
PASEG - Componente FEC (Fundação Evangelização e Culturas) - Formação e Ensino nas Regiões do Interior			5,1	5,4					1,2
Apoio financeiro ao projecto de reabilitação física e reapetrechamento de cerca de 50 escolas do ensino básico em regiões do interior					17,7		10,1		3,8
PAEIGB - Programa de Apoio ao Ensino Básico no interior na RGB (FEC - Fundação Evangelização e Cultura)					3,7	4,7		1,8	1,3
Ampliação da Escola Primária da UCCLA para o Cido Complementar					2,8	6,5	2,4		1,5
11230 - Formação básica para jovens e adultos				0,5	0,2	0,1			0,1
Alfabetização de Adultos na Guiné-Bissau - PASEG - 3ª Vertente				0,5	0,2	0,1			0,1
113 - Educação secundária	12,0	10,8	22,8	7,2	13,4	14,0	14,5	25,7	14,9
11320 - Educação secundária	5,4	7,0	21,5	6,7	11,3	13,9	14,5	25,7	13,1
Bolsas de estudo internas na Guiné-Bissau	5,3	4,5	5,0	1,4	1,9	1,2	1,5	0,9	2,6
Subsídio ao liceu de Ingoré	0,1								0,0
PASEG - Apoio ao ensino/aprendizagem da Língua Portuguesa no Ensino Secundário		1,3	11,2	0,6	8,7	11,0	11,9	24,8	8,7
LINHA EDUCAÇÃO - Programa de Reabilitação de três Liceus de Bissau		1,3	5,3						0,8
Bolsas para Ensino Secundário				4,7	0,7	1,7	1,1		1,0
11330 - Formação profissional	6,6	3,8	1,3	0,5	2,1	0,0	0,1		1,8
Bolsas Formação Profissional	6,0	3,8	1,3	0,5	0,1	0,0	0,1		1,4
Bolsas de Formação Profissional Concedidas	0,6								0,1
Formação Profissional - Cursos de Electricidade - Electrónica (Escola de Artes e Ofícios - Quelele)									0,3
114 - Educação pós-secundária	84,4	79,2	63,1	79,5	61,5	68,2	67,9	67,2	70,2
11420 - Ensino superior	84,4	79,2	63,1	79,5	61,4	67,8	67,9	67,2	144,4
Bolsas de Estudo para frequência do sistema educativo - Bolseiros	68,0	71,8	52,9	19,0	18,4	18,1	16,3	15,5	34,0
Cooperação com a Faculdade de Direito de Bissau (Faculdade de Direito Lisboa) - FDB	8,5	5,1	4,3	7,0	5,0	9,2	10,1	6,4	6,9
Rede de Docência (Leitores)	6,3	2,0	3,6	4,5	0,5	1,8	1,7	1,5	2,6
Bolsas de estudo	1,4	0,3	0,7	1,9	0,1	0,4			0,6
Concessão de bolsas de ensino superior							0,0		0,0
Centro de Língua Portuguesa / Instituto Camões de Bissau	0,3		0,9	0,5	0,5	0,9	0,4	0,4	0,5
Instituições Apoiadas			0,4		1,3	1,1	0,8	0,9	0,6
Escola Superior de Educação - Instituto Politécnico de Viana do Castelo - Educação para o Desenvolvimento			0,4						0,0
Encargos com estudantes guineenses que frequentam o Ensino Superior em Portugal ao abrigo do Regime Especial de Acesso				46,6	35,3	36,3	38,6	42,6	24,8
Cooperação Faculdade Direito Lisboa / Faculdade Direito Bissau - Plano Actividades 2004 e 2005					0,4				0,1
Apoio em material didáctico e informático às Universidades da Guiné-Bissau e à FDB							0,1		0,0
11430 - Formação técnica e gestora avançadas					0,1	0,4			0,1
Curso a Diplomacia Moderna - RGB					0,1	0,4			0,1
Total	100								

*Estimativa

Fonte: DSP/IPAD, 2007.

Quadro 6 – Estrutura do apoio ao ensino superior na Guiné-Bissau (2000-2007) (em %)

Apoio ao Ensino Superior	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007*	Total
Bolsas de Estudo	82,2	91,1	85,9	26,2	30,6	27,5	50,3	23,1	53,4
Apoio à FDB	10,1	6,4	6,8	8,8	9,0	13,7	31,5	9,5	10,7
Rede de Docência (Leitores)	7,5	2,5	5,8	5,7	0,8	2,7	5,1	2,2	4,0
Centro de Língua Portuguesa	0,3		1,5	0,6	0,8	1,4	1,2	0,6	0,7
Encargos com estudantes guineenses que frequentam o Ensino Superior em Portugal ao abrigo do Regime Especial de Acesso				58,6	58,5	54,0	11,9	63,3	31,0
Formação técnica avançada					0,2	0,6			0,1
Instituições apoiadas								1,3	0,2
Total	100	100	100	100	100	100	100	99	100

* Dados provisórios

Fonte: IPAD/DSP, 2007.

2. O Projecto “PAEIGB”

2.1. Breve historial

O Projecto de Apoio à Educação no Interior da Guiné-Bissau (PAEIGB) é um projecto centrado no Ensino Básico e executado pela Fundação Evangelização e Culturas (FEC). Foi iniciado em Janeiro de 2001, resultante de um acordo entre o ex-Instituto da Cooperação Portuguesa (ICP) e a FEC, no quadro de uma política de cooperação descentralizada ao abrigo do Programa Indicativo de Cooperação 2000-2002. Aquele acordo dava sequência ao primeiro protocolo entre as duas partes celebrado em Abril de 2000. Posteriormente a FEC celebrou também um acordo, para o sector da educação, com a Comissão Interdiocesana de Educação e Ensino (CIEE), organismo da Igreja Católica da Guiné-Bissau.

Concebido inicialmente com uma duração de 3 anos, o PAEIGB foi implementado em quatro regiões geográficas – Cacheu, Oio, Bafatá e Tombali. O projecto foi ao encontro da preocupação crescente da CIEE no que se refere à educação, nomeadamente através das escolas das missões católicas espalhadas por todo o território. As razões foram várias: no Oio, o projecto respondeu à dinâmica rede de escolas de autogestão apoiadas pelas Dioceses; Em Cacheu deu continuidade às ligações históricas que a FEC sempre manteve com esta região, onde já havia desenvolvido projectos na área da educação; Em Tombali, porque o acesso à educação básica era muito limitado; Por último, a escolha de Bafatá teve a ver com a importância conferida pela missão local à educação e com a criação na região da segunda Diocese da Guiné-Bissau.¹³

Da análise da implementação do PAEIGB distinguem-se duas grandes fases. A primeira, de Janeiro de 2001 a Agosto de 2003, é marcada por actividades de diagnóstico junto de diferentes públicos alvo, culminando na caracterização de cada uma das regiões de actuação, estabelecendo-se ao mesmo tempo os contactos institucionais necessários à implementação do projecto. Foram definidos programas de formação para os diferentes públicos-alvo, estruturaram-se planos de acção com metodologias e estratégias baseados no diagnóstico realizado. O projecto deu igualmente uma atenção especial à consolidação de parcerias.

A segunda fase iniciou-se em Setembro de 2003 e foi até Agosto de 2007. Após dois anos de implementação, o trabalho de terreno levou, no terceiro ano, à redefinição do público-alvo e das

¹³ A estratégia subjacente à selecção dos locais, parceiros e público-alvo envolvidos foi globalmente o de capacitar agentes educativos variados do ensino básico, com destaque desde o primeiro ano de intervenção para directores e subdirectores, professores, em particular os do Ensino Básico Elementar, formadores estatais e formadores de alguns estabelecimentos de ensino privados da rede da CIEE e de autogestão, designados de professores-recurso, de bibliotecários e de bibliotecários-recurso, comunidade em geral. Salienta-se, a propósito, a já referida tipologia de estabelecimentos de ensino com a qual o PAEIGB operou e com resultados distintos: escolas públicas com iniciativas de associações de emigrantes manjacos; escolas privadas; escolas comunitárias e escolas de autogestão.

acções. Como já foi referido, o projecto desenvolveu actividades em 4 regiões: Bafatá, Oio, Cacheu e Tombali. O alargamento a esta última área de intervenção na região Sul deparou-se com enormes dificuldades logísticas na implementação dos planos de trabalho. No quarto ano foi elaborado um plano de intervenção e as 3 áreas de actuação foram desdobradas em 9 acções mais específicas. De referir que, em 2005, na sequência do protocolo anual assinado entre a FEC e o IPAD, o projecto deu particular importância à promoção e defesa da língua portuguesa, com especial prioridade para as áreas da formação, ensino e comunicação. A partir de Setembro de 2007, a FEC iniciou um novo projecto – “Projecto + Escola” – fruto da reflexão sobre os resultados entretanto alcançados pelo PAEIGB.

O Projecto teve como objectivo global a promoção da qualidade da educação nas zonas rurais, em particular as mais desfavorecidas e isoladas do país. Os principais objectivos específicos foram:

1. Sistematizar acções de formação dirigidas a professores, directores, formadores locais e bibliotecários;
2. Produzir materiais didáctico-pedagógicos a utilizar pela comunidade educativa a partir da valorização dos recursos locais e dos saberes tradicionais;
3. Constituir uma rede de Bibliotecas/ Centros de Desenvolvimento Educativo a nível regional, sectorial e local;
4. Fortalecer o sistema de supervisão e acompanhamento de professores, directores, formadores locais e bibliotecários;
5. Contribuir para que pais/ encarregados de educação e comunidade local participem na gestão e dinâmica de funcionamento das escolas;
6. Promover estratégias de melhoria do ensino da língua portuguesa como língua segunda;
7. Facilitar a fixação de quadros docentes nas zonas rurais mais desfavorecidas do país;
8. Fortalecer as capacidades institucionais a nível descentralizado;
9. Promover a investigação e a divulgação dos resultados do PAEIGB.

O projecto teve a participação de algumas instituições parceiras e colaboradoras, quer em Portugal (ESE de Viana do Castelo e de Torres Novas, Universidade de Aveiro, Instituto de Solidariedade e Cooperação Universitária - ISU), quer na Guiné-Bissau (as ONGD Action Aid Guiné-Bissau e Plan Guiné-Bissau). O IPAD, a Conferência Episcopal Portuguesa e a Fundação Calouste Gulbenkian (FCG) foram os principais financiadores.

O PAEIGB foi alargando progressivamente a sua intervenção, apoiando e acompanhando docentes e directores de escola quer da (ou associados à) Igreja Católica e Missões Evangélicas, quer de escolas públicas. Ao nível das estruturas ministeriais, as equipas de projecto trabalharam sempre em articulação com as Direcções Regionais de Educação no sentido de concertar os temas de formação centrando-se também na importância da certificação das formações promovidas pela FEC, com vista ao seu reconhecimento na carreira docente.

O PAEIGB, através da organização de uma rede de Centros de Desenvolvimento Educativo (CDE)¹⁴ pretendeu também inserir-se nas iniciativas locais que contribuíssem para aumentar o acesso ao ensino básico das crianças ainda não escolarizadas e para a melhoria da qualidade da educação nas zonas rurais. O projecto, em concertação com outras iniciativas educativas oficiais, visava também contribuir para o reforço das capacidades institucionais a nível descentralizado e melhorar as condições de apoio ao desenvolvimento profissional e humano dos professores do ensino básico, dos directores de escola e de outros agentes educativos.

2.2. Os critérios de Avaliação

2.2.1. Relevância e Processo de Implementação

- **Relevância para a Guiné-Bissau**

Tendo em consideração que se trata de um projecto na área da educação, torna-se necessário atender à sua articulação com as políticas, estratégias e documentos orientadores para aquele sector da Guiné-Bissau. Nesta perspectiva, os objectivos do PAEIGB responderam adequadamente às necessidades do sistema educativo e às prioridades oficialmente definidos pelos governos da Guiné-Bissau para o sector, ao visarem a melhoria da qualidade da educação no interior da Guiné-Bissau, através: (i) da promoção da educação nas zonas rurais, em particular as mais desfavorecidas, (ii) do acesso à língua portuguesa, (iii) do fortalecimento da relação entre a comunidade e a escola e, (iv) do reforço de capacidades institucionais a nível local.

Por outro lado, os objectivos inscreveram-se nas orientações do DENARP e nos ODM, na sua preocupação em alargar o acesso a infra-estruturas sociais, nomeadamente uma escola de qualidade a regiões mais desfavorecidas e, em simultâneo, por incidir no ensino básico, que é o nível considerado prioritário, quer pelos documentos de orientação de política nacional, quer pelos parceiros do desenvolvimento. Por ser um projecto que visava elevar a qualidade do ensino, nomeadamente através da formação pedagógica dos professores do ensino básico e da produção

¹⁴ Implementação da Rede de Escolas Solidárias, acção realizada no período de 2003 a 2007, com o apoio do Departamento de Cooperação da Fundação Calouste Gulbenkian.

de materiais didácticos, encontrou eco na Declaração de Política Educativa e no PNA/EPT que definem como eixos prioritários, entre outros, a melhoria da qualidade da Educação, com particular incidência na formação de professores.¹⁵ Assim, os objectivos estabelecidos pelo Projecto vão ao encontro dos problemas identificados e das necessidades das populações alvo.

- **Relevância para a Cooperação Portuguesa**

Portugal tem como objectivo central da sua política de cooperação a redução da pobreza sendo a educação uma área central nesse contexto. O documento “Uma Visão Estratégica para a Cooperação Portuguesa”¹⁶ estabelece como uma das prioridades sectoriais a educação, nomeadamente no apoio à “escolaridade básica, incluindo a alfabetização de adultos, promovendo a concretização do segundo Objectivo de Desenvolvimento do Milénio”. Promover a qualidade da educação é uma condição essencial para a redução da pobreza o que torna o Projecto relevante para a CP.

- **Processo de implementação**

O projecto desenvolveu actividades em 4 regiões: Bafatá, Oio Cacheu e Tombali. A análise da sua implantação revela uma preocupação efectiva em levar uma educação de qualidade a zonas do interior do país. Em Bafatá, actuou em todos os 6 sectores da região, abarcando tanto as escolas privadas da cidade de Bafatá como as escolas comunitárias de Bambadinca, Cossé, Xitole, Ganadú e Contuboel. Na região de Cacheu, o projecto interveio em Caió, Ingoré, Canchungo e Calequisse, em escolas públicas e de autogestão e, sobretudo, em escolas públicas impulsionadas por iniciativas de associações de emigrantes manjacos. Na região de Oio, o projecto actuou em Bissorá, Mansôa e Nhoma. A tentativa de implantação em Tombali foi mal sucedida, devido a problemas logísticos levantados pela configuração física desta região e à falta de meios de transporte com que se debatia o projecto.

Em termos de tipologia, as escolas de iniciativa das comunidades representaram cerca de dois terços do total do projecto, constituindo as escolas comunitárias o seu maior número nomeadamente na região de Bafatá. Na região de Oio a parceria do projecto foi com escolas de autogestão, apoiadas pela missão católica, enquanto na região de Cacheu participaram tanto escolas públicas como privadas e comunitárias. Nesta região emergiu uma nova categoria de estabelecimentos, as chamadas escolas públicas com iniciativa comunitária. Esta categoria de escola é típica desta região, com forte componente de emigração, cujos filhos emigrados contribuem sobremaneira para o equipamento das aldeias com infra-estruturas sociais de base,

¹⁵ De referir que esta estratégia inscrevia-se, a nível internacional, na política de Educação para Todos apresentada em Jomtien (1990) e reiterada em Dakar no ano 2000.

¹⁶ Resolução de Conselho de Ministros 196/2005, de 22 de Dezembro.

mas sem reclamar a propriedade das mesmas. Se as escolas públicas “puras” estão sub-representadas no universo das escolas apoiadas pelo projecto isso deveu-se fundamentalmente a dificuldades já experimentadas em trabalhar com elas, tendo em conta a instabilidade existente (greves, paralisações várias, etc.), que perturbaram o normal funcionamento das actividades.

No que se refere aos formadores, a FEC recorreu a técnicos-voluntários com formações académicas muito heterogéneas, contemplando as 3 áreas de intervenção (formação pedagógica, formação em Língua Portuguesa e promoção de projectos socioeducativos), procurando que existisse em cada núcleo geográfico, no mínimo, um técnico capacitado para desenvolver as respectivas áreas de trabalho. Acresce que o PAEIGB teve a participação pontual de formadores de parceiros do Projecto (caso da ESE de Torres Novas e do ISU).

O apoio formativo aos professores decorreu sob diferentes modalidades. O projecto combinou seminários de formação, em que os professores receberam uma formação intensiva durante 3 a 5 dias, com a organização do trabalho por grupo disciplinar, sessões de formação mensais e comissões de estudo. A concluir o ciclo, foi elaborado um portefólio de cada professor com informações relevantes sobre os resultados do acompanhamento e desempenho de cada um, tendo por base um processo de avaliação contínua. Um outro modelo de relevo consistiu nos acompanhamentos realizados a professores através de observação em sala de aula e respectiva tutoria pós-observação.

Apesar de não ser reconhecida pelo MEES, a formação dispensada pelo PAEIGB indicia possuir qualidade científica e pedagógica¹⁷ devendo por isso ser tido em consideração aquando da adopção de um sistema de certificação da formação em serviço.

Para além da formação em serviço de professores efectivos e contratados ligados à função pública, o projecto funcionou também com professores comunitários. Na sua maioria, estes professores foram recrutados pela própria tabanca, possuindo, na generalidade, um nível de instrução muito baixo (entre a 4^a e a 9^a classe), apresentando graves carências no domínio da

¹⁷ Nos aspectos pedagógicos, o PAEIGB introduziu inovações no sistema de formação em serviço dos professores na RGB, de que se destacam: (i) a preparação de aulas e a planificação de conteúdos, com sessões quinzenais, trimestrais e anuais; (ii) o ensino da psicologia da criança, com destaque para métodos activos, por serem mais interactivos e centrados no aluno, com uma forte componente de aulas práticas; (iii) a gestão de turmas multi-níveis, atendendo a que a realidade prevalecente no interior da Guiné-Bissau leva muitas vezes à necessidade de organização de turmas integrando alunos de diferentes classes, nomeadamente em localidades pouco povoadas e sem possibilidade de beneficiar de um professor para cada nível ou classe; (iv) o ensino de ciências integradas, tendo em vista o ensino básico unificado preconizado nos documentos de política educativa; (v) a iniciação à avaliação e suas funções no trabalho do professor, procurando a sua incidência no processo de ensino-aprendizagem; (vi) a divulgação de documentos normativos relativos ao sistema educativo, como sejam o regulamento da carreira docente, a declaração de política educativa, a estratégia para o desenvolvimento da educação, o guia do professor, o projecto de lei de bases do sistema educativo, etc. e; (vii) a elaboração de materiais didácticos, a partir de recursos locais.

língua portuguesa e não possuindo formação profissional. Todavia, o projecto estruturou-se para atender e dar uma resposta ajustada a esta realidade específica.

A escolha do interior como zona de actuação, tendo em consideração as carências de toda a ordem nele prevalecente, faz do PAEIGB um projecto com elevada relevância, tendo em vista temas como o desenvolvimento harmonioso do território, a redução de assimetrias e a luta contra a pobreza e a exclusão.¹⁸

2.2.2. Eficácia

- **Grau de cumprimento dos objectivos específicos**

Embora o documento do projecto não tenha uma matriz de enquadramento lógico definida, o Projecto tem objectivos claramente definidos, centrados nas necessidades identificadas.

A forma como o Projecto foi implementado e os resultados alcançados permitem afirmar que os objectivos específicos foram cumpridos, nomeadamente:

- Concretizou-se a realização de acções de formação de professores, directores, bibliotecários e outros formadores;
- Foram produzidos materiais didáctico-pedagógicos que foram utilizados pela comunidade educativa;
- Verificou-se uma melhoria e reforço da rede de Bibliotecas/Centros de Desenvolvimento Educativo;
- Verificou-se o reforço da competência e da qualificação dos recursos humanos, nomeadamente dos professores, nas áreas abrangidos pelo projecto;
- Assistiu-se à promoção de estratégias de melhoria do uso e ensino da língua portuguesa.

- **Acesso e utilização dos serviços/resultados do projecto**

Ao longo dos seis anos da sua existência o PAEIGB foi implementado como o previsto, quer em termos de calendário, quer de recursos (financeiros, materiais e humanos) desenvolvendo acções de formação para 306 professores distribuídos de maneira assimétrica entre as regiões, sendo a região de Bafatá a mais beneficiada e Tombali aquela em que a intervenção terá sido a mais esporádica. A título de exemplo, e para o período 2003-2006, foram, no total, dadas cerca de 1000 horas de formação distribuídas por grandes áreas de que se destacam a formação pedagógica e a língua portuguesa (quadros 7 e 8).

¹⁸ Recorde-se que a redução e progressiva eliminação das assimetrias regionais, designadamente desigualdades cidade-campo, constituem uma das grandes fraquezas do sistema educativo guineense.

Quadro 7 – Programas de formação e respectiva carga horária (2001-2007)

Programas de Formação	Número de Horas
Formação Pedagógica	276
Língua Portuguesa	231
Formação de Directores/Subdirectores	212
Formação de Bibliotecários	167
Formação de Formadores	95
Formação de Professores-Recurso	48
Total	1029

Quadro 8 – Quadro síntese do PAEIGB (2001-2007)

Actores, Escolas e Públicos-Alvo	Total
Educadores	23
Professores	306
Professores-Recurso	9
Directores/Subdirectores	201
Bibliotecários	34
Técnicos de Rádio	48
Inspectores/Formadores	13
Técnicos Voluntário (média/ano)	10
Alunos abrangidos (estimativa)	22 300
Número de escolas*	178

*escolas envolvidas nos processos de formação de professores e directores

Como já referido, o PAEIGB actuou em diversas tipologias de escolas. Constatou-se que: (i) as escolas públicas são “mais instáveis”, sofrendo a influência do processo reivindicativo por parte dos professores; (ii) as escolas do Projecto cuja entidade responsável é a CIEE, ou que funcionam em parceria com a comunidade, são mais “estáveis” e organizadas indiciando que a colaboração do PAEIGB pode ter tido maior eficácia.

- **Reforço de capacidades locais de gestão e de formação**

A formação dos agentes educativos englobou não só professores mas, também, directores de escolas, bibliotecários, membros das equipas técnicas regionais (ETR) e das Direcções Regionais de Educação. A formação de formadores centrou-se nas equipas técnicas regionais, (constituídas por inspectores)¹⁹, e no fortalecimento da rede de apoio local aos professores.

A formação de directores de escolas foi uma das inovações mais importantes introduzidas pelo PAEIGB no sistema de ensino guineense. Os temas abordados foram sendo escolhidos em conjunto com as Direcções Regionais de Educação, após visita às escolas onde os directores se encontravam colocados. Esta metodologia visou responder com grande fidelidade às dificuldades

¹⁹ Os membros das equipas técnicas regionais tinham por função principal a orientação das comissões de estudo, ou seja, a realização de encontros quinzenais de programação e formação de professores do ensino básico.

do terreno e, por esse motivo, o conteúdo dos programas diferiu consoante a localização de cada uma das escolas.

Durante os 6 anos da sua existência, o projecto formou 201 directores de escolas, públicas e privadas, do ensino básico. Cerca de 78% dos efectivos formados pelo PAEIGB eram directores das escolas de Bafatá e de Bambadinca. Em Oio, não houve formação de directores porque as missões católicas de Bissorá e de Mansôa assumiram essa tarefa.

A formação dos directores foi uma actividade unanimemente considerada positiva, tanto no seio do Ministério da Educação, quanto pelos organismos internacionais que actuam no sector e, sobretudo, pelos beneficiários.

O projecto formou ainda 23 educadores de infância, 9 professores-recurso, 13 inspectores formadores das ETR e 48 técnicos de rádio (quadro 7). A formação de professores-recurso e dos membros das ETR inscreve-se na perspectiva de garantir efeitos multiplicadores, bem como sustentabilidade ao projecto. As equipas de projecto identificaram, a nível regional, os professores com mais competência pedagógica, científica e linguística como elementos de suporte nas formações e como modelos a seguir pelos colegas. O projecto apoiou as Comissões de Estudo (COMES) com maior acuidade em Canchungo, Mansôa e Bissorá, porque nestas localidades esta formação realizou-se regularmente e de maneira autónoma, ou seja, independentemente da existência de financiamento de parceiros internacionais.

As competências linguísticas dos professores foram um dos principais eixos de actuação do PAEIGB e a comprová-lo foi o facto de o número de horas dedicadas à formação neste domínio ter sido um dos maiores, logo seguido da formação na área científica ou pedagógica (quadro 7).

A divulgação da língua portuguesa foi feita não apenas nas escolas mas, também, através das actividades promovidas pelos Centros de Desenvolvimento Educativo (CDE) e através de emissões das rádios locais. Os CDE possibilitaram às populações do interior a oportunidade de acesso a literatura e bibliografia em língua portuguesa, além de actividades lúdicas em torno do português. Por outro lado, o PAEIGB possibilitou a existência de muitas emissões de rádio no interior do país, em língua portuguesa, com particular destaque para a “Sol Mansi”, na região de Oio, rádio pertencente à missão católica local.²⁰

²⁰ Entre os programas de maior relevo refira-se o “Noite Suave”, difundido diariamente em horário nobre sobre literatura em língua portuguesa, a partir de textos produzidos e enviados pelos ouvintes. De acordo com os responsáveis do projecto no terreno, este programa tem uma boa audiência em todas as camadas da população da região, aproximando as populações da língua portuguesa.

No capítulo da dinamização de projectos socioeducativos, a constituição de uma rede de bibliotecas no interior do país começou em 2002, sobretudo com o apoio da Fundação Gulbenkian, para além de apoios mais pontuais da Texto Editora e da Fundação Oriente. A actuação do PAEIGB neste capítulo teve como efeito a transformação das bibliotecas em Centros de Desenvolvimento Educativo, ou seja, lugares de difusão cultural, frequentados pelas populações locais. Do mesmo modo, e em resposta a inúmeros pedidos de professores, o projecto montou novas bibliotecas em novos locais, desenvolvendo, ao mesmo tempo, um modelo de implantação territorial desta infra-estrutura cultural. Além da criação de CDE de nível I²¹ nas regiões de Bafatá e Oio e do processo em curso para Canchungo, o aspecto mais emblemático desta política de promoção de acesso ao livro prendeu-se com a criação, em escolas isoladas, de Baús Pedagógicos, caixas que contêm todo o material didáctico de apoio aos professores que não podem, devido à distância, deslocar-se a um CDE.

Resumindo, o projecto criou 17 bibliotecas, formou 34 bibliotecários, nas áreas da catalogação, arrumação, registos, cartão de utente, organização e língua portuguesa. O atendimento, acolhimento, orientação dos utilizadores e dinamização de actividades de animação foram objecto de formação. De acordo com as informações recolhidas localmente, apesar da escassez de livros, os CDE foram muito frequentados pelas populações das localidades onde foram criados. Houve situações em que foi graças ao envolvimento das populações que os trabalhos de reabilitação das instalações se concluíram, num momento em que as obras se deparavam com dificuldades financeiras.²² De um modo geral, os bibliotecários são pessoas bem integradas na comunidade, gozando de um notável prestígio, decorrente da importância atribuída ao trabalho que desenvolvem, apesar do seu baixo nível de instrução e formação e do fraco domínio da língua portuguesa.

As actividades e resultados alcançados até ao momento permitem afirmar que o Projecto indicia um grau de eficácia elevado na promoção da educação no interior da RGB, contribuindo para o alcançar dos ODM, através da qualidade do serviço prestado aos estratos mais pobres da população do país. Em síntese, o PAEIGB afirmou-se como uma boa contribuição para a melhoria da qualidade da educação básica no interior da RGB e, conseqüentemente, para a melhoria da qualidade das aprendizagens.

²¹ Os CDE nível I e II são equipamentos de base regional e local, respectivamente, e são seleccionados em função da sua localização em termos educativos e populacionais e da sua capacidade de dinamização da comunidade; relativamente aos CDE III, eles estão localizados em escolas de dimensões assinaláveis, quer de número de alunos, quer de professores; os Baús Pedagógicos, vocacionados para escolas pedagógicas, contêm materiais didáctico-pedagógicos variados de forma a apoiar docentes na preparação e dinamização das suas aulas.

²² Foi o caso de Caió, na região de Cacheu, de Bissorá em Oio e de Bambadinca na região de Bafatá.

2.2.3. Eficiência

- **Qualidade da gestão diária**

A gestão do projecto foi feita com base numa coordenação geral (em Lisboa) e uma coordenação local (em Bissau) que fez o acompanhamento e supervisão do trabalho desenvolvido pela equipa constituída por técnicos-voluntários. Os Departamentos de Administração Geral e de Plataformas e Comunicação da FEC coordenaram o trabalho nas suas áreas específicas, a partir de Lisboa. Em termos de certificação das contas, o projecto foi auditado por empresas da especialidade que emitiram pareceres aquando das monitorizações/avaliações internas periódicas a que o projecto foi sujeito durante o seu ciclo de vida.

O acompanhamento no terreno foi feito com regularidade, nomeadamente a realização de pontos de situação quinzenais e reuniões mensais entre o coordenador local e as equipas de técnicos-voluntários. Após este trabalho, a coordenação local fazia um ponto de situação com a coordenação geral, tarefa do Departamento de Cooperação da FEC em Lisboa.

O projecto construiu um suporte informativo e estatístico. A gestão da informação e reporte tem qualidade e os relatórios produzidos foram difundidos pelos principais financiadores e doadores. Contudo, a estrutura da informação financeira variou de relatório para relatório impedindo, na prática, a contabilização dos custos totais e sua estrutura.

- **Disponibilidade de meios/recursos**

O projecto foi co-financiado pelo IPAD e pela FCG (quadro 9), para além de outras contribuições (Conferência Episcopal Portuguesa, câmaras municipais, empresas, etc.). Os recursos foram sendo fornecidos e/ou disponibilizados atempadamente para implementar as actividades, pelas partes identificadas, dispondo a FEC de um fundo de maneo para colmatar eventuais atrasos por parte dos principais financiadores.

As dificuldades sentidas pela equipa de avaliação na contabilização dos custos totais do projecto, quer no IPAD, quer através da FEC, limitaram a análise da eficiência. A inexistência de uma base de dados desagregada do projecto no IPAD não permitiu apresentar, com rigor, os seus custos. De acordo com os dados disponíveis (quadro 9), o IPAD terá financiado o projecto em 77.5% (1.193.494,00 €) do seu custo total sendo, deste modo, o seu principal financiador. Os restantes 22.5% foram assegurados pela FEC e outros financiadores. Tomando ainda por referência os dados parciais dos 1º e 2º desembolsos (Anexo 4) e os elementos recolhidos e fornecidos de forma avulsa pelos serviços de acompanhamento do IPAD, poderá afirmar-se que, em termos genéricos, cerca de 2/3 dos recursos globais do projecto foram utilizados em recursos humanos e 1/3 em equipamentos, fornecimentos e despesas de funcionamento.

Quadro 9 – Financiadores do PAEIGB

Euros

Rubricas	2001-2003				2004-2007			
	IPAD	FEC	FCG	Outros	IPAD	FEC	FCG	Outros
Comparticipação Financeira	417.544,0	14.462,0	30.000,0	58.500,0	775.950,0	20.638,8	95.000,0	141.979,33
%	80	3	6	11	75	2	9	14
TOTAL	520.506,00				1.033.568,13			

Fonte: FEC e IPAD.

2.2.4. Previsão de Efeitos

Como já foi referido, os objectivos do Projecto foram alcançados como o previsto e há indícios de que contribuiram para o alcançar do objectivo global. A forma como foi implementado e os resultados alcançados permitem afirmar que o Projecto tem forte probabilidade de produzir efeitos positivos ao nível de:

- Capacidade técnica dos professores – maior capacidade científica e pedagógica, nomeadamente em sala de aula. Os efeitos positivos do projecto na área da formação decorrem tanto da sua metodologia quanto de uma abordagem que privilegiou a “gestão de proximidade”. Como corolário dessa intervenção, constatou-se um grande envolvimento de todos os participantes podendo afirmar-se que tal terá produzido efeitos positivos no desempenho pedagógico e linguístico dos professores, consubstanciado num maior domínio dos conteúdos, na melhoria da leccionação, acautelando a compreensão e o ritmo dos alunos, para além de uma melhor planificação e organização das aulas;
- Capacidade institucional das Direcções Regionais de Educação, alargando a formação a novos temas como a Língua Portuguesa e a Pedagogia;
- Divulgação da língua portuguesa e da sua utilização em sala de aula. A competência linguística dos professores terá melhorado, graças às aulas-modelo, embora subsista, em alguns casos, a tendência de usar o crioulo durante a leccionação. Todavia, pelo simples facto de ter havido melhoria na competência linguística e nas aptidões pedagógicas dos professores, poder-se-á esperar uma gradual melhoria da qualidade do ensino e das aprendizagens realizadas nas escolas onde leccionam os professores formados pelo projecto. Trata-se, porém, de um processo lento, em que os resultados só serão visíveis a prazo se não houver inflexões na determinação dos actores em relação à prossecução dos objectivos do Projecto;
- Sistema educativo da RGB, nomeadamente obrigando a uma reflexão interna sobre o modelo educativo adoptado.

Ao nível das regiões é previsível que se sintam efeitos multiplicadores:

- Na melhoria da capacidade institucional;
- Numa maior sensibilização da população para a importância e os problemas da escola e da educação em geral. As acções desenvolvidas poderão ter um impacto duradouro junto das populações abrangidas e contribuir para modificar atitudes e comportamentos que potenciam o aumento da qualidade da educação na RGB;
- Na promoção das carreiras e na existência de mais técnicos de nível médio melhor motivados, fruto da aposta na formação e capacitação dos professores e outros agentes em diferentes níveis e categorias;
- Na divulgação e uso da língua da portuguesa e nos hábitos de leitura, com a existência e dinamização dos Centros de Desenvolvimento Educativo. A constituição de uma rede de bibliotecas no interior do país foi uma referência do Projecto e constituiu um factor estimulante para a criação de um ambiente favorável aos hábitos de leitura da população e ao desenvolvimento do ensino e da aprendizagem;
- Nos indicadores e estatísticas da educação da RGB.

2.2.5. Sustentabilidade

A promoção da sustentabilidade, aspecto também referido no objectivo global do projecto, é outro critério de difícil medição e deve ser equacionado tendo por base a natureza do Estado guineense, nomeadamente a fragilidade das instituições e a forte dependência externa da RGB.

Embora o projecto se integre nas prioridades e política de educação da RGB e responda de forma satisfatória aos objectivos dos sucessivos Governos da RGB, os efeitos de qualquer mudança política são imprevisíveis. Contudo, é pouco provável que qualquer alteração nesse sentido conduza a uma rejeição do projecto por parte do Ministério que o tutela.

A análise do percurso do PAEIGB mostra a importância dada ao reforço das capacidades institucionais, à lógica da parceria em vez da de substituição. A aposta na formação de recursos humanos locais diversificados (professores, directores, bibliotecários) pode potenciar a apropriação e a sustentabilidade da intervenção. Do mesmo modo, a utilização de materiais locais na construção de materiais didácticos, e no apetrechamento dos Centros de Desenvolvimento Educativo, evidencia a preocupação do projecto não só com a apropriação mas também com a sustentabilidade.

Nas escolas e nos equipamentos onde se desenvolveu o Projecto houve um envolvimento dos professores e demais agentes (por exemplo, autoridades tradicionais, associações de

emigrantes) no processo de implementação tendo sido elevado o nível de participação nas actividades e resultados alcançados.²³

No curto prazo, apesar da formação de quadros nacionais, a sustentabilidade e a apropriação não está garantida após o fim do financiamento do IPAD. Ainda que se tenha assistido a um fortalecimento da capacidade institucional aos diferentes níveis, a grande rotatividade e carências de recursos humanos e, sobretudo, de recursos financeiros, dificultam a apropriação e a sustentabilidade global, a qual, face à natureza do Estado, só deve ser perspectivada a longo prazo.²⁴

O projecto afirmou uma preocupação permanente com o envolvimento das autoridades da RGB na implementação das suas actividades. Ao longo da intervenção, todos os programas de formação foram discutidos e elaborados em parceria com o Ministério da Educação, com o Instituto para o Desenvolvimento da Educação (INDE)²⁵, Direcções Regionais de Educação, GIPASE, directores de escolas e missionários responsáveis pelos diferentes estabelecimentos educativos.²⁶

O Projecto correspondeu a necessidades locais e respeitou as estruturas de poder local, sistema de valores e crenças. Deste ponto de vista, indicia sustentabilidade sociocultural. O PAEIGB actuou sempre no interior do país mas em realidades socioculturais diferentes, quer em termos de actividades socioeconómicas dominantes, quer relativamente à composição étnica ou religiosa das populações-alvo. Estas diferenças foram tidas em consideração tanto na escolha quanto na programação das actividades, adequando-as, por exemplo, ao calendário económico e cultural das tabancas, e à disponibilidade dos recursos humanos e materiais. Por outro, o PAEIGB teve uma lógica de “trabalhar com as pessoas”, numa abordagem de participação e abertura ao meio. Nesta perspectiva, os recursos humanos do PAEIGB não actuaram apenas como técnicos voluntários a desempenhar um trabalho técnico-profissional. Eles viveram e partilharam, com as comunidades das zonas mais isoladas, as dificuldades e constrangimentos inerentes ao seu

²³ Ao longo dos seis anos do PAEIGB, o Projecto identificou no seu diagnóstico os modelos de escolas que a priori davam garantias de alguma estabilidade, nomeadamente o não recurso à greve por parte dos professores - caso das escolas de autogestão, algumas escolas privadas, escolas comunitárias e escolas públicas com iniciativas comunitária (de emigrantes manjacos). De referir ainda a formação dada aos técnicos da Rádio Sol Mansi que levou à identificação de dois formadores que ministraram os cursos subsequentes de informática em português, abertos à comunidade mediante pagamento do curso.

²⁴ Os princípios para o bom envolvimento internacional nos Estados frágeis (OCDE, 2005) advogam um envolvimento de longo prazo no sector da educação.

²⁵ De acordo com informações recolhidas no Ministério da Educação Guineense, a FEC foi a única instituição que conseguiu estabelecer uma parceria forte com o INDE tendo este validado a formação desde 2004/05, ainda que não tenha efeitos na progressão na carreira.

²⁶ O projecto promoveu periodicamente, reuniões de trabalho com aquelas entidades, estratégia que lhe permitiu beneficiar de um ambiente institucional bastante favorável que facilitou a implementação das actividades. A título de exemplo é de destacar a estreita colaboração que o PAEIGB manteve com INDE, nomeadamente em matéria de desenvolvimento curricular e concepção de suportes pedagógicos para a formação de professores, a ponto de ser a única organização que conseguiu uma certificação para a formação em serviço.

quotidiano, o que vai ao encontro da “matriz ideológica” da FEC, enquanto ONGD de inspiração cristã.

Quanto às questões transversais (género, ambiente, etc.), o Projecto não tratou dessas componentes apesar de reconhecer o seu papel e consequentes efeitos e impactos no progresso social e cultural da RGB.

2.2.6. Coordenação e Complementaridade

No quadro da CP, não há mecanismos formais de coordenação e de promoção da complementaridade. Embora a Embaixada conheça todas as intervenções da CP no sector da educação, não tem promovido qualquer processo formal de coordenação/articulação.

O Projecto é complementar com outras iniciativas em curso no âmbito da educação, quer da CP, quer de outros doadores. No quadro da Cooperação Portuguesa, é actualmente o único projecto na área da educação básica nas regiões de Bafatá, Cacheu e Oio, embora o IPAD esteja a apoiar, desde 2006, o Instituto Marquês Valle Flor, outra ONGD portuguesa, num projecto na região de Bolama/Bijagós (ilhas do complexo Urok) cujo principal objectivo é o reforço da cobertura e da qualidade do ensino primário e da alfabetização de adultos em português.

No domínio da articulação com outras iniciativas, o PAEIGB manteve uma estreita colaboração com diversos projectos e programas na área da educação, financiados ou não pela Cooperação Portuguesa. É nessa perspectiva que realizou uma intervenção conjunta com o Projecto “Saúde em Português” na formação de agentes educativos na área da saúde (prevenção de DST, saúde reprodutiva, higiene, etc.). De igual modo, o projecto associou-se, no que se refere à formação pedagógica de agentes educativos, com o Projecto Ciências e Matemática (CIMA). Participou também tanto na preparação como na realização de um seminário de formação de professores em português, em colaboração com o Instituto Camões/Centro de Língua Portuguesa. Colaborou com o PASEG/Teatro Experimental de Bissau (TEB) na apresentação de peças de teatro e com a UNICEF na sensibilização dos agentes educativos. O projecto colaborou, ainda, com as ONGD, Plan Guiné, na região de Bafatá, ActionAid na região de Cacheu e a EAPP na região de Tombali. Da mesma forma, foi sob o impulso da FEC que, em 2002, foi organizada uma reunião de todas as ONG que actuavam no sector da educação para a reflexão sobre a educação na Guiné-Bissau.

É de referir a estreita colaboração que o PAEIGB manteve com o INDE, nomeadamente em matéria de desenvolvimento curricular e concepção de suportes pedagógicos para a formação de professores, a ponto de ser a única organização que conseguiu uma certificação para a formação

em serviço, evidenciando uma preocupação em coordenar a sua actuação com as instituições locais.

Parece existir complementaridade entre a ajuda portuguesa e a de outros doadores a actuar no sector da educação a qual também não resulta de um esforço prévio concertado nesse sentido: OMS, UNICEF, FNUAP, PAM, PNUD, BAfD, EUA, UE. Só muito recentemente (finais de 2006) foi criado o Grupo de Parceiros da RGB para desenvolver esforços nesse sentido, como referido no enquadramento.

2.2.7. Valor Acrescentado

A língua comum e o profundo conhecimento do terreno constituem vantagens significativas de Portugal relativamente a outros doadores. Os resultados alcançados permitem afirmar que se trata de um importante contributo da CP no sector da educação para o alcançar dos ODM naquele país, nomeadamente os ODM 1 e 2 nas regiões do interior da RGB.

2.2.8. Visibilidade

Apesar da sua zona de actuação ser o interior do país, o PAEIGB foi um projecto com bastante visibilidade, facto decorrente tanto da sua inserção local como também da sua participação em diversas actividades de promoção e de intercâmbio. Editou um livro intitulado “Ecos da Lusofonia” e produziu, todos os anos, um conjunto de postais e cadernos para a recolha de fundos. Por outro lado, as feiras de educação e as feiras de livros, organizadas todos os anos nas quatro regiões, foram um espaço de mostra e divulgação dos trabalhos produzidos pelos formandos e das actividades do projecto, apesar de na generalidade dos locais onde se desenvolvem acções não existirem cartazes identificadores do projecto e dos seus financiadores.

A visibilidade do projecto proveio fundamentalmente da sua colaboração com rádios locais da CIEE, como a Rádio “Sol Mansi” de Mansôa e a Rádio Comunitária de Bafatá, “Rádio Uler Aband”. O PAEIGB fomentou o intercâmbio de correspondência entre escolas portuguesas e guineenses e promoveu exposições fotográficas itinerantes em diversos locais (Bissau, Bafatá, Canchungo, Mansôa, Catió). Também foi amplamente divulgado pela imprensa ligada à igreja, quer através do Boletim Igreja Lusófona quer do Programa “Igreja Lusófona”, posteriormente “Luso Fonias”, uma colaboração entre a FEC e a Rádio Renascença. Acresce que o site da FEC tem uma página sobre o Projecto.²⁷

As sessões públicas de informação e sensibilização em formato de palestras, conferências, concursos de poesias e desenhos serviram igualmente de meios para dar visibilidade ao PAEIGB.

²⁷ www.fecongq.net

As actividades do projecto foram também divulgadas em conferências em Portugal e Espanha, no âmbito da exposição fotográfica itinerante “Guiné-Bissau – Imagens e Vozes”, e em encontros sobre cooperação descentralizada (em colaboração com Câmaras Municipais portuguesas) e encontros entre as ONG da área da educação (em 2002 e em 2003). Em 2003, foi promovida, pela Associação Rota dos Livros, uma viagem Portugal/Guiné-Bissau, em moto, acompanhada pelo canal de televisão SIC, tendo a esse propósito sido dada grande visibilidade ao PAEIGB e suas actividades no interior da RGB.

2.3. Constrangimentos

O PAEIGB confrontou-se com alguns constrangimentos ao longo dos 6 anos de vida dos quais se destacam:

- A instabilidade política e governativa da RGB, (mudança de interlocutores, extravio de documentos importantes, adiamento de reuniões e, inclusive, inflexões nas orientações das políticas) que interferiram negativamente nas actividades do projecto;
- A ausência de um documento actualizado, de orientação da política do sector da educação e formação. Os programas de formação ministrados pelo Projecto, embora tenham sido validados pelo INDE e pela Direcção-Geral do Ensino Básico, foram elaborados com base nas experiências da FEC, com o apoio da ESE de Viana do Castelo, Universidade de Aveiro e ESE de Torres Novas;
- A inexistência de um sistema de certificação da formação em serviço com incidência na carreira dos formandos, o que constituiu uma limitação ao desenvolvimento dos recursos humanos no sector da educação;
- A heterogeneidade dos grupos de formação (normalmente constituídos por colectivos de escola) e a grande rotatividade dos professores, que condicionaram a eficácia da intervenção no domínio da formação em exercício;
- As inúmeras tarefas atribuídas aos professores, que criaram dificuldades na actuação do Projecto. Estas dificuldades fizeram-se sentir com maior acuidade nos períodos pré-eleitorais, em que os professores participaram em campanhas de recenseamento em detrimento das aulas;
- O crónico atraso no início dos anos lectivos, que tornou impossível ao projecto cumprir a programação inicialmente prevista das acções de formação;
- As dificuldades de acesso às tabancas, especialmente durante as chuvas, que colocaram sérios problemas à implementação das actividades do projecto, estando mesmo na origem da retirada do PAEIGB da região de Tombali;



- Apesar do crescente número de escolas comunitárias, e não obstante a importância deste novo tipo de escola na elevação dos padrões de acesso à escola nas regiões mais isoladas, não existe ao nível do Ministério uma atitude inclusiva para com esta nova realidade. Estas escolas ficam sistematicamente marginalizadas na definição de estratégias e prioridades.
- A educação é um sector eminentemente masculino. O aumento da escolarização das raparigas exige uma participação mais pronunciada de mulheres no corpo docente das escolas e a criação de uma estratégia conducente;

Síntese

- **O PAEIGB é relevante quer para a RGB quer para Portugal.**
- **Os dados e informações disponíveis e os resultados alcançados permitem afirmar que foi eficaz, ainda que não tenha havido quantificação prévia dos resultados a atingir pelo Projecto.**
- **A análise da eficiência foi dificultada quer pela ausência de informação quanto aos recursos financeiros utilizados quer quanto à sua estrutura, quer ainda pela dificuldade de encontrar indicadores de eficiência.**
- **Face aos resultados alcançados é possível identificar efeitos ao nível individual (beneficiários directos) quer ao nível local e regional, traduzindo-se no aumento da capacidade técnica e pedagógica dos professores e dos inspectores da DRE, da utilização e compreensão da LP, incutindo hábitos de leitura, e da sensibilização da população para a importância da escola e da educação.**
- **Ao nível da sustentabilidade, há indícios de apropriação individual e institucional e inserção sociocultural mas se o apoio da CP parar não há garantias de um normal funcionamento das actividades do Projecto, facto que advém da natureza frágil das instituições em causa.**
- **Houve alguma coordenação e complementaridade entre este projecto e outras intervenções da CP, nomeadamente com o PASEG, bem como com outros doadores, como foi o caso da articulação e trabalho conjunto com ONGD. Também houve articulação com instituições locais, nomeadamente com o INDE e as DRE.**
- **A intervenção no EB constitui uma mais valia da CP não só pelo profundo conhecimento da realidade mas também pela língua comum, colocando Portugal numa posição privilegiada de actuação ao nível do sistema de ensino guineense.**
- **Apesar de se tratar de um projecto desenvolvido no interior da RGB a sua visibilidade estendeu-se a todo o país, sobretudo graças à colaboração com rádios locais. Também teve ecos em Portugal e Espanha, através da sua divulgação em eventos específicos.**
- **Os principais constrangimentos sentidos situam-se ao nível da própria natureza do Estado guineense, das fragilidades do sistema de ensino, da heterogeneidade dos beneficiários alvo e da sobreocupação dos docentes guineenses, a par do não reconhecimento da formação para efeitos de progressão na carreira.**

3 – O PASEG

3.1. Breve historial

O Programa de Apoio ao Sistema Educativo da Guiné-Bissau (PASEG) resulta de decisão política e da coincidência de posições entre Portugal e a Guiné-Bissau no tocante ao diagnóstico dos graves problemas que afectavam o sector do ensino guineense. Em implementação desde o ano lectivo 2000-2001, nasceu no quadro das relações de cooperação bilateral, através de um pedido formulado pelo Governo guineense saído das eleições legislativas de 1999, por ocasião da deslocação àquele país de uma missão conjunta dos então ICP e GAERI. Essa missão teve como objectivo identificar as prioridades de intervenção no sector da educação, no sentido de Portugal retomar a cooperação interrompida com a eclosão da crise político-militar de 1998.

O objectivo global do programa é “contribuir para o desenvolvimento do sistema educativo da Guiné-Bissau, através da divulgação e promoção do ensino em língua portuguesa”, colocando no terreno um contingente de docentes portugueses, com a missão não apenas de ensinar língua portuguesa nos liceus mas, também, de apoiar na formação dos professores guineenses, nomeadamente do ensino básico. Contrariamente ao que vinha sendo a interpretação das prioridades do país no sector da educação, a pedido das autoridades guineenses, foi considerado prioritário o subsector do ensino secundário, estabelecendo-se, desde então, a promoção da língua portuguesa como vector estruturante e grande prioridade na intervenção da Cooperação Portuguesa na área da educação na RGB.

O programa não teve, desde o início, um documento de concepção e orientação da intervenção. Embora com identificação de objectivos, estes não foram quantificados e da documentação não se conseguiu perceber qual a estratégia de intervenção, o que leva a pensar que a mesma não foi definida. Podemos dizer que o programa se foi desenvolvendo no terreno, tendo-se iniciado com 10 professores, quase exclusivamente a leccionar nos liceus de Bissau, tendo entretanto sido criadas as Oficinas de Língua Portuguesa (OfLP), iniciado a formação de professores do ensino básico e começado a formação de professores no ensino secundário (através dos GAP) e a alfabetização. No momento da deslocação ao terreno estavam 39 professores portugueses em Bissau (quadro 11).

Não foi possível encontrar qualquer documento do Programa para os primeiros 3 anos da sua existência. De acordo com os documentos de orçamentação anual e relatórios de acompanhamento disponíveis, o Programa tem, pelo menos desde 2003, os seguintes objectivos específicos: (i) promover a alfabetização, em português, de mulheres e jovens; (ii) melhorar a qualidade do ensino básico através do apoio à Escola Normal 17 de Fevereiro; (iii) apoiar o ensino

secundário em português e, (iv) garantir, ainda, acções complementares para a promoção e expansão do português.

Quadro 11 – Evolução Geral do PASEG

Ano	2000/2001	2001/2002	2002/2003	2003/2004	2004/2005	2005/2006	2006/2007	2007/2008
Professores	10	10	11	11	17	18	39	39
Leccionação	→							
Ensino Básico/Formação		→						
OfLP		→						
Alfabetização						→		
GAP							→	

Quadro 12 – Evolução das escolas abrangidas pelo PASEG e respectivas actividades

Escolas	2000/01	2001/02	2002/03	2003/04	2004/05	2005/06	2006/07	2007/08
Liceu Agostinho Neto	L	L; O	L; O; G	L; O; G				
Liceu Jorge Ampa						L	L; O; G	L; O; G
Liceu Nacional Kwame Nkruma	L	L; O	L; O; G	L; O; G				
Liceu Rui Cunha						L; O	L; O; G	L; O; G
Liceu Samora Machel	L	L; O	L; O; G	L; O; G				
Liceu João XXIII*					L; F	L; F	L; F	L; F
Escola 17 de Fevereiro**		F	F	F	F	F	F	F
Escola Salvador Allende***						O	L; O; F	L; O; F
Escola da UCCLA***							L; O; F	L; O; F

* Liceu Privado; ** - Escola de formação de Professores; *** Escolas do ensino básico; L – leccionação; O – Oficina de Língua Portuguesa; G – Grupo de Apoio Pedagógico; F – formação de formadores/orientadores de estágio
Fonte: PASEG (Coordenação no Terreno)

3.2. Os critérios de avaliação

3.2.1. Relevância

- **Para a Guiné-Bissau**

O Programa está em linha com os documentos de referência da Guiné-Bissau, nomeadamente com o Plano Quadro para o Desenvolvimento dos Recursos Humanos, com as conclusões dos Estudos Nacionais Prospectivos de Longo Prazo (NLTPS) e com o Documento de Estratégia Nacional de Redução da Pobreza (DENARP). O PASEG poderá contribuir ainda para a prossecução dos ODM, nomeadamente os objectivos 2, 3 e 8. Assenta na visão e nas opções de política sectorial definidas pelo Governo guineense na Declaração de Política Educativa.

Acresce que o PASEG traduz uma visão estratégica coincidente entre Portugal e a Guiné-Bissau, quer no diagnóstico dos problemas que afectam o sector da educação, quer no objectivo de

consolidação da identidade histórica e de fortalecimento do estatuto do português como língua oficial e de ensino neste país.

- **Para a Cooperação Portuguesa**

De acordo com as orientações contidas na Resolução do Conselho de Ministros nº 43/99 relativas à política de cooperação portuguesa no limiar do século XXI, bem como no documento “Uma Visão Estratégica para a Cooperação Portuguesa”²⁸, a educação é uma das prioridades sectoriais, promovendo a concretização do segundo Objectivo de Desenvolvimento do Milénio. Promover a qualidade da educação é uma condição essencial para a redução da pobreza o que torna o programa relevante para a CP.

3.2.2. Eficácia

A ausência de objectivos específicos quantificados, recursos, actividades e resultados previamente definidos bem como de indicadores de progresso/resultados, dificulta uma verdadeira análise da eficácia.

O PASEG tem como objectivo global apoiar o desenvolvimento do sistema educativo através de dois vectores: a promoção da língua portuguesa e o desenvolvimento da qualidade do ensino.²⁹ Como já referido, foi-se construindo e estruturando no tempo, para ultrapassar a maior parte dos problemas, identificados como principais obstáculos a uma aprendizagem de qualidade na escola guineense.

- **Ensino Secundário**

O programa cresceu de ano para ano, quer em termos de disciplinas e anos de escolaridade abrangidos, quer de recursos que foi mobilizando, como também no leque de actividades em que se foi desdobrando. Em 2005/2006, o contingente de docentes era de 18, incluindo 5 docentes para o Liceu João XXIII, um estabelecimento de ensino secundário da Diocese de Bissau e 1 docente para o Ensino Básico, através do apoio concedido à Escola Normal 17 de Fevereiro e a alguns estabelecimentos do ensino básico. Em 2006/2007, passou para 39 docentes, tendo sido seleccionados 5 professores do ensino básico, mas acabando por ir para Bissau apenas 3.³⁰

²⁸ Resolução de Conselho de Ministros 196/2005, de 22 de Dezembro.

²⁹ Os problemas de qualidade no ensino guineense estão intimamente ligados às deficientes condições de produção escolar, em que a inadequação do currículo ministrado, o domínio deficiente da língua de ensino, o baixo nível de qualificação dos docentes e a falta generalizada de manuais, aparecem como os factores mais críticos.

³⁰ A ida destes professores do ensino básico estava prevista desde 2002, ano em que chegaram a ser seleccionados 3 docentes do quadro mas que acabaram por recusar as funções devido à morosidade do processo de contratação.

Nos documentos disponíveis sobre o programa, sobretudo relatórios de acompanhamento, não é perceptível a razão técnica desta evolução. Dos contactos realizados em Bissau, aquando da deslocação ao terreno, pode depreender-se que a mesma se ficou a dever à gradual experiência adquirida pelos professores portugueses e ao levantamento de necessidades que foram enformando o programa no terreno ao longo destes anos.

Apesar do crescimento dos efectivos, do empenhamento e qualidade de leccionação dos professores portugueses, os resultados decorrentes da sua intervenção nas salas de aula são limitados. Os efectivos do PASEG são poucos para fazer face à magnitude da missão, sabendo-se existir, em média, 4000 alunos e cerca de 100 professores nacionais em cada liceu. Esta discrepância resulta num fraco enquadramento, tanto dos professores, quanto das turmas de leccionação, agravada pelo sistema de triplo turno. Logo, de um ponto de vista estrito da leccionação, esta intervenção não indicia eficácia, não se conseguindo, no entanto, medir o grau de eficácia por, como já referido, não terem sido quantificados os objectivos a atingir nesta área.

No início o contingente de professores era formado apenas por docentes de português, actualmente a composição cobre diversos domínios leccionados no ensino secundário guineense: português, matemática, físico-química, biologia, filosofia e psicologia. O alargamento a outras disciplinas, para além do português e da matemática não está explicado em nenhum dos documentos do programa. Não se conseguiu identificar qualquer estratégia nesta opção³¹, parecendo que foram para Bissau professores destas disciplinas porque estariam numa lista ordenada³² de candidatos (da total responsabilidade da Direcção-Geral de Recursos Humanos da Educação) que foram sendo chamados à medida que os professores inicialmente seleccionados pelo Ministério da Educação de Portugal desistiram.

Desde a criação das Oficinas de Língua Portuguesa (OfLP), em 2001/02, a formação em serviço adquiriu prioridade e visa três objectivos específicos: (i) superar a falta de fluência e deficiências gramaticais dos professores guineenses na língua portuguesa, (ii) a actualização dos seus conhecimentos científicos e, (iii) a actualização das práticas pedagógicas.

Desde que as OfLP abriram nos liceus, o livro tornou-se um bem pedagógico acessível. As estatísticas referentes ao número de utilizadores e frequência diária das OfLP (quadros 13 e 14) evidenciam a importância que as OfLP adquiriram nos estabelecimentos. Os alunos ou

³¹ Contudo, de acordo com informações dadas pelo Ministério da Educação Português, a estratégia terá sido decidida pelo GAERI e prende-se com as modernas correntes do ensino das línguas estrangeiras, especialmente quando se trata de uma segunda língua, defendendo que este ensino deve ser feito através de currículos científicos de diferentes disciplinas. Fica, ainda assim, por explicar a escolha destas disciplinas e não de outras dos currícula escolares.

³² Não foi possível identificar os critérios e requisitos subjacentes à elaboração desta lista.

professores que não conseguiam comprar livros e outros materiais didácticos necessários para o prosseguimento dos estudos, devido ao cada vez mais limitado poder de compra do cidadão médio guineense e à escassez de oferta no mercado local, têm acesso ao acervo existente nas OfLP, seja em regime de empréstimos domiciliários, seja por empréstimos presenciais. Tudo aponta para a existência de uma correlação positiva entre esta nova dinâmica e “um aumento do gosto pela leitura” no seio da comunidade escolar, descrito nos relatórios.

Quadro 13 – Número de utilizadores credenciados das OfLP

Oficinas	Nº de cartões de frequentadores em 2006/07	Nº Total de Alunos por Liceu
Liceu Rui Cunha	500	
Liceu Agostinho Neto	Não tem cartões	
Liceu Nacional Kwame N'Krumah	600	
Liceu Samora Moisés Machel	Não tem cartões	
Escola Salvador Allende	Não tem cartões. Encerrada p/ obras	
Escola Normal 17 de Fevereiro	450	
Total	1550	

Fonte: PASEG (Coordenação no Terreno)

Quadro 14 – Utilização diária das OfLP (2006/07)

Visitantes diários das OfLP em 2006/07	1650
Média dos visitantes diários por Oficina	275

Fonte: PASEG (Coordenação no Terreno)

Constatou-se que todas as intervenções do PASEG nos estabelecimentos de ensino convergem no objectivo de reforçar a utilização da língua portuguesa na sala de aula, por professores e alunos, atendendo a que as dificuldades com a língua de ensino (a língua portuguesa) têm repercussões na aprendizagem geral dos alunos, pois suscitam graves problemas de comunicação e interferem na compreensão das matérias.

Quadro 15 – Ensino Secundário

Anos	Nº Professores	Disciplinas	Nº de Liceus Públicos	Nº Turmas	Nº Alunos
2000/2001	10	Português	4		
2001/2002	10	Português	3		
2002/2003	11	Português	3		
2003/2004	11	Português	3		
2004/2005	17	Português Matemática	3		
2005/2006	18	Português Matemática	4	42	1601
2006/2007	39	Português Matemática Físico-Química Biologia Filosofia/Psicologia	4		
2007/2008	39	Português Matemática Físico-Química Biologia Filosofia/Psicologia	5		

Fonte: PASEG (Coordenação no Terreno)

Quadro 16 – Cursos das Oficinas de Língua Portuguesa

Ano	2000/2001	2001/2002	2002/2003	2003/2004	2004/2005	2005/2006	2006/2007	2007/2008*
Cursos de Informática	0	0	88	30	63	205	369	89
Cursos de Língua Portuguesa	0	0	209	152	63	90	419	233
Outros Cursos	0	0	0	0	111	145	269	214

* Previsão

Fonte: PASEG (Coordenação no Terreno)

A lista dos cursos de língua portuguesa promovidos pelo PASEG é vasta, variando consoante o estabelecimento de ensino. Alguns cursos incidem no enriquecimento do vocabulário, aprendizagem da estrutura da língua, desenvolvimento da audição e da expressão escrita. Outros visam promover o interesse pelo livro, através de textos narrativos ou dramáticos, levando ao mesmo tempo os alunos a trabalhar a oralidade, a escrita, a leitura e o aperfeiçoamento dos conhecimentos gramaticais. Há cursos que colocam a tónica no conhecimento do português para a vida prática, fornecendo aos utentes as ferramentas para uma utilização quotidiana e utilitária da língua, como sejam escrever uma carta, um requerimento, um Curriculum Vitae ou um resumo (quadro 17).

Quadro 17 – Cursos de Língua Portuguesa

	Público Alvo	Nº Participantes
2002-2003	Professores	209
	Comunidade Guineense	111
	Alunos	73
	Jornalistas/Professores	15
	Professores Escolas Populares	20
	Alunos Escolas Populares	20
	Funcionários e Radio da AD	18
Total		466
2003/2004	Professores	35
	Professores/Animadores INDE	20
	Professores Escolas Populares	25
	Alunos	251
	Alunos Escolas Populares	20
	Comunidade Guineense	143
	Militares	40
	Jornalistas	20
Funcionários e Radio da AD	16	
Total		570
2004/2005	Professores	190
Total		190
2005/2006	Alunos	80
	Professores	10
	Jornalistas - TGB	10
	Jornalistas- Casa da Imprensa	8
	Funcionários - TGB	15
Total		123
2006/2007	Alunos	362
	Professores	57
	Funcionários ANP	44
	Deputados	16
	Comunidade Guineense	133
	Militares	46
Total		658
2007/2008	Alunos	176
	Professores	47
	Estrangeiros	15
	Comunidade Guineense	114
	Funcionários	35
	Deputados	20
	Funcionários TGB	10
	Jornalistas	8
Total		425

Fonte: PASEG (Coordenação no Terreno)

Contudo, a estratégia de formação de professores não foi sempre a mesma tendo, por consequência, a intervenção do PASEG neste capítulo resultados variáveis. Numa primeira fase, até 2005, o apoio dos professores portugueses fazia-se através de:

- OfLP, beneficiando os professores dos liceus públicos³³ e 23 professores do Liceu João XXIII de cursos de superação em língua portuguesa. Entretanto, houve muitas dificuldades na organização destes cursos, face ao elevado nível de absentismo, por parte dos

³³ Cujo número não foi possível contabilizar.

beneficiários, devido, por um lado, à não atribuição de horas para formação pelos directores dos liceus e, por outro, à sobrecarga laboral;³⁴

- Revisão e validação de toda a documentação escrita produzida pelos professores, nomeadamente testes e material pedagógico a utilizar nas aulas, planificações, actas e relatórios;
- Acompanhamento dos professores, em matéria de língua portuguesa e de didáctica do ensino da língua em sala de aula.

Não obstante a pertinência de todas estas formas de acompanhamento e formação, a experiência dos primeiros anos mostrou que houve um contributo limitado na melhoria tanto da competência linguística, quanto da actualização pedagógica dos professores guineenses, quer pelo seu carácter *ad hoc* e descontinuado no tempo, quer por causa do absentismo dos beneficiários.

Quadro 18 – Outros Cursos no quadro das Oficinas de Língua Portuguesa

	Cursos	Público Alvo	Nº Participantes
2004/2005	Didáctica do Português	Professores	6
	Textos Utilitários	Alunos	90
	Clube de Escrita Criativa	Alunos	15
Total			111
2005/2006	Clube de Escrita Criativa	Alunos	17
	Oficina de Leitura e Escrita	Alunos	12
	Curso de Guitarra Clássica	Alunos	11
	Clube de Jornalismo	Alunos	30
	"Clubes" do Básico	Alunos	75
Total			145
2006/2007	Textos Utilitários	Alunos	143
	"Tardes da matemática"	Alunos	25
	"Origami"	Alunos	4
	Filosofia - "O Porquê das coisas"	Alunos	20
	"O cantinho da ciência"	Alunos	10
	"Vida de cientista"	Alunos	5
	Atelier de Jornalismo	Alunos	10
	"Fotonovela"	Alunos	7
	Curso de Poesia e teatro	Alunos	12
	Curso de Guitarra Clássica	Alunos	17
Filosofia	Alunos	16	
Total			269
2007/2008	Curso de I.P.I.B	Professores	21
	Textos Utilitários	Alunos	12
	Curso de capacitação pedagógica	Professores	16
	"Aprender Português pela Internet"	Professores	123
	GAO	Colaboradores	42
Total			214

Fonte: PASEG (Coordenação no Terreno)

³⁴ Face aos baixos salários e aos atrasos no seu pagamento, os professores acumulam empregos como estratégia de sobrevivência.

Finalmente, em 2006/2007, nasceram nos liceus os Grupos de Acompanhamento Pedagógico (GAP), como novo mecanismo de apoio pedagógico aos professores guineenses.

Quadro 19 – Previsão de formação através dos GAP para 2007/08

	Disciplina	Nº Formadores	Nº Formandos
GAP	Português	13	96
	Matemática	4	38
	Química	2	19
	Física	3	18
	Filosofia	3	18
Total		25	189

Fonte: PASEG (Coordenação no Terreno)

A formação desenvolveu-se em duas vertentes. A primeira focalizou-se no aperfeiçoamento da capacidade de elaborar e seleccionar materiais didácticos e planificar aulas. Tratou-se de uma fase em que os formandos tomaram conhecimento e aprenderam as metodologias actualmente mais consentâneas com o processo de ensino-aprendizagem. A segunda consistiu num intercâmbio pedagógico entre formandos e formadores, havendo seguimento das aulas, a partir de materiais produzidos em conjunto nas sessões anteriores.

Esta nova configuração apresenta vantagens em relação à experiência anterior, nomeadamente pelo facto de:

- Existir um grupo permanente de formandos guineenses os quais, depois de passarem por uma preparação especial e aprofundada, terão a missão de disseminar a formação junto dos restantes colegas;
- A formação dispensada ter um carácter permanente e continuado no tempo;
- A formação ter sido concebida de maneira a haver um maior envolvimento dos professores guineenses, desde a fase de preparação das aulas até à elaboração dos respectivos materiais didácticos;
- Passar a haver maior envolvimento dos professores portugueses na formação, ainda que o seu número seja reduzido: em 2006/2007, dos 39 professores portugueses, foram envolvidos nesta actividade 4 professores de Português e 2 de Matemática.

As informações disponíveis apontam para uma maior participação dos professores guineenses nas sessões dos GAP, facto que poderá estar relacionado com a libertação de 4 horas semanais do seu horário. Este tipo de intervenção é muito importante e, ao contrário da leccionação, pode

contribuir para um efeito multiplicador ao nível da qualidade do ensino. Para além da aquisição de novos conhecimentos científicos, o trabalho no âmbito dos recursos pedagógicos, assim como o reforço da capacidade de planificação das aulas dos professores, permite-lhes ter um melhor desempenho. Os beneficiários directos desta formação, segundo a coordenadora do programa, foram 120 em 2006/07, estando cerca de 200 professores a receber formação no presente ano lectivo.

Além das intervenções nas aulas e do apoio aos colegas, os professores do PASEG dão também apoio aos Conselhos Técnico-Pedagógicos dos estabelecimentos de ensino, com especial destaque na formação das turmas, preparação das reuniões de coordenação, na planificação anual das actividades lectivas e, sobretudo, na elaboração de materiais didácticos e textos de apoio. Prestam apoio directo à subcoordenação da disciplina de língua portuguesa, tomando parte activa nas reuniões quinzenais onde são discutidos os conteúdos das aulas e preparados os diversos materiais. Têm, ainda, uma intervenção relevante na elaboração dos exames e supervisionam a respectiva correcção.

É muito provável que, se o PASEG se focalizar na formação de professores, se conseguirá diminuir a propensão para recorrer ao crioulo na exposição de matérias nas aulas, devido ao fraquíssimo domínio da língua portuguesa. Contudo, ainda não se pode concluir que a estratégia que consistiu em elevar as competências linguísticas e pedagógicas dos professores foi eficaz, dado esta só ter avançado com expressão no ano lectivo 2006/07. Espera-se que desta inversão (da leccionação para a formação) resulte uma melhoria no desempenho dos professores na sala de aula e, logo, na aprendizagem dos alunos.

Os GAP, se funcionarem como previsto, cobrirão a totalidade dos professores guineenses dos 4 liceus públicos de Bissau, uma vez que, como referido, cada professor disporá de 4 horas semanais para esta formação.³⁵

- **Ensino Básico**

Relativamente ao Ensino Básico, o projecto focalizou-se desde o início (2001/02) na formação de formadores/orientadores de estágio. Ficou a cargo da ESE de Setúbal dinamizar seminários sobre a supervisão das práticas pedagógicas dos professores orientadores de estágio da Escola Normal 17 de Fevereiro. Assim, desde 2001/02, 24 professores orientadores dos alunos do 3º ano e 11 orientadores dos alunos do 2º ano puderam beneficiar desta formação direccionada para a superação das lacunas/deficiências pedagógicas, tanto na língua portuguesa quanto na

³⁵ No entanto, isto não se aplica às disciplinas de Biologia e Físico-Química.

metodologia de ensino da língua. No momento da deslocação da equipa de avaliação a Bissau, havia 3 professores portugueses a dar formação na Escola Normal, garantindo um acompanhamento regular, directo e continuado ao longo de toda a formação, aos orientadores de estágio.

No tocante às escolas que receberam alunos estagiários finalistas, a intervenção focalizou-se em cursos de aperfeiçoamento pedagógico e linguístico para os professores orientadores de estágio, de forma a superar as lacunas de formação através do acompanhamento feito a estes estagiários. Através das Oficinas de Língua Portuguesa (OfLP) foram organizadas sessões de formação e capacitação em português e no ensino da língua portuguesa e matemática.³⁶

Quadro 20 – Apoio ao Ensino Básico

Anos	Nº Professores	Escolas
2000/2001		
2001/2002	1	17 de Fevereiro
2002/2003	1	17 de Fevereiro
2003/2004	1	17 de Fevereiro
2004/2005	1	17 de Fevereiro
2005/2006	1	17 de Fevereiro
2006/2007	3	17 de Fevereiro Salvador Allende UCCLA
2007/2008	3	17 de Fevereiro Salvador Allende UCCLA

Na Escola Salvador Allende e na Escola da UCCLA, ambas do EB, foram organizadas várias sessões de formação sobre pedagogia e novas metodologias de ensino para 18 professores da 1^a à 4^a classes e 48 professores da 5^a e 6^a classes, tanto do 1^o agrupamento (português e ciências sociais), quanto do 2^o (matemática, ciências da natureza e educação visual).³⁷ Aspectos como a planificação anual e quinzenal dos conteúdos fizeram também parte dessa formação.

Em conclusão, as actividades desenvolvidas vão no sentido da superação das carências dos professores em língua portuguesa e de os capacitar com ferramentas pedagógicas que lhes permita ajudar os alunos na aprendizagem da língua portuguesa desde o início, dado que, na sua maioria, fazem o primeiro contacto com a língua do ensino só quando entram na escola.

³⁶ No entanto não foi possível quantificar o número dessas sessões de formação nem o número de professores envolvidos.

³⁷ Estes números nada dizem sobre a amplitude desta formação por se desconhecer o universo dos docentes de cada agrupamento destas escolas.

Embora sem quantificação de resultados a atingir, a focalização do apoio ao ensino básico na formação, desde o início da intervenção, indicia uma eficácia superior à da intervenção no ensino secundário, pelos efeitos multiplicadores que tem.³⁸

- **Alfabetização**

A alfabetização de mulheres e jovens é uma actividade iniciada em 2005/06 no sentido de criar uma base social mais ampla para a difusão da língua portuguesa na RGB. Contudo, uma das mais delicadas questões enfrentadas pela alfabetização na Guiné – de resto à imagem do que acontece com o sistema de ensino em geral – prende-se com a questão da língua, havendo quem se interroge sobre se existe alguma hipótese de sucesso para a alfabetização em língua portuguesa, baseando-se no facto de que esta estratégia não terá dado resultado no passado.

A estratégia do PASEG tem sido pragmática e prudente, iniciando-se por uma fase de experimentação com carácter de intervenção-piloto, acautelando o envolvimento da população beneficiária na elaboração do manual de alfabetização, com experimentação deste instrumento antes da sua adopção e utilização pelo núcleo de alfabetizadores. É prematuro falar de eficácia dado que relativamente ao período em análise o único resultado alcançado foi a elaboração do manual para alfabetizadores, tendo também avançado, em 2006/2007, a formação de 16 alfabetizadores.

- **Outras actividades**

Para além das actividades atrás referidas, os professores portugueses têm vindo a desenvolver uma série de actividades que foram surgindo no tempo, fruto da sua iniciativa, da experiência entretanto adquirida e do envolvimento com a comunidade. Os professores e funcionários do quadro dos estabelecimentos liceais públicos beneficiaram de *cursos de informática* e novas tecnologias de informação, nomeadamente, cursos de informática na óptica do utilizador, cursos de introdução à manutenção de hardwares e cursos de navegação na Internet (quadro 21).

Foram organizadas *feiras de livros* nos estabelecimentos de ensino, com exemplares excedentários das OfLP, as quais despertaram grande interesse no seio dos estudantes e da população, contribuindo para promover a leitura em língua portuguesa.

³⁸ No entender do Ministério da Educação e da Coordenadora do programa, a actual formação dispensada pelos GAP (que só avançou em 2006/07) tem obtido melhores resultados por se processar em pequenos grupos, com uma continuidade de 4 horas semanais e ter uma boa adesão por parte dos professores guineenses.

Quadro 21 – Cursos de informática

	Público Alvo	Nº Participantes
2002/2003	Professores	36
	Alunos	36
	Administração Escolar	16
Total		88
2003/2004	Alunos	30
Total		30
2004/2005	Professores	23
	Alunos	40
Total		63
2005/2006	Professores	69
	Alunos	132
	Colaboradores	4
Total		205
2006/2007	Administração Escolar	25
	Professores	43
	Alunos	301
Total		
2007/2008	Professores	89
Total		89

Fonte: PASEG (Coordenação no Terreno)

O *programa de rádio* “Outras Vozes Também Vossas” teve início em 2002. Desde então, tem sido regularmente difundido 4 vezes por semana, em horário nobre, pela rádio Bombolom FM, uma das estações radiofónicas mais escutadas na Guiné. A especificidade e a força do programa têm a ver principalmente com o facto de ele se destacar no espectro nacional pela qualidade da língua falada. Além da divulgação de contos e poesias, o que faz verdadeiramente a popularidade do programa são os esclarecimentos que traz às dúvidas de como se fala em português.

No Liceu Nacional funciona uma *televisão escolar*, cujo objectivo é informar a comunidade escolar sobre os acontecimentos culturais, desportivos e sociais que decorrem em Bissau e na própria escola. Esta iniciativa faculta aos alunos um contacto com as novas tecnologias de informação, além de constituir mais uma oportunidade para se aperfeiçoarem na língua portuguesa.

Foi criado um *clube de jornalismo escolar*, em 2007, com iniciação à escrita de notícias e de outros textos jornalísticos, através de exercícios práticos. Além da aprendizagem de técnicas jornalísticas, esta actividade contribui para o aperfeiçoamento da língua portuguesa. Os trabalhos produzidos pelos alunos são posteriormente publicados em jornais murais. No liceu Rui Cunha funciona o “Clube de escrita e caligrafia”. No Liceu Nacional existe o “Atelier de leitura e de escrita”. Foram criados “Clubes de Escrita Criativa” nos Liceus Agostinho Neto e Samora Machel, enquanto que no clube do Liceu Nacional se realizam concursos semanais de ditado em língua portuguesa.

A comemoração dos aniversários das OfLP inclui, entre outros, *visionamento de filmes* em português, *concursos* de escrita, desenhos em computador, concurso de preenchimento de textos. O 10 de Junho, dia de Camões, é uma das datas comemoradas de forma mais emblemática, com diversos concursos à volta da língua portuguesa, declamação de poesias de autores lusófonos e visionamento de filmes tendo por tema a cultura portuguesa.

Além destas intervenções, os professores do PASEG fazem *assessoria em língua portuguesa* a jornalistas da Delegação da RTP em Bissau. A colocação de dois professores no curso de licenciatura em língua portuguesa, promovido pelo Instituto Camões, na Escola Normal Superior e, ainda, o *curso de língua portuguesa* dispensado a deputados e às chefias militares têm sido outras actividades de relevo desenvolvidas no âmbito do programa.

Quadro 22 – Outras actividades

	Actividade	Público Alvo	Nº Freqüentadores
2002/2003	Teatro Infantil	Crianças do Bairro Quelele	15
Total			15
2004/2005	TEB	Comunidade	14
Total			14
2005/2006	TNK	Comunidade	7
	Grupo de Teatro do Liceu Nacional	Comunidade	6
	TV17	Comunidade	7
	TEB	Comunidade	17
Total			37
2006/2007	TEB	Comunidade	12
	TNK	Comunidade	7
	Grupo de Teatro do Liceu Nacional	Comunidade	6
	"Canto da Samora"	Alunos	16
	RIA	Professores	10
	"Receitas Guineenses em Português"	Alunos	20
Curso de fantoches	Alunos	6	
Total			77
2007/2008	Teatro escolar	Alunos	8
	Atelier de Jornalismo	Alunos	10
	Actividades de expressão	Alunos	120
	POP	Alunos	60
		Professores	2
	Formação e observação pedagógica	Professores	8
	TEB	Comunidade	12
Total			220

Fonte: PASEG (Coordenação no Terreno)

Ante o sucesso do apoio concedido à RTP África e cujas consequências se notaram na elevação da qualidade das reportagens transmitidas pela delegação guineense deste canal, o PASEG dá *curios de português* a jornalistas e funcionários da televisão (TGB) e da rádio nacional (RDN), em colaboração com a ONG INDE e a casa da imprensa da Guiné-Bissau. Os professores portugueses colaboram ainda na revisão diária dos *pivots* do telejornal e das reportagens, garantindo o lançamento para o ar de produtos com qualidade linguística mais cuidada. Iniciou-se

na TGB uma emissão intitulada “*Fala Direito*”, virada para o esclarecimento de dúvidas em língua portuguesa.

Em 2003, foi criado, pelo PASEG, o *Grupo de Teatro Experimental de Bissau* (TEB), desenvolvendo desde então actividades de encenação, em português, da vida quotidiana, oferecendo um reportório inesgotável de recursos linguísticos que os cidadãos podem reutilizar posteriormente em situações comparáveis.

Em suma, os professores portugueses têm vindo a desdobrar-se em numerosas actividades que não eram o aspecto central do apoio ao sistema de ensino e que acabam por dar grande visibilidade ao programa.

3.2.3. Eficiência

As carências de informação, quer no IPAD, quer na coordenação do PASEG, quanto aos desembolsos efectuados e sua estrutura impede uma análise da eficiência. Não foi possível chegar a um custo total do programa. Os dados do quadro 23, para além de incompletos, fornecem uma informação incoerente, reflexo das diferentes fontes consultadas para o tentar construir. Por exemplo, os documentos de acompanhamento carecem de informação deste tipo.

Quadro 23 – Custos totais do PASEG (em €)

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	Total
Apoio ao Ensino Secundário	sd	38.937	321.406	241.920	290.560	339.047	404.461	758.482	2.394.813
Apoio ao Ensino Básico			24.441	9.000	452	3.982	sd	20.000	57.875
Alfabetização				13.633	6.710	2.500	sd	7.100	29.943
Total		38.937	345.847	264.553	297.722	345.529	404.461	785.582	2.482.631

sd – sem dados

Fonte: Dados recolhidos em diferentes serviços do IPAD.

Nos pontos de situação e nas informações de serviço há informação sobre orçamentos mas não sobre desembolsos. Os dados da APD (quadro 5) evidenciam lacunas de informação como é o caso da quase total ausência de dados referentes aos primeiros anos do programa e relativamente a alguns componentes em anos seguintes.

Relativamente a estes custos, e mesmo nos casos em que o total do ano tem alguma coerência, não existe a sua desagregação por tipo de despesa, tornando impossível saber se foram

contabilizados todos os custos do programa (vencimentos; alojamento; transportes internos; geradores; combustível; computadores, consumíveis).

3.2.4. Previsão de Efeitos

O PASEG ainda está a ser implementado facto que dificulta a análise dos efeitos, tanto mais que, como se viu na eficácia, é difícil quantificar resultados. Com base na deslocação a Bissau, nas entrevistas realizadas e nos documentos consultados, é possível afirmar que:

- As OfLP fazem hoje parte da identidade dos estabelecimentos públicos de ensino secundário, sendo estas o principal responsável pela nova dinâmica que se vive nestes estabelecimentos. As OfLP revelaram-se instrumentos decisivos no desenvolvimento do PASEG e centros de influência emblemáticos para a difusão da língua portuguesa. Promovem leituras, emprestam livros a professores e alunos;³⁹ esclarecem dúvidas em língua portuguesa e disponibilizam materiais didácticos para as aulas. As OfLP ultrapassam a simples missão de centros de apoio para uma configuração que nos recorda um CDI, sendo um verdadeiro centro de aconselhamento pedagógico nas escolas.
- O ensino secundário conseguiu finalmente incorporar as NTIC, embora apenas como auxiliares na formação e meio de acesso à rede global, aguardando a revisão curricular para ver esta nova ferramenta ficar consagrada nos planos de estudo. O ensino da informática nos liceus potenciou o uso de computadores como ferramenta para resolver problemas, melhorar a qualidade da organização dos serviços e a qualidade dos serviços prestados à comunidade escolar. Com os diversos cursos de informática ministrados nos liceus pelas OfLP, a maioria dos professores e funcionários das escolas conheceram as novas tecnologias, despertando um interesse acrescido relativamente à língua portuguesa, nomeadamente por permitir, através do Word, a correcção automática dos textos, contribuindo para a melhoria da competência linguística dos professores e para a qualidade quer dos textos de apoio, quer dos enunciados das provas.⁴⁰
- A componente das OfLP, enquanto centro de documentação e de acesso às novas tecnologias, poderá contribuir para a redução das assimetrias no seio da sociedade guineense. Não fossem as OfLP, o livro continuaria a ser um bem pedagógico inacessível

³⁹ A posse de manuais e materiais didácticos de base é fundamental para o aproveitamento escolar dos alunos. Por isso, o acesso limitado a livros afirma-se como um dos factores que mais contribui para o empobrecimento das aprendizagens escolares dos alunos nos países pobres, contribuindo ao mesmo tempo para agravar as assimetrias sociais na escolaridade dos alunos. Na RGB, até aos finais dos anos noventa, salvo raras excepções, os estabelecimentos do ensino secundário funcionavam sem livros e sem auxiliares que pudessem ajudar o professor e que servissem de suporte para os alunos estudarem fora da sala de aula.

⁴⁰ Por exemplo, desde 2005 e graças aos computadores das oficinas de língua portuguesa e à formação em informática dispensada, todas as provas globais de todas as disciplinas são informatizadas e fotocopiadas, o que representa ganhos substanciais em qualidade, clareza e correcção.

tanto para os alunos quanto para os professores, com reflexos na qualidade do ensino e das aprendizagens proporcionadas aos alunos.

- É previsível que o desempenho dos professores guineenses melhore, reflexo da aquisição de novos conhecimentos científicos, do trabalho no âmbito dos recursos pedagógicos, bem como do reforço da capacidade de planificação das aulas.
- No que diz respeito ao apoio ao EB, os seus efeitos poderão ser multiplicadores dada a focalização, desde o início da intervenção, na formação de formadores.
- A opção de alfabetizar mulheres e jovens poderá contribuir para a redução da pobreza e o fortalecimento do seu papel na sociedade porque poderá: (i) Facultar às mulheres um importante instrumento para as suas diligências no dia-a-dia; (ii) Ajudar a melhorar a organização dos seus negócios, acompanhar a educação dos filhos, prevenir melhor as doenças e ter uma participação cívica acrescida e melhorada. Poderão conseguir-se efeitos multiplicadores na difusão da língua portuguesa e na consolidação da sua posição de língua oficial e língua de ensino.
- No que concerne às outras actividades, elas poderão produzir efeitos multiplicadores na sociedade guineense mas é preciso reflectir sobre a relevância dessas actividades quando comparadas quer com os resultados e efeitos, quer com os objectivos específicos do PASEG e a utilização dos recursos disponíveis.
- No que diz respeito à capacidade institucional dos estabelecimentos, é possível prever efeitos positivos, reflexo da adopção de um conjunto de boas práticas, quer administrativas, quer pedagógicas, nomeadamente:
 1. Os professores do PASEG criaram uma base de dados que permite o registo e o controlo de todos os leitores, alunos, professores e funcionários. Além disso, procederam à digitalização das capas dos livros que constituem o acervo das OfLP, como um complemento do inventário. Criou-se igualmente um ficheiro Access para o registo de alunos e professores, com vista à obtenção do cartão de leitor das OfLP;
 2. As actividades de apoio à gestão escolar, consubstanciadas num curso de informática para a gestão escolar, de 15 horas semanais, dirigido a funcionários e membros dos conselhos técnicos, graças ao qual todo o processo de matrículas se encontra completamente informatizado no Liceu Rui Cunha. Esta iniciativa será generalizada a outros estabelecimentos nos próximos anos;
 3. Ainda no quadro da modernização do funcionamento dos estabelecimentos, os professores do PASEG desenvolveram uma base de dados em Excel que permite fazer o registo informático das avaliações (RIA). Graças a este programa, além da

apresentação das pautas finais ser mais clara e coerente, os resultados dos alunos são arquivados e geridos em formato digital, evitando casos de fraude na emissão de certificados, prática que ultimamente vinha ensombrando a credibilidade dos estabelecimentos;

4. Todas estas actividades se tornaram possíveis devido às condições logísticas criadas nos liceus pelo PASEG, com especial destaque para a vertente de fornecimento regular da corrente eléctrica, graças aos geradores adquiridos pelo programa;
 5. A criação do TEB poderá produzir efeitos na proliferação do português no tecido social guineense. A teatralização, em português, da vida quotidiana, oferece um reportório inesgotável de recursos linguísticos que os cidadãos podem reutilizar posteriormente, em situações comparáveis. Graças ao seu aspecto lúdico e satírico, o teatro pode ajudar a preparar psicologicamente os estudantes para uma relação descomplexada com a língua portuguesa.
- Ao tentar contribuir para a melhoria da qualidade do ensino, o PASEG também poderá fortalecer as ferramentas que a escola fornece aos alunos para enfrentarem a vida na sociedade. A melhoria do ensino e da competência linguística dos alunos significará progresso nas aprendizagens e, sobretudo, aquisição de ferramentas para encarar com novas perspectivas a vida na sociedade. Assim, o PASEG pode favorecer o alargamento do leque de escolha dos alunos, logo contribuir para a diminuição da pobreza na sociedade.

3.2.5. Sustentabilidade

A questão da sustentabilidade deve ser equacionada tomando em atenção a natureza do Estado da Guiné-Bissau. A fragilidade institucional e a forte dependência externa são aspectos centrais e transversais na RGB que impedem a sustentabilidade, devendo a mesma ser equacionada apenas a muito longo prazo. Os princípios para o bom envolvimento internacional nos Estados frágeis (OCDE, 2005) advogam um envolvimento de longo prazo no sector da educação.

Dadas as condições infra-estruturais de Bissau, o projecto foi obrigado a criar um micro-contexto favorável para a sua implantação, consubstanciado na criação e funcionamento regular das OfLP nas escolas.⁴¹ As escolas que beneficiam do PASEG deixaram de apresentar um perfil desolador, de estabelecimentos pobres e deficientemente equipados.

⁴¹ A implantação desta estrutura implicou, por vezes, intervenções ao nível infra-estrutural e logístico, como sejam trabalhos de remodelação e melhoramento de salas, renovação de instalações eléctricas e instalação de geradores em cada um dos Liceus, reparação das canalizações, reparação e pintura do chão, colocação de gradeamentos em ferro,

A preocupação do programa com a sustentabilidade exprime-se de diversas formas:

- Ao iniciar os GAP, no domínio do ensino secundário, o projecto manifesta uma clara intenção de produzir efeitos multiplicadores. Tanto os GAP, no Ensino Secundário, quanto os professores orientadores de estágio, no Ensino Básico, procuram criar uma capacidade nacional em larga escala.
- Ao nível das OfLP, se no início todas as actividades eram dinamizadas pelos professores portugueses, hoje em dia em todos os estabelecimentos há colaboradores locais com o objectivo de no curto prazo se conseguir a apropriação por parte dos guineenses.

As OfLP foram, no período em análise, a componente melhor conseguida, com melhores resultados, funcionando como “ilhas” de qualidade no quadro dos liceus. Há indícios de apropriação e de passos no sentido da sua sustentabilidade, nomeadamente através da criação dos Grupos de Apoio às Oficinas (GAO), criados com o objectivo de preparar guineenses para coordenarem e gerirem as OfLP, tendo já colaboradores formados em todas elas. Contudo, num cenário de paragem do apoio, apesar da apropriação, não haverá condições institucionais e financeiras para manter esta dinâmica.

3.2.6. Coordenação e Complementaridade

No quadro da CP, não há mecanismos formais de coordenação e de promoção da complementaridade. A Embaixada conhece todas as intervenções da CP no sector da educação mas não tem promovido qualquer processo formal de coordenação/articulação. Porém, tem existido alguma coordenação com o Centro Cultural Português (CCP) na organização de cursos de língua portuguesa, tendo alguns professores do PASEG colaborado nesta formação, como já referido. Ainda no que se refere à colaboração com o CCP, os docentes do PASEG também participaram na leccionação do curso de iniciação à informática, promovido por essa instituição.

Foi possível identificar complementaridade e articulação com o PAEIGB, nomeadamente ao nível do TEB, bem como com o projecto da FDB. Por exemplo, no ano lectivo 2003/04, 4 professores do PASEG leccionaram LP na FDB, cada um com uma turma (de alunos do 1º ao 5º ano do curso). No ano lectivo seguinte (2004/05) leccionaram 6 professores. Um dos colaboradores das OfLP, formado pelo PASEG, foi contratado pela FDB como funcionário para a Secretaria.

Com outros doadores não foram identificadas sinergias. Seria importante haver concertação e disponibilidade para sinergias com outros projectos de alfabetização, nomeadamente a experiência apoiada pela cooperação cubana e o trabalho que está a ser desenvolvido pelo IMVF

colocação de prateleiras, pintura de paredes interiores, ou seja, um conjunto de obras de benfeitoria que proporcionaram melhores condições de trabalho e deram um novo visual aos liceus.

nas ilhas dos Bijagós. A diversidade de abordagens não deve prejudicar a concertação nem conduzir a duplicação de esforços.

No segundo semestre de 2006, foi criado o Grupo de Parceiros da RGB. Este grupo é constituído por vários subgrupos.⁴² Portugal coordena o subgrupo do desenvolvimento humano (com a assistência da OMS), que integra as questões da educação, saúde e género. Dada a dispersão das intervenções no sector da educação, o grupo começou por identificar objectivos e metodologias de trabalho a desenvolver, tendo como objectivo tentar coordenar as acções de modo a evitar sobreposições.

3.2.7. Valor Acrescentado

Apesar das limitações referidas, este programa aparece como um “balão de oxigénio” que evitou a implosão do sistema educativo guineense, num momento em que se registava uma clara e inquietante retracção dos parceiros internacionais, nomeadamente a Suécia, em cujo apoio repousava todo o funcionamento do sistema educativo desde a independência, e o PAEB/Firkidja financiado pelo Banco Mundial, que desempenhou as mesmas funções desde a eclosão do conflito político-militar de 1998.

Quando se analisa o sistema educativo secundário guineense, sobressai a existência clara de dois períodos, a saber, antes e depois do PASEG, caracterizados por:

1. Antes, a tendência dos doadores era no sentido de focalizar a intervenção no ensino básico, e de maneira exclusiva (com excepção da França que, desde sempre, deu relevância especial ao ensino da língua francesa nos Liceus). Contrariamente à filosofia que norteava os grandes projectos que o precederam, o PASEG passou a dar importância e apoio ao ensino secundário, sem o qual será impossível garantir aprendizagens de qualidade, seja no ensino básico, seja no ensino superior;
2. Antes do PASEG, os projectos incidiam preferencialmente no alargamento do acesso, prossequindo o objectivo da expansão do parque e da oferta escolar, relegando para segundo plano a vertente ligada ao aproveitamento dos alunos e ao produto do sistema. Com o PASEG, olhando para as actividades desenvolvidas, pode afirmar-se que foi conferida uma atenção à qualidade de ensino.

A CP dá por esta via um contributo importante e que pode marcar a diferença relativamente a outros doadores, apostando na qualificação do sistema de ensino guineense.

⁴² Reforma administrativa e governação; justiça; sector privado; reforma do sector de segurança e defesa; e desenvolvimento humano.

3.2.8. Visibilidade

O PASEG é conhecido em Bissau não tanto pelas actividades centrais do programa mas pela panóplia de actividades complementares que desenvolve nomeadamente na rádio, televisão, teatro, feiras de livros, cursos, etc.

A recente disposição, aprovada pelo Parlamento, fixando aos órgãos de comunicação social a obrigatoriedade de 50% da programação difundida ser em língua portuguesa é um sinal eloquente e emblemático do novo fulgor que a língua portuguesa está a adquirir na sociedade guineense, em parte graças à dinâmica incutida pelo PASEG.

Finalmente, o programa, como expressão de solidariedade para com o país que acabava de sair de um devastador conflito, contribuiu grandemente para elevar e consolidar a imagem de Portugal na Guiné-Bissau.

3.3. Constrangimentos

Da análise da evolução do PASEG e da sua implementação foi possível identificar constrangimentos internos e externos.

- **Constrangimentos internos**

O carácter *had hoc* da formação, a dispersão por actividades que não contribuem para o objectivo central do programa e a ausência de metas e objectivos específicos quantificados, foram os principais constrangimentos identificados na implementação do PASEG.

- **Constrangimentos externos**

Foram vários os constrangimentos externos sentidos durante a implementação do PASEG, a saber:

1. As frequentes remodelações, que na RGB significam não apenas mudanças de ministros, como também alterações em todos os escalões administrativos, por implicarem uma permanente renovação de interlocutores, obrigam a um permanente exercício de explicação aos novos responsáveis e a um conseqüente equilíbrio precário, tendo ainda como conseqüência o abrandamento do ritmo de implementação das actividades;
2. A ausência de programas e de manuais, que dificulta a definição de metodologias e a elaboração de materiais;
3. As fraquezas em termos de gestão do sistema, que se reflectem nas dificuldades de gestão do ano escolar, acarretando atrasos no início das aulas e frequentes interrupções

por razões laborais, além da desmotivação no seio do corpo docente, influenciam também negativamente o processo de implementação das actividades do programa;

4. A acumulação excessiva de horários praticada pelos professores dos estabelecimentos públicos, como forma de contornar os problemas salariais da função pública, deixando os docentes praticamente sem disponibilidade, seja para uma correcta preparação das aulas, seja para a frequência de acções de formação programadas pelo PASEG. Apesar da redução da carga horária negociada pelo programa e aceite pelas direcções das escolas, este problema ainda não foi completamente eliminado;
5. A diversidade que caracteriza o grupo de formandos, dificultando o seguimento individualizado, com apoios adaptados às dificuldades individuais;
6. A não creditação da formação recebida. A emissão de um diploma de formação não é reconhecida pela tutela para efeitos de progressão na carreira;
7. Os problemas de transporte (o estado de degradação da viatura do programa e os custos a ele associados) provocam grandes ineficiências, dada a grande dificuldade que provoca na mobilidade dos professores portugueses;
8. A falta de equipamento diverso, nomeadamente fotocopiadoras e a escassez de consumíveis (devido ao atraso na disponibilização de verbas e à inexistência destes no País), o que provoca atrasos na actualização de placards informativos e na produção de fichas e textos de apoio, indispensáveis tanto à leccionação, quanto às avaliações;
9. A ocorrência de assaltos e outros actos de vandalismo nas OfLP, comprometendo o normal funcionamento das mesmas, nomeadamente nos Liceus Agostinho Neto e Kwame Nkrumah, apesar das campanhas de sensibilização no sentido da emergência de uma consciência da escola como património comum.



Síntese

- O PASEG é relevante quer para a RGB quer para Portugal. No primeiro caso apoia um subsector tradicionalmente negligenciado pela cooperação internacional, o qual se debate com inúmeros problemas. No segundo caso, o programa integra-se nas prioridades da CP não só de apoio aos sistemas de ensino mas também de apoio à consolidação da LP.
- O PASEG tem centrado a sua intervenção em 4 grandes áreas: leccionação no Ensino Secundário; formação de professores do EB; alfabetização e outras actividades, convergindo todas para o objectivo de consolidação da LP.
- A análise da eficácia foi dificultada pela ausência de objectivos específicos, actividades, recursos e resultados devidamente quantificados. O PASEG foi evoluindo ao longo do tempo, indiciando que só no ano lectivo 2007/08 se começou a estruturar correctamente, mantendo-se no entanto as dúvidas quanto aos resultados propostos.
- Apesar das dificuldades em quantificar resultados, o apoio ao EB, até 2006/07, indicia maior eficácia dada a sua focalização na formação de formadores/orientadores de estágio. A alfabetização está a dar os primeiros passos sendo ainda prematuro falar de eficácia. A panóplia de outras actividades desenvolvidas pelos professores portugueses tem vindo a crescer de ano para ano, correndo-se o risco de centrarem a atenção nos aspectos que não são os centrais desta intervenção.
- A criação, em 2006/07, dos GAP, como novo mecanismo de apoio pedagógico aos professores guineenses, poderá produzir melhores resultados no apoio ao ensino secundário, pelos efeitos multiplicadores que terá.
- Não foi possível apreciar a eficiência, quer pela inexistência do custo global do programa quer porque os dados existentes são insuficientes e/ou contraditórios, acrescidos pela ausência de indicadores.
- Não foi possível identificar com rigor efeitos no sistema de ensino em geral, e nos estabelecimentos de ensino em que se implementa em particular, dada a ausência de indicadores, podendo contudo afirmar-se que existe uma nova dinâmica nos liceus abrangidos, graças às OfLP.
- Ao nível da sustentabilidade, apesar de alguns indícios de apropriação das OfLP com a formação de colaboradores locais, se o apoio parar, não há garantias do seu normal funcionamento nem de que os conhecimentos adquiridos pelos beneficiários directos se consolidem.
- Foi possível identificar sinergias com o PAEIGB, ao nível do TEB, e com a FDB, na leccionação de LP, bem como com o CCP, na organização de cursos de LP e de iniciação à informática.
- A visibilidade do PASEG é grande, não só nos liceus mas também em Bissau, não tanto pelas actividades centrais do programa mas pela panóplia de actividades extra-curriculares que os professores portugueses desenvolvem, quer nas escolas, através das OfLP, quer fora delas.
- Os principais constrangimentos do PASEG situam-se ao nível da concepção do próprio programa e do contexto em que actua.

4. Faculdade de Direito de Bissau

4.1. Breve historial

A cooperação com a Faculdade de Direito de Bissau (FDB) tem uma história de 16 anos. O Projecto nasceu da vontade expressa pela Guiné-Bissau de reactivar a Escola de Direito de Bissau e do compromisso público assumido pelo Primeiro-ministro Português, em Março de 1989, aquando da visita à Guiné-Bissau, de apoiar o seu relançamento no ano lectivo seguinte (1989/90). Após negociações, foi assinado, em Bissau, no dia 22 de Julho de 1990, um Protocolo de Cooperação entre Portugal e a República da Guiné-Bissau, relativo ao apoio à Faculdade de Direito de Bissau, entendido como um Adicional ao Acordo de Cooperação Jurídica. Entrou em vigor com efeitos retroactivos a 1 de Janeiro de 1990 e foi considerado válido por um período de cinco anos, tendo como executor a Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (FDUL). Em Agosto de 1995, o Protocolo foi prorrogado por novo período de 5 anos, produzindo efeitos retroactivos a 1 de Outubro de 1994, terminando em Setembro de 1999.

Em Julho de 1998, foi iniciado o processo de avaliação do Projecto tendo sido realizada apenas a fase de trabalho documental. A prevista deslocação a Bissau não teve lugar devido aos acontecimentos entretanto ocorridos naquele país. A situação político-militar fez igualmente com que as actividades da FDB fossem suspensas em 1998, não sendo realizados todos os exames finais do ano 1997/98 e não tendo sido iniciado, em Outubro desse ano, um novo ano escolar. Terminava, assim, por razões internas, a primeira fase da vida do Projecto.

Entre Junho de 1998 e Outubro de 2000, a FDB esteve encerrada. Contudo, em 1999 e 2000 foi feito trabalho de recolha e recuperação de alguns bens da FDB,⁴³ realizados os exames em falta relativos a 1997/98, feitas as provas de admissão de novos alunos e distribuído o serviço docente para 2000/01 reiniciando a sua actividade em Novembro de 2000.⁴⁴

Em Fevereiro de 2000, o ICP decide harmonizar o apoio prestado aos projectos de cooperação com as Faculdades de Direito dos PALOP (Bissau, Luanda e Maputo) – até 30 000 contos (150 000 €) por ano⁴⁵ – devendo as faculdades elaborar projectos que previssem a redução gradual do apoio português e o crescimento do envolvimento financeiro das faculdades naqueles países, visando a sua sustentabilidade. Esta abordagem funcionou até 2003/04, desenvolvendo-se

⁴³ As instalações da FDB serviram de base aos militares senegaleses que as vandalizaram, perdendo-se parte do espólio bibliográfico e ficando seriamente danificadas as instalações, as quais viriam a ser reabilitadas com o apoio da União Europeia.

⁴⁴ Este facto deu-lhe grande visibilidade na comunicação social dado ter sido o único estabelecimento de ensino a funcionar naquela altura.

⁴⁵ A FDUL sempre contestou a atribuição deste subsídio, por o considerar insuficiente.

entretanto esforços para definir um projecto de cooperação, elaborado segundo as normas do ICP, com objectivos, actividades, recursos e resultados devidamente identificados, bem como com uma estratégia de saída a médio prazo.⁴⁶

Em Setembro de 2004, foi assinado um novo Protocolo entre o IPAD e a FDUL, para financiar o projecto de cooperação com a FDB, válido por três anos. O Objecto do Protocolo é o Projecto, e tem como objectivo *“apoiar o processo de consolidação da FDB, enquanto escola jurídica ao serviço da comunidade, através da criação de um corpo docente para as áreas jurídicas capaz de assumir responsabilidades científicas e pedagógicas dentro da Faculdade, reforçando, por outro lado, em termos sociais, o sentimento de pertença a uma única comunidade e a um só ordenamento jurídico”* (Cláusula primeira. Ponto 2). Tem subjacente um plano de actividades para 2004/05, dando continuidade à intervenção.

De acordo com o Protocolo (**Anexo 7**), a FDUL deveria submeter ao IPAD, até 31 de Março, um Programa Anual de Actividades contendo, entre outros, a identificação do Projecto, o orçamento detalhado e eventuais co-financiadores. Surge assim, pela primeira vez, um documento de Projecto com as características atrás enunciadas. Desde então, todos os anos, a FDUL tem apresentado um documento de projecto para apreciação e financiamento.

Em Outubro de 2004 foi, também, celebrado um Protocolo trienal, entre a FDB e o ICA, para assegurar, até Setembro de 2007, o financiamento do Leitorado Português na Guiné-Bissau e de um docente de língua portuguesa na FDB.

Embora não tenha sido concluída, a avaliação de 1998 chegou a algumas conclusões e recomendações que se viriam a revelar importantes para a nova fase da vida do Projecto, a saber:

O facto de a FDB ser o único estabelecimento de ensino universitário, ter uma actividade dinamizadora na sociedade guineense e de os seus licenciados serem apreciados e absorvidos pelo mercado de trabalho, permite afirmar que ela é uma instituição de grande utilidade e valia para o país. Apesar disso, detectaram-se algumas debilidades que levam a fazer as seguintes recomendações:

- No tocante à eficácia há que proceder à redefinição dos objectivos específicos, centrando-os em resultados e desempenhos, tornando-os realistas, mensuráveis e adequados a um horizonte temporal previamente definido. Por exemplo, a eficácia poderá ser melhorada com a criação de condições que contribuam para a consolidação de um corpo docente guineense (Estatuto da Carreira Docente e condições de trabalho, físicas e materiais, dignificantes).
- A melhoria da eficácia exige, também, a criação de especializações em outras áreas disciplinares, como a administração pública e/ou outros ramos das ciências sociais, concretizando parcerias com outras instituições.

⁴⁶ Em Abril de 2001, foi efectuada uma missão conjunta ICP/FDUL a Bissau com o objectivo de preparar um projecto com essas características. Na sequência desta deslocação, foi elaborado um documento de projecto, cujo início de implementação estava previsto para 2002, facto que não chegou a ocorrer devido, entre outros, ao início do processo de reestruturação na cooperação portuguesa, que viria a extinguir o ICP e, com a fusão com a APAD, a criar o IPAD.

- A eficiência do projecto carece de ser melhorada. Para tal será necessário criar mecanismos que obriguem a Parte Guineense ao cumprimento das suas obrigações contratuais, permitindo a redução gradual da participação directa portuguesa, transformando-a em outras formas de apoio. A Parte Guineense deverá, simultaneamente, criar mecanismos de transparência na gestão da FDB. Isto significa que o diálogo político entre os dois Estados deve ser incrementado no que diz respeito a este projecto, dado que há aspectos, que pela sua delicadeza, só poderão ser equacionados a esse nível.
- A própria gestão do projecto deve ser implementada, devendo para o efeito, serem criadas estruturas, mecanismos e instrumentos especialmente vocacionados para a realização do seu acompanhamento. Enquanto principal entidade financiadora, o ICP deverá assumir essa função, cumprindo e fazendo cumprir as normas de transparência de gestão de projectos.
- Directamente relacionada com a gestão do projecto está a implementação do diálogo entre as instituições envolvidas. Devem incrementar-se, ou mesmo estabelecer-se, as relações entre o ICP, a FDL, o ICA, a Embaixada de Portugal em Bissau e a FDB de forma a facilitar a fluidez da comunicação permitindo melhorar os procedimentos de execução e gestão do projecto.
- Para promover a sustentabilidade devem ser criadas formas de responsabilização da Parte Guineense, de modo a aumentar o grau de apropriação do projecto o que passa, também, pelas questões anteriormente focadas, nomeadamente pelo diálogo político entre Estados.
- O futuro do projecto deverá ser reequacionado à luz da sua pertinência no quadro de uma política portuguesa de cooperação, que não existe, e cujo quadro estratégico se aguarda na sequência do *Documento de Orientações Estratégicas sobre a Cooperação Portuguesa no limiar do Séc. XXI*, conforme resolução do Conselho de Ministros, publicado em DR de 12 de Agosto de 1998.

• A FDB e o Projecto

A FDB é uma instituição pública de ensino superior, tutelada pelo Ministério da Educação, que goza de autonomia científica, pedagógica, disciplinar, administrativa e financeira. A sua direcção está a cargo de um Director, de nomeação ministerial, que dirige os recursos humanos e materiais, sendo os aspectos pedagógicos e científicos da responsabilidade de um Assessor Científico,⁴⁷ designado pela FDUL.

O Projecto de cooperação, elaborado pela FDUL, discutido na FDB e levado à consideração do Ministro da Educação, tem como *objectivo global* “apoiar o funcionamento de um sistema político pluralista tendo em vista a consolidação do Estado de direito na Guiné-Bissau”.

Os *objectivos específicos* são: criar as condições de auto-sustentação da FDB, quer ao nível do seu corpo docente, quer ao nível do pessoal administrativo, quer mesmo ao nível dos diversos serviços que presta à comunidade. Embora o horizonte temporal do Protocolo, e do documento de Projecto apresentado em 2004, seja 2006/07, são feitas previsões de resultados para 2009/10 o que faz antever a necessidade de continuação do apoio para além do período de vigência do Protocolo de 2004.⁴⁸ De facto, isso veio a verificar-se em Dezembro de 2007, tendo sido assinado novo Protocolo que irá reger a parceria para o período 2007/2010.

⁴⁷ É ele, por exemplo, que preside ao Conselho Científico, distribui o serviço docente e dirige o CEARL.

⁴⁸ *Dotar aquele país de um corpo docente guineense para as áreas jurídicas capaz de assumir todas as responsabilidades científicas e pedagógicas dentro da FDB. E, deste modo, contribuir para a consolidação da FDB*

Para além das actividades de docência na área do Direito e da atribuição de bolsas de mestrado e doutoramento para consolidar o corpo docente guineense, foi finalmente criada a menção em Administração Pública (2004/05), prevista desde o primeiro Protocolo, concebida como uma variante a partir do 3º ano do curso. O Projecto prevê, igualmente, a realização de seminários ou cursos de curta duração, ao longo do ano lectivo, sobre temas que se revelem pertinentes. Outras áreas de actividade relacionam-se com o apoio aos serviços administrativos da FDB, o apetrechamento da biblioteca da Faculdade e a formação de pessoal habilitado nestas duas áreas.

A reactivação do Centro de Estudos e Apoio às Reformas Legislativas (CEARL) instância do Conselho Científico da FDB, foi igualmente prevista, centrando a sua actividade na consultoria jurídica, organização de acções de formação profissional e dinamização de seminários e conferências.

Entre os resultados esperados, até 2009/10, incluem-se 240 a 270 (275, no documento de projecto de 2007/08) licenciados na vertente comum e na vertente especializada em Administração Pública; 16 a 22 docentes guineenses com Mestrado concluído; 2 a 4 doutorados, estando 2 em fase de preparação do mesmo. Prevê que o corpo docente guineense esteja apto a assumir 24 regências (18 regentes) e conte com 12 assessores da vertente comum. Na vertente de Administração Pública haverá 3 a 4 assessores. Com o mesmo horizonte temporal, o pessoal da secretaria estará plenamente habilitado para lidar com a gestão corrente dos processos da Faculdade e o apetrechamento dos serviços administrativos será então o adequado. Manter-se-á a lógica de reforço da Biblioteca até 2010, bem como a organização e catalogação de todas as obras adquiridas.

Em 2005/06 foi introduzido o Ano Zero no curriculum do curso. A Universidade Amílcar Cabral (UAC) tinha iniciado o Ano Zero para o curso de Direito e pretendia canalizar os seus estudantes directamente para a FDB, sem os sujeitar à realização das provas de admissão que esta exige a qualquer candidato. Contudo, de acordo com as informações recolhidas na FDB, o seu funcionamento caracterizava-se por inúmeras e graves anomalias e ausência de critérios mínimos de rigor pedagógico. Para obstar esta situação, a pedido do Ministério da Educação foram realizadas duas acções: 1º - criação de um curso especial de preparação para as provas de admissão, que funcionou no 2º trimestre de 2005 e no qual se puderam inscrever os alunos que frequentavam o Ano Zero da UAC, assim como quaisquer outros; 2º - criação de um Ano Zero na

FDB, o qual começou a funcionar no ano lectivo 2005/06, sendo abolido o ensino pré-universitário para Direito ministrado na UAC e reforçada a preparação de base dos alunos da FDB, procurando diminuir as elevadas taxas de insucesso escolar verificadas nos primeiros anos do curso.

4.2. Os Critérios de Avaliação

4.2.1. Relevância

- **Para a Guiné-Bissau**

O Projecto insere-se nas prioridades do Documento de Estratégia Nacional de Redução da Pobreza (DENARP): no domínio do ensino superior foi eleita como uma prioridade “*a consolidação da sua capacidade nacional de formação e pesquisa como meio de dotar de recursos humanos indispensáveis para o desenvolvimento e a luta contra o fenómeno da fuga de cérebros*” (pp. 20).

A FDB foi, até 2006, a única instituição de ensino superior a ministrar o curso de Direito⁴⁹ e, desde 2004/05, a variante de Administração Pública, contribuindo directamente para as prioridades identificadas no DENARP. Para além da docência, os professores desenvolvem, desde o início, um conjunto diversificado de actividades extra-curriculares com relevância para a sociedade guineense.

O Projecto tem tido flexibilidade para responder às solicitações das autoridades guineenses. Exemplo disso são a criação quer da variante em Administração Pública, quer do Ano Zero (a pedido do Ministério da Educação) a resposta a solicitações diversas em matéria de pareceres jurídicos, bem como a resposta a solicitações do Governo no sentido da elaboração de diplomas legais.

As actividades extra-curriculares, nomeadamente as desenvolvidas no âmbito do Centro de Estudos e Apoio às Reformas Legislativas (CEARL), desde a elaboração de pareceres jurídicos à tradução de legislação, realização de seminários, conferências, cursos de pós-graduação, jornadas jurídicas, edição de publicações e realização de actividades culturais diversas tornam a FDB uma instituição relevante e de referência na sociedade guineense.

- **Para a Cooperação Portuguesa**

O projecto integra-se no sector da educação e tem repercussões sobre a governação, duas áreas prioritárias para a Cooperação Portuguesa. É um projecto estruturante, de consolidação da FDB enquanto escola jurídica e que dá prestígio à CP.

⁴⁹ Em 2006/07 a UCB começou também a leccionar o curso de Direito.

De acordo com o documento “Uma Visão Estratégica para a Cooperação Portuguesa”, a Boa Governança, Participação e Democracia é uma prioridade sectorial pretendendo “*reforçar as acções de apoio institucional e de capacitação que contribuam para o fortalecimento do Estado de direito (...); apoiar áreas determinantes para a boa governação, como (...) a justiça;* (pp.26). Tratando-se de uma instituição que forma juristas, os quais se integram directamente na Administração Pública e nos órgãos de soberania, reveste-se de particular relevância para o fortalecimento do Estado de direito.

O sector da educação é também uma das prioridades da Cooperação Portuguesa: “*No que concerne à cooperação na área do Ensino Superior, também ela importante, será alvo de uma política clara e concertada, orientada para a promoção da qualidade do ensino e no desenvolvimento de oportunidades de criação de estabelecimentos de formação públicos e/ou privados nos países lusófonos, com vista à satisfação das necessidades emergentes de formação para a sociedade global*” (pp.27), sendo o projecto da FDB relevante nesta prioridade.

4.2.2. Eficácia

- **Licenciatura**

Os primeiros licenciados, como previsto, concluíram o curso em 1994, contando a FDB, na actualidade, com cerca de 400 alunos e 206 licenciados (quadros 24 e 25), dos quais 6 em Administração Pública. O corpo discente tem vindo a crescer gradualmente (quadro 4), resultado de uma maior procura do curso por parte da população jovem saída do Ensino Secundário.⁵⁰ O aproveitamento escolar, de acordo com as informações recolhidas na FDB, regista taxas de insucesso mais elevadas nos dois primeiros anos da licenciatura sendo o sucesso maior nos anos terminais. Para este facto contribuem, por um lado, a deficiente formação de base dos alunos e, por outro, as dificuldades de compreensão da língua portuguesa. Para colmatar estas lacunas foi criado, em 2005/06, o Ano Zero (como atrás referido) e incluídas no currículo duas disciplinas de Língua Portuguesa,⁵¹ do 1º ao 5º ano da licenciatura, leccionadas por docentes portugueses.

Existem *numerus clausus*, sendo a procura muito superior à oferta. Para 40/50 vagas surgem 300/400 candidatos. As propinas são baixas e, na primeira fase do Projecto, ou seja, até à suspensão das actividades da FDB em 1998, os alunos recebiam gratuitamente os manuais das diferentes disciplinas. A formação local tem a vantagem de evitar a “fuga de cérebros” e o desenraizamento dos alunos relativamente ao seu contexto familiar e social.

⁵⁰ O grupo etário dos alunos tem vindo a baixar e a dedicar-se em exclusivo ao curso. No início os alunos eram mais velhos e eram maioritariamente trabalhadores estudantes.

⁵¹ Assegurada pelo ICA, tendo por base um Protocolo assinado em Outubro de 2004. Alguns professores do PASEG têm também, nos últimos anos, leccionado estas disciplinas.

Quadro 24 - Alunos inscritos em cada ano lectivo

Ano	Total de alunos	Ano	Total de alunos
1990/91	82	2003/04	263
1991/92	118	1º ano	69
1992/93	160	2º ano	83
1993/94	206	3º ano	54
1994/95	nd	4º ano	31
1995/96	nd	5º ano	26
1996/97	263	2004/05	349
1997/98	295	1º ano	56
2000/01	251	2º ano	74
1º ano	52	3º ano	54
2º ano	56	4º ano	46
3º ano	51	5º ano	25
4º ano	11	2005/06	399
5º ano	19	Ano zero	51
2001/02	254	1º ano	89
1º ano	84	2º ano	65
2º ano	74	3º ano	92
3º ano	39	4º ano	62
4º ano	31	5º ano	40
5º ano	26	2006/07	397
2002/03	260	Ano zero	53
1º ano	77	1º ano	78
2º ano	81	2º ano	68
3º ano	41	3º ano	71
4º ano	33	4º ano	74
5º ano	28	5º ano	53

nd - não disponível.

Fonte: Faculdade de Direito de Bissau.

Quadro 25 – Relação entre os alunos inscritos e os alunos licenciados

Alunos inscritos no 1º ano, pela 1ª vez		Alunos licenciados		%
1989/90	43*	1993/94	10	30.3
1990/91	42*	1994/95	16	28.6
1991/92	38	1995/96	11	28.9
1992/93	45	1996/97	10	22.2
1993/94	44	1997/98	32	
1994/95	58	1998/99		
1995/96	57	1999/00		
1996/97	88	2000-01		
1997/98	63	2001-02	19	30.2
1998/99	-	2002-03	24	
1999/00	-	2003-04	19	
2000/01	52	2004-05	19	36.5
2001/02	84	2005-06	19	22.6
2002/03	77	2006-07	27	35.1
Total	691*	Total	206	29.8

* - estimativa

Fonte: Faculdade de Direito de Bissau.

- **Corpo Docente**

No início, havia 25 disciplinas no currículo. No ano lectivo 2006/07, o total de disciplinas leccionadas subiu para 42, reflexo das mudanças entretanto ocorridas: a reforma curricular, em 2004/05, adaptando o plano de curso às modernas tendências de ensino jurídico,⁵² a criação da variante em Administração Pública e a introdução do Ano Zero.

A formação de um corpo docente nacional é um dos resultados previstos, tendo em vista a apropriação e sustentabilidade da FDB. Tendo em vista a sustentabilidade e a apropriação, a FDB adoptou uma política de recrutamento, através de concurso, dos alunos com melhor média final, estimulando-os e proporcionando-lhe formação pós-graduada ao nível do mestrado e do doutoramento, bem como o pagamento, pela CP, de bolsas de docência aos regentes e assessores nacionais, ligadas à assiduidade (o que exige a efectiva prestação do serviço lectivo).⁵³ Esta política tem permitido fixar no corpo docente da FDB os melhores quadros guineenses, constituindo um dos grandes sucessos do projecto, visível no aumento gradual das regências (quadro 26).

Quadro 26 – Evolução do corpo docente da FDB

Anos Lectivos	Total	Docentes Portugueses	Docentes Guineenses	
			Regentes	Assessores
1989/90	8	5*	0	3
1990/91	13	7*	0	6
1991/92	16	6*	3	7
1992/93	22	8*	4	10
1993/94	22	8*	6	8
1994/95	24	10*	5	9
1995/96	24?	9*	7?	8?
1996/97	26	8*	7	11
1997/98	26	7*	8	11
2000-01		3+1**		
2001-02	31	4	15	12
2002-03	30	3	13	14
2003-04	29	3+1***	13	12
2004-05	32	5	11	16
2005-06	37	6	16	15
2006-07	40	5+1*	22	12

* Inclui o docente de Língua Portuguesa; ** Reforço de + 1 a partir de Janeiro;

*** Reforço de + 1 a partir de Abril.

Fonte: FDUL.

O número de docentes guineenses e sua dedicação a tempo inteiro é um bom indicador do nível de apropriação do Projecto. O corpo docente conta com 22 regentes e 12 assessores guineenses.

⁵² Com a introdução de disciplinas especializadas na área do Direito dos negócios.

⁵³ Embora sejam um complemento salarial, o montante é superior ao salário base.

As previsões iniciais apontavam para uma substituição gradual dos docentes portugueses por colegas guineenses na regência das diversas disciplinas, à medida que se iam formando. Na primeira fase de vida do Projecto este objectivo não tinha sido totalmente conseguido. Contudo, no primeiro ano da nova fase do Projecto, 16 das 30 regências foram asseguradas por docentes nacionais, cabendo as restantes 13 a assistentes portugueses. A apropriação nacional das disciplinas curriculares foi então superior a 50%. No tronco comum do curso, o nível de apropriação situava-se já próximo dos 2/3 (16 em 26 disciplinas). No ano lectivo 2006/07, das 40 disciplinas,⁵⁴ 27 foram atribuídas a regentes nacionais, o que representa cerca de 70%. Contudo, apenas dois docentes guineenses (o Director e regente da FDB e um assessor) se encontram em regime de exclusividade, facto que põe em causa a sua apropriação.⁵⁵ Esta realidade não é alheia ao facto de os salários dos docentes serem pouco atractivos (inferiores, por exemplo, aos da Escola Tchico Té de formação de professores) e pagos com 2 a 4 meses de atraso.

As novas disciplinas impostas pela criação da variante em Administração Pública têm sido leccionadas por docentes portugueses. Contudo, todas as disciplinas leccionadas por docentes portugueses integram um assessor nacional, procurando também por esta via formar um corpo docente próprio e preparar a gradual substituição dos assistentes portugueses, sem pôr em causa a qualidade média do ensino.

O aumento do número de docentes portugueses nos últimos anos deve-se à introdução gradual da variante em Administração Pública, bem como à reforma dos currícula, introduzindo novas disciplinas no plano do curso de Direito, sendo todas elas por eles leccionadas.

- **Formação pós-graduada**

A formação pós-graduada foi assumida, desde o início, como fundamental para a sustentabilidade da FDB. Dado o carácter de longa duração desta formação, os seus resultados e efeitos só se tornaram visíveis na segunda fase do projecto. Esta formação foi, também desde o início, apoiada pela Cooperação Portuguesa, sendo concedidas bolsas, pelo ICP/IPAD, aos alunos que se encontram a frequentar o mestrado ou o doutoramento em Portugal.

Até ao final de 2006/07 tinham obtido o grau de Mestre 16 licenciados e, em Novembro de 2006, foi concluído o primeiro doutoramento guineense em Direito, no âmbito do Projecto. Encontravam-se a frequentar mestrado 18 licenciados e dos 16 mestres 5 encontravam-se a fazer o doutoramento.

⁵⁴ Excluindo as duas disciplinas de Língua Portuguesa.

⁵⁵ Não constitui, no entanto, objectivo do projecto afastar o corpo docente guineense da acumulação com outras profissões jurídicas, uma vez que, segundo a tradição das faculdades de direito públicas portuguesas, a ligação à sociedade e ao mundo dos negócios é uma mais valia para o ensino jurídico.

Desde 2004, a FCG apoia a realização anual de dois estágios de investigação e actualização, com a duração de 2 meses, durante as férias escolares, destinados a regentes e/ou assessores da FDB interessados na valorização e aperfeiçoamento da sua formação jurídica. Estes estágios revestem-se de particular importância para o refrescamento e aprofundamento de conhecimentos, contribuindo para aumentar a qualidade científica do corpo docente e simultaneamente criar laços entre as instituições.

Quadro 27 – Evolução da formação pós-graduada

Anos	Mestrados		Doutoramentos	
	Concluídos	Em curso	Concluídos	Em curso
1998	4	6	-	-
2001/02	9		-	1
2002/03			-	
2003/04	5	4	-	2
2004/05			-	
2005/06	11	17	-	5
2006/07	16	16	1	5

Fonte: FDUL.

- **Actividades complementares**

- **Biblioteca**

Desde o início, o apetrechamento da biblioteca foi da competência da Parte Portuguesa, através da atribuição de um subsídio pelo ICP que, com outros contributos pontuais (Ministério da Justiça, FCG, FDUL, FDC, ICA, IICT, USAID), possibilitou a criação de uma base bibliográfica que lhe permitia funcionar de forma regular. O conflito entretanto vivido pela Guiné-Bissau teve repercussões importantes no espólio bibliográfico tendo sido destruídos muitos livros pelas tropas senegalesas.

Na segunda fase da vida do projecto foi, por isso, necessário reabilitar⁵⁶ e reapetrechar a biblioteca. Actualmente, resultado do apoio do IPAD, FDUL, FCG e ofertas particulares, a biblioteca conta com um acervo com mais de 3 400 títulos e quase 5 500 exemplares. O salto qualitativo foi dado em 2003, momento em que se apostou na informatização da biblioteca, existindo, desde 2004, uma base de dados. A informatização da biblioteca na área da catalogação informática e a colocação on-line de um módulo de pesquisa local, têm sido asseguradas por 2 docentes portugueses que têm procedido à formação de assessores guineenses, tendo recebido formação, dada por uma técnica bibliotecária da FDUL.⁵⁷ A biblioteca dispõe de um serviço de requisição, serviço de fotocópias e encadernação, tendo sido elaborado um guia para a sua

⁵⁶ Para essa reabilitação a FDB contou com o apoio da CPLP.

⁵⁷No total, receberam formação 4 docentes guineenses, tendo adquirido os conhecimentos necessários para proceder com autonomia ao processo de colocação de cotas e de catalogação informática.

utilização, a qual está aberta à população em geral. Foram realizadas três feiras do livro jurídico, tendo sido disponibilizadas obras a um preço mais acessível.⁵⁸

- **Sala de Informática**

Foi criada uma sala de informática, com ligação à internet, graças ao apoio da CPLP na aquisição de 15 computadores, em 2003.

- **Serviços Administrativos**

Uma das áreas mais importantes da FDB é a dos serviços administrativos. Após a crise foi necessário reconstituir o histórico da instituição, nomeadamente recuperar os livros de termos, pela importância que têm. Sem um funcionamento isento e eficaz a credibilidade da instituição pode ser questionada. Por isso, desde 2004, foi dada particular atenção ao apoio a estes serviços que, para além da informatização (instalação de um programa de gestão das fichas dos alunos, cálculo de médias, emissão de certificados e introdução de um programa de estatística) incluiu a formação profissional do pessoal nesta área, por um técnico da secretaria da FDUL. Actualmente todos os serviços da secretaria estão informatizados. Face à grande mobilidade que tem caracterizado os funcionários da Secretaria, uma docente portuguesa faz, desde o segundo trimestre de 2007, a coordenação deste serviço, especialmente na base de dados informática, para garantir a continuidade da formação.

- **Centro de Estudos e Apoio às Reformas Legislativas**

O Centro de Estudos e Apoio às Reformas Legislativas (CEARL), integrado no Conselho Científico da FDB, é composto por todos os docentes em exercício e desenvolve actividades de modo extracurricular, centrando-se na consultoria jurídica, na organização de acções de formação profissional, na dinamização de seminários e conferências. As actividades de consultoria permitem-lhe receitas próprias que, ainda que de montantes pouco elevados, se revelam de grande importância para a instituição.⁵⁹

Em 2004/05 o CEARL começou a *consultoria* remunerada a entidades privadas, empresas e gabinetes jurídicos.⁶⁰ Esta vertente das actividades institucionais revelou-se importante para o

⁵⁸ Em Março de 2006, no 1º semestre de 2007 e em Novembro de 2007, aquando das Jornadas Jurídicas.

⁵⁹ As verbas contribuem para reforçar o acervo bibliotecário; custear as despesas de instalação da sala de informática; obras no jardim, instalações sanitárias, rede eléctrica e secretaria, pintura de salas de aula, etc.

⁶⁰ Entre outras, a FDB deu pareceres ao Presidente da República, aos Ministérios da Justiça e da Educação, à Câmara Municipal de Bissau e à UNOGBIS. A elaboração de legislação, a pedido de órgãos do Estado, é também uma actividade de realce: preparação do anteprojecto do primeiro Código de Procedimento Administrativo da Guiné-Bissau e elaboração do Estatuto do Ensino Superior e do Estatuto da Universidade Amílcar Cabral; elaboração de 2 diplomas legais para o Ministério do Comércio, Indústria, Turismo e Artesanato, posteriormente aprovados em Conselho de Ministros; elaboração de legislação relativa à criação de zonas francas comerciais e industriais, para o Ministério do Comércio.

prestígio e consolidação da FDB, sobretudo junto dos órgãos de soberania e de algumas das principais empresas/instituições instaladas no país.

A realização de *Jornadas Jurídicas* é outra actividade de registo pela visibilidade que tem na sociedade guineense. Em Maio de 2003, foram realizadas as 5^{as} jornadas jurídicas, sobre a Integração Regional e Uniformização do Direito dos Negócios em África. Em Fevereiro e Junho de 2004 foi realizado um ciclo de Jornadas Jurídico-Políticas sobre Sistemas Eleitorais e Sistemas de Governo.

Foram institucionalizados *Seminários* de frequência obrigatória tendo já sido realizados 8. A realização de Cursos de pós-graduação, destinados a licenciados em Direito, é outra actividade desenvolvida, tendo sido realizados dois, sobre Direito Bancário e Direito Processual Penal, com o apoio da Reitoria da Universidade de Lisboa, entre Janeiro e Junho de 2007, com quase 100 inscritos e com uma carga horária global de 110 horas.

A FDB tem sido solicitada por várias instituições para indicar licenciados para assessores jurídicos de diversos Ministérios. Participou nos trabalhos de divulgação e harmonização entre o sistema legal do país e o Direito Derivado da OHADA e tem realizado *traduções* para português de legislação relevante no quadro regional em que se insere.⁶¹ A FDB tem dado um importante contributo para a implementação efectiva do Direito da OHADA na Guiné-Bissau, tendo realizado várias acções nesse sentido. Para além da tradução para português de todos os Actos Uniformes, a realização de Jornadas Jurídicas sobre o tema (Maio e Novembro de 2003), o respectivo Boletim, bem como a inclusão dos Actos Uniformes da OHADA nos programas das disciplinas com eles relacionadas são disso exemplo.

A *prestação de serviços técnicos* ao PNUD, tendo a FDB sido convidada a concorrer ao concurso para instalar e gerir um Centro de Documentação na Assembleia Nacional Popular, é outra actividade digna de registo.

Em matéria de *publicações*, a FDB edita o Boletim da FDB (tendo já sido editados 7 e um suplemento ao nº 6, com a tradução para português das conferências realizadas em francês nas Jornadas de 2003, estando o Boletim nº 8 no prelo) e criou uma Colecção de Direito Africano, com

⁶¹ Por exemplo, traduziu o Sistema Contabilístico Oeste Africano (SYSCOA) para o BCEAO e, posteriormente, assinou um contrato de tradução do Referencial Contabilístico para o Microcrédito, adoptado pela UEMOA, prevendo-se a sua entrega em Fevereiro de 2008.

o apoio do IPAD, FCG e entidades privadas. Editou estudos⁶² e livros e organizou colectâneas com a legislação em vigor no país (já foram publicadas 6 colectâneas legais)⁶³ estando em curso, com lançamento previsto para o início de 2008, a compilação de todos os trabalhos recuperados dos arquivos da instituição, organizados por ano lectivo e área de actividade – “Subsídios para a História do Centro de Estudos e Apoio às Reformas Legislativas da FDB”.

A criação do site da Faculdade (www.fdbissau.com), em 2003, permitiu tornar acessível, a todos os interessados, o trabalho realizado na instituição. Para além da legislação, área muito procurada, está disponível diversa informação como, por exemplo, os exames e grelhas de correcção das disciplinas leccionadas pelos docentes portugueses, os programas de todas as disciplinas, as actas das reuniões do Conselho Científico, o acesso à base de dados bibliográfica da Biblioteca, etc., contribuindo por esta via para a transparência da instituição.

A afectação exclusiva de uma docente de língua portuguesa à FDB permitiu a organização de actividades culturais diversificadas: exibição cinematográfica semanal, concurso de expressão criativa em língua portuguesa, edição do Jornal “Letras Direitas”.

4.2.3. Eficiência

A análise da eficiência depara-se com algumas dificuldades. Os dados disponíveis não estão completos não existindo informação desagregada para todos os anos lectivos. Não se conhecem os encargos da parte guineense⁶⁴ e, da parte portuguesa, a informação varia consoante a fonte. No Projecto, os custos com a formação pós-graduada estão omissos, sendo apenas contabilizados os custos relativos ao funcionamento da FDB. No IPAD não existe uma base de dados que permita saber o total dos desembolsos já realizados bem como a sua estrutura. A informação está dispersa pelos dossiers de acompanhamento, sendo frequente haver informação sobre compromissos e cabimentos mas não sobre a efectiva transferência de verbas.

As despesas financiadas pela Parte Portuguesa foram suportadas, maioritariamente, pelo ICP/IPAD e dizem respeito sobretudo aos docentes portugueses – remuneração, alojamento, e viagens. Desde 2000, o pico de despesas, em valores absolutos, ocorreu nos dois últimos anos lectivos, facto que não é alheio ao aumento do número de docentes portugueses para

⁶² Dois dos quais produzidos na FDB – “Direito Público Guineense” (produzido no âmbito da leccionação da FDB) e “A repartição dos Recursos Públicos entre o Estado e as Autarquias Locais no Ordenamento Jurídico Guineense” (dissertação de mestrado).

⁶³ 1 – Código Civil e legislação complementar; 2 – Código do Processo Civil e legislação complementar; 3 – Legislação de Direito Administrativo; 4 – Código Penal e legislação complementar; 5 – Código do Processo Penal e legislação complementar; 6 – Índice de Legislação.

⁶⁴ De acordo com indicações da FDUL, no ano lectivo 2006/07 terá rondado os 35 milhões francos CFA, ou seja cerca de 55 000 €.

leccionarem as novas disciplinas (Ano Zero, variante em Administração Pública) como já referido (quadro 28).

A instituição de Bolsas de Regência e Assiduidade para os docentes Guineenses é uma componente que foi introduzida apenas em 1996, para resolver o problema de fixação do corpo docente guineense à FDB, face à incapacidade financeira da RGB em assumir os seus compromissos. O alojamento dos docentes portugueses era, aliás, um item assumido pela parte guineense, que nunca foi cumprido tendo o mesmo sido facultado pela Cooperação Portuguesa no Bairro da Cooperação. Por isso, na segunda fase do projecto a maioria dos encargos têm sido suportados pelo IPAD, garantindo a Guiné-Bissau apenas o vencimento de base dos docentes guineenses. As despesas de funcionamento são cobertas pelas propinas dos alunos e pelas receitas resultantes do trabalho de consultoria. As propinas têm assegurado o pagamento do salário a 7 docentes guineenses.

Um indicador de eficiência é o custo de formação de um aluno e de um docente e sua evolução ao longo do tempo. A informação é, como já se disse, insuficiente, mas da análise dos dados disponíveis (quadro 29) verifica-se que o custo de cada aluno, para a CP, tendeu a estabilizar nos últimos anos à volta dos 740 € por ano. Se tivermos em conta que o custo anual de um estudante universitário português ronda os 6 000 € pode deduzir-se que o projecto é, deste ponto de vista, eficiente, ou seja, ficaria muito mais caro ao erário público português pagar bolsas a estes alunos para frequentarem o curso em Portugal. Porém, não é possível determinar com rigor o custo global de formação de cada aluno, dada a carência de informação, como é evidente nos quadros 28 e 29.

Quadro 28 – Custo por aluno

	(em €)						
	2000/01	2001/02	2002/03	2003/04	2004/05	2005/06	2006/07
1. Parte Portuguesa (IPAD)	181 582	112 230	192 070	150 000	269 101	295 879	291 653
2. Parte Portuguesa (Total)							
3. Parte Guineense							
4. Número de alunos matriculados	251	254	260	263	349	399	397
5. Custo por aluno (1/4)	723.4	441.9	738.7	570.3	771.1	741.6	734.7
6. Custo por aluno (2/4)							
6. Custo por aluno (2+3)/4							

Quadro 29 - Despesas mais significativas da Parte Portuguesa

Unidade: €, a preços correntes

	1990/99*	2000/01	2001/02	2002/03	2003/04	2004/05	2005/06	2006/07	Total
Parte Portuguesa									
1. ICP/IPAD (1A + 1B)	5.256.252,00	197.732,40	166.947,06	275.120,60	253.689,83	415.499,43	435.576,09	408.429,45	7.409.246,86
1.A Transferências para a FDUL	5.256.252,00	181.582,40	112.229,52	192.070,00	150.000,00	269.101,52	295.878,84	291.653,01	6.748.767,29
1.A.1 Encargos com a Docência		78.845,64	75.331,13	86.920,00	87.881,72	171.130,00	171.130,00	170.042,00	841.280,49
Remunerações dos docentes portugueses		77.892,28	68.155,74	81.600,00	85.513,77	135.630,00	135.630,00	167.076,37	751.498,16
Viagens		953,36	1.995,19	2.420,00	2.367,95	4.000,00	4.000,00	2.965,63	18.702,13
Alojamento dos docentes			5.180,20			31.500,00	31.500,00	0,00	68.180,20
Outras despesas				2.900,00					2.900,00
1.A. 2 Bolsas de Assessoria e Regência		11.621,99	46.088,93	70.200,00	41.650,00	84.260,00	101.887,50	115.071,00	470.779,42
Bolsas de Regência				58.500,00		60.087,50	75.900,00	88.935,00	283422,5
Bolsas de Assessoria						24.172,50	25.987,50	26.136,00	76.296,00
1.A.3 AT para formação de funcionários da FDB							9.100,00	1.155,00	10.255,00
1.A.4 Aquisição de livros para a Biblioteca		24.903,34	24.939,89	25.000,00		5.000,00	5.000,00	3.135,01	87.978,24
1.A.5 Seminários/Conferências				7.700,00	2.400,00	6.461,52	6.511,34	0,00	23.072,86
1.A.6 Publicação de obras jurídicas				2.250,00		2.250,00	2.250,00	2.250,00	9.000,00
1.B Formação pós-graduada de docentes		16.150,00	54.717,54	83.050,60	103.689,83	146.397,91	139.697,25	116.776,44	660.479,57
Bolsas de mestrado		6.000,00	45.140,70	73.186,48	70.984,47	103.123,59	90.404,25	65.351,64	454.191,13
Bolsas de doutoramento		10.150,00	9.576,84	9.864,12	32.705,36	43.274,32	49.293,00	51.424,80	206.288,44
2. Faculdade de Direito de Lisboa	161.101,74								
3. Instituto Camões	181.617,30								
4. Fundação Calouste Gulbenkian						5.000,00	5.000,00	5.000,00	15.000,00
5. FLAD				46.000,00					46.000,00
6. Ministério da Justiça	49.879,79								
CPLP						50.000,00			
Total									

* Estimativa

Estima-se que terão sido dispendidos até ao momento cerca de 6 750 mil € com a FDB, tendo sido formados 206 licenciados. A relação custo/resultados indicia que cada licenciado custou, em média, cerca de 32 760€ à Cooperação Portuguesa.

Em termos de formação pós-graduada, a contribuição portuguesa ascende a cerca de 660.500€ desde 2000 (quadro 27) tendo 16 obtido o grau de Mestre e 1 o de Doutor.

4.2.3. Impacto

Decorridos 16 anos de vida do projecto, pese embora os percalços vividos pela Guiné-Bissau, que se reflectiram no normal funcionamento da FDB, é possível identificar mudanças e impactos a diferentes níveis da sociedade. Para o efeito foram realizados inquéritos aos ex-alunos (**Anexo 5**), realizadas duas sessões de *focus group* em Bissau (**Anexo 6**) e tidas reuniões quer com os docentes guineenses da FDB, quer com as autoridades guineenses no domínio da educação e da justiça, quer, ainda, com os docentes portugueses.

Foi possível identificar mudanças na sociedade guineense, no ensino superior e nos beneficiários directos, como resultado deste projecto de cooperação.

- **Mudanças ao nível da sociedade guineense**

Há unanimidade na Guiné-Bissau quanto à importância da FDB. Há uma grande aceitação e prestígio da FDB na sociedade guineense tendo-se tornado numa instituição de referência no país e mesmo na sub-região, pela qualidade, rigor e disciplina praticados. A procura pela FDB é grande, mesmo por parte dos políticos, possibilitando uma mobilidade social ascendente clara.

Graças à FDB, foi possível aumentar o nível de qualificação dos magistrados dos tribunais, nomeadamente os de sector, que se debatiam com problemas de falta de qualificação dos recursos humanos, e, simultaneamente, aumentar a sua aceitação social. Também ao nível do Ministério Público se registam melhorias significativas. A sociedade guineense passou a valorizar mais o Direito e a reconhecer o papel da justiça na sociedade, recorrendo de forma crescente aos tribunais e a advogados para resolver conflitos, em substituição da justiça popular.

A sociedade guineense tornou-se mais exigente e crítica da actuação dos governantes, dado ter maior conhecimento dos seus direitos e dos deveres dos políticos. Na Administração Pública em geral são visíveis mudanças na melhoria das qualificações de alguns dos seus quadros. Em muitos Ministérios, o trabalho dos ministros é assessorado por ex-alunos da FDB. O apoio da FDB

ao Governo, à reforma legislativa, e à Assembleia Nacional Popular, ao nível jurídico, é visto como tendo impactos positivos.

O fortalecimento das organizações da sociedade civil é outra mudança positiva a registar: a Liga Guineense dos Direitos Humanos, organização que desempenha um importante papel na Guiné-Bissau tem entre os seus fundadores e dirigentes ex-alunos da FDB. A Ordem dos Advogados e a sua actividade de realização de estágios foram igualmente fortalecidos graças à FDB.

A tradução de legislação em vigor nos espaços regionais a que a Guiné-Bissau pertence (UEMOA, CEDEAO, OHADA) permite o seu maior conhecimento e aplicação.

Embora recente, a introdução da variante em Administração Pública poderá ter um forte impacto, por corresponder a uma evidente carência de quadros qualificados da função pública do país, podendo vir a constituir um importante contributo para o processo de reforma da Administração pública na Guiné-Bissau.

- **Mudanças ao nível do ensino superior**

Ao nível do ensino superior a FDB serviu de estímulo e de modelo ao desenvolvimento de outras instituições de ensino (UAC e UCB). A criação de um quadro docente guineense é uma mudança visível. Os licenciados pela FDB leccionam não só na FDB mas também na UAC e na UCB, o que permite satisfazer as necessidades nacionais, não sendo necessário recorrer a estrangeiros para a área do Direito, para além dos docentes portugueses a leccionar na FDB.

A formação no local evita a fuga de cérebros e facilita a integração no mercado de trabalho. Por outro lado, permite a formação de quadros que de outra forma não o poderiam fazer.

Como aspectos negativos foram identificados problemas de relacionamento com a UAC e a necessidade de as entidades competentes resolverem esta questão bem como problemas de parcerias público-privadas da UAC. A necessidade de criar complementaridade com a FDB foi igualmente referida, tornando-se necessário discutir a inserção da FDB numa Universidade.⁶⁵ Outra questão emergente prende-se com a diferença de salários entre docentes nacionais e docentes portugueses, criando algumas tensões.⁶⁶

⁶⁵ A inserção da FDB numa Universidade é, contudo, uma questão muito sensível dada a necessidade de ser mantido o nível de exigência adoptado no funcionamento da FDB.

⁶⁶ Os vencimentos dos docentes guineenses são pagos pela Guiné-Bissau e os vencimentos dos docentes portugueses, expatriados, são da responsabilidade da Cooperação Portuguesa.

A duplicação de custos foi outro aspecto também referido, nomeadamente no que diz respeito à gestão do espaço e equipamentos (caso dos geradores, jardins, limpeza, ...).

- **Mudanças ao nível individual**

Os licenciados pela FDB têm uma grande aceitação e procura no mercado de trabalho local e mesmo regional (por exemplo, o presidente do Tribunal de Contas da UEMOA foi formado pela FDB), gozando de grande prestígio e servindo de modelo social. A mobilidade social ascendente é evidente, bem como a melhoria salarial.

Quadro 30 - Destino profissional dos licenciados na FDB

Destino profissional*	Ano de Conclusão										Total	
	1994	1995	1996	1997	1998 e 2001	2002	2003	2004	2005	2006		%
Magistrado do Ministério Público	1	1	2	2	12	3	4	7	10		42	21.5
Advogado	3	6	2	2	6	4	1	2	1	2	29	14.9
Magistrado Judicial	2	4	1	1	9	7	1	2			27	13.8
Magistrado de tribunal						1		1			2	1.0
Técnico Superior na Administração Pública				3	2	2	5	3	2	3	20	10.3
Mestrando na FDL				1	6	1	5	4	2		19	9.7
Doutorando na FDL		1		2							2	1.0
Regente na FDB		1	3	3	5	1	1				14	7.2
Assessor Jurídico	2	1		2			2	3		1	11	5.6
Assessor na FDB	1		1			1	3			3	9	4.6
Director-Geral					4				1		5	2.6
Mestrando no Brasil							3				3	1.5
Conservador		1			1						2	1.0
Liga Guineense dos DH										2	2	1.0
Vogal do Conselho de Administração		1	1								2	1.0
Empresário			1								1	0.5
Funcionário da ANP											1	0.5
Funcionário da CMB		1									1	0.5
Funcionário da EAGB			1								1	0.5
Inspector					2						2	1.0
Investigador do INEP			1								1	0.5
Juiz Conselheiro	1										1	0.5
Jurista na CMB							1				1	0.5
Ministro	1										1	0.5
Presidente da ANP	1										1	0.5
Presidente de Partido Político		1									1	0.5
Promotor do Tribunal			1								1	0.5
Secretário executivo da CNE					1						1	0.5
Técnico Superior				1							1	0.5
Vice-procurador-geral da República		1									1	0.5
NS			2	2	1	2			5	9	21	10.8
Total	10	16	11	10	33	19	24	19	19	19	179	

*Alguns licenciados exercem mais de uma actividade profissional, pelo que o total de cada coluna pode ser superior ao nº de licenciados de cada ano.

Fonte: FDB.

O aparelho de Estado, desde os Tribunais, à Administração pública central e local, às empresas com capitais públicos, à Assembleia Nacional Popular e à Procuradoria-Geral da República absorve a maior parte dos licenciados da FDB, onde exercem funções de destaque, sendo o principal destino profissional a magistratura (36,3%). A própria FDB absorve cerca de 12% dos licenciados, também neste caso acumulando com outras funções laborais. Quase 11% são mestrandos ou doutorandos na FDUL.

4.2.4. Sustentabilidade

A questão da sustentabilidade deve ser equacionada tendo por base a natureza do Estado em questão. A fragilidade institucional e a forte dependência externa são aspectos centrais e transversais na RGB que impedem a sustentabilidade, devendo a mesma ser equacionada apenas a muito longo prazo. Os princípios para o bom envolvimento internacional nos Estados frágeis (OCDE, 2005) advogam um envolvimento de longo prazo no sector da educação.

Do ponto de vista científico-pedagógico os indicadores de sustentabilidade são o nível de qualificação e a dimensão do corpo docente nacional, a sua dedicação exclusiva, ou não, à faculdade e a apropriação deste relativamente ao funcionamento regular da instituição, bem como a gradual diminuição do corpo docente português. Do ponto de vista financeiro a sustentabilidade tem a ver com a gradual assumpção das responsabilidades financeiras pelas autoridades guineenses.

Em termos de docência, o número de regentes nacionais tem vindo a aumentar, assegurando actualmente 2/3 das regências. Como já referido, nas disciplinas regidas por docentes portugueses existem assessores nacionais, para que a apropriação se vá processando gradualmente. O nível de qualificação do corpo docente nacional tem vindo a melhorar, contando com 16 mestres e 1 doutor. Pode afirmar-se que estão criadas as condições mínimas de sustentabilidade para assegurar as aulas, mas o corpo docente necessita ainda de ser fortalecido, com mais mestres e doutores que entretanto estão em Lisboa a completar a sua formação. As estimativas apontam para que daqui a 5 anos existam 3 a 5 doutores.

A formação pós-graduada tem sido muito importante para o aumento e consolidação do corpo docente guineense. Contudo, é preciso que estes quadros regressem de facto à Guiné-Bissau e se sintam atraídos para se dedicar à docência e à investigação na FDB. Para isso, contribuem outros factores não negligenciáveis, como um estatuto da carreira do ensino superior e uma tabela

salarial que lhes permita viver com dignidade.⁶⁷ Se não existissem as bolsas de regência e de assessoria, da Cooperação Portuguesa, a maior parte dos docentes deixaria de o ser. Na prática, sem o apoio da cooperação a FDB não funcionaria. Deste ponto de vista a sustentabilidade é nula.

Por outro lado, apesar de o corpo docente se estar a consolidar, as questões científicas e pedagógicas continuam a ser da responsabilidade do Assessor Científico, da FDUL. Também nesta matéria é preciso avançar na passagem do testemunho, começando eventualmente com uma vice-assessoria ou um Assessor Científico adjunto. A sustentabilidade passa pela assumpção plena das responsabilidades científicas e pedagógicas inerentes e pela capacidade de direcção e gestão da FDB, áreas que terão que merecer atenção nos próximos anos do projecto.

Se do ponto de vista pedagógico e científico se pode afirmar que existe alguma apropriação e sustentabilidade, do ponto de vista financeiro não se vislumbra a curto ou médio prazo qualquer possibilidade de sustentabilidade. Os encargos que a FDB deveria suportar nunca foram cabalmente cumpridos, nomeadamente o alojamento dos docentes portugueses e o fornecimento de uma viatura em bom estado de conservação para a sua mobilidade. Mesmo os salários dos docentes guineenses não são integralmente assegurados (para além dos atrasos), sendo as propinas dos alunos utilizadas para esse fim.

Em termos de contributo para o reforço institucional e capacidade de gestão da FDB, as actividades de formação nas áreas da biblioteca e secretaria, as assessorias de regência e o papel do assessor científico têm sido importantes mas é necessário continuar a investir mais nesta matéria aproveitando, por exemplo, os primeiros doutoramentos para passar gradualmente o testemunho.

4.2.6. Coordenação e Complementaridade

No quadro da CP, não há mecanismos formais de coordenação e de promoção da complementaridade. A Embaixada conhece todas as intervenções da CP no sector da educação mas não tem promovido qualquer processo formal de coordenação/articulação. Apesar disso, foi possível identificar complementaridade e articulação com o PASEG, nomeadamente ao nível do ensino da LP. No ano lectivo 2003/04, 4 professores do PASEG leccionaram LP na FDB, cada um com uma turma, de alunos do 1º ao 5º ano do curso e no ano lectivo seguinte (2004/05)

⁶⁷ O estímulo para abraçar uma carreira docente é fundamental. Os salários dos docentes da FDB são actualmente muito baixos, inferiores mesmo aos auferidos pelos docentes que saem da Escola Tchico Té. A FDB é financiada pelas propinas dos alunos e pela Cooperação Portuguesa.

leccionaram 6 professores. O PASEG deu também formação, em 2004/05 e 2005/06, ao funcionário que, no momento da avaliação estava na Secretaria desta Faculdade.

Com outros doadores, pode identificar-se alguma coordenação e complementaridade, nomeadamente na articulação com o PNUD na criação de uma biblioteca na Assembleia Nacional Popular.

4.2.7. Valor Acrescentado

Atendendo à LP e à matriz jurídica comum, o Projecto potencia estes dois aspectos, contribuindo para a afirmação da LP num quadro regional francófono e para a manutenção e consolidação da matriz jurídica. Estes dois aspectos constituem uma mais valia da CP, os quais não poderiam ser assegurados por outro doador.

4.2.8. Visibilidade

Como já foi referido, a FDB é uma instituição de prestígio, de excelência e de referência a nível nacional, gozando de grande visibilidade, não só pelo rigor e qualidade com que funciona mas, também, pelas iniciativas que promove, nomeadamente as jornadas Jurídicas, os Seminários e as Publicações, sendo amplamente conhecido o apoio da CP.

A visibilidade também lhe advém dos quadros que forma e das funções que estes exercem e o prestígio que têm. A título de exemplo, o primeiro doutoramento deu grande visibilidade à FDB, tendo sido noticiado nos diversos órgãos de comunicação social.

As iniciativas extra-curriculares da FDB, como por exemplo as Jornadas jurídicas, são amplamente divulgadas, através de cartazes pela cidade, e têm grande adesão da sociedade.

A vida académica é bastante activa, com debates frequentes promovidos, quer pelo corpo docente, quer pela associação de estudantes,⁶⁸ e com repercussões na sociedade guineense. A realização de estudos, conferências, seminários, jornadas e a publicação de livros e boletins da FDB testemunham a importância da FDB na dinamização da comunidade jurídica e cultural da RGB e dão prestígio e visibilidade à CP.

4.3. Constrangimentos

Os principais constrangimentos internos prendem-se com as características da RGB e com a natureza frágil do Estado e das instituições, que conduzem a uma grande imprevisibilidade e à

⁶⁸ Por exemplo, começou a ser publicado o Jornal dos alunos da FDB.

não assumpção dos compromissos assumidos. A ausência de um estatuto da carreira docente universitária e de uma tabela salarial condigna são óbices que limitam a apropriação e sustentabilidade da FDB, tornando pouco atractiva a carreira docente superior na RGB.

Foram também identificados alguns constrangimentos na CP, à implementação do Projecto, nomeadamente (i) atrasos nos pagamentos das bolsas de regência e de assessoria, que retira legitimidade ao Assessor Científico para exigir pontualidade e rigor aos docentes guineenses; (ii) a necessidade de apresentação anual de um documento de projecto quando este tem um carácter plurianual, consumindo tempo e recursos.

Entre os principais problemas identificados salienta-se, pela imagem que deixam do país, os problemas na obtenção de visto para frequência de mestrado e doutoramento, depois de já ter sido aprovada a atribuição de bolsa (e agravado nos casos em que a bolsa já foi concluída e é necessário defender as provas de mestrado); os problemas de falta de correspondência entre o tempo de formação e o período da bolsa de mestrado e as dificuldades dos bolseiros em entrar em contacto com a Cooperação Portuguesa.

Síntese

- **O projecto da FDB é relevante quer para a RGB quer para Portugal, dando um contributo importante não só para a consolidação do Estado de direito na RGB como para a credibilização e prestígio da CP.**
- **O Projecto é eficaz no alcançar dos resultados, quer ao nível da licenciatura, quer da formação de um quadro de docentes guineenses, quer ainda nos serviços que presta à comunidade e tem sido capaz de se adaptar às solicitações das autoridades guineenses.**
- **O Projecto indicia eficiência quando comparados os custos anuais, suportados pela CP, por aluno da FDB com os das universidades portuguesas.**
- **Os impactos do Projecto são visíveis ao nível da sociedade e do ensino superior guineenses bem como ao nível dos beneficiários directos da formação. O nível de qualificação dos recursos humanos nos tribunais aumentou significativamente, contribuindo para a aceitação e credibilização da justiça. Também são visíveis impactos no fortalecimento das organizações da sociedade civil. No domínio do ensino superior a FDB serviu de estímulo e modelo ao desenvolvimento de outras instituições, fornecendo também quadros docentes. Ao nível individual a ascensão social e laboral é clara, não existindo desemprego entre os licenciados.**
- **Começam a estar criadas as condições para a sustentabilidade institucional, científica e pedagógica, mas a sustentabilidade financeira é nula.**
- **Tem havido coordenação e articulação com outros projectos e actores da cooperação, nomeadamente com o PASEG, ICA e FCG. O Projecto tem sabido potenciar sinergias com instituições internacionais como é o caso do PNUD.**
- **O Projecto constitui um claro valor acrescentado da CP, actuando numa área que dificilmente outro doador faria com mais eficácia.**
- **O reconhecimento do Projecto, e da CP por essa via, é grande na sociedade guineense não só pelo rigor e prestígio que a FDB tem mas também pelas actividades extracurriculares que desenvolve e pelo contributo que dá à sociedade guineense em geral.**

- **Os constrangimentos do Projecto relacionam-se, por um lado com a natureza do Estado guineense e, por outro, com os atrasos nos processos burocráticos em Lisboa, nomeadamente nos desembolsos e na concessão de vistos.**

5. Conclusões e Recomendações

5.1. Conclusões

- A natureza de Estado frágil da RGB, nomeadamente a fraca capacidade institucional e financeira, limita o diálogo e a implementação das actividades. Neste contexto, qualquer intervenção deve ser perspectivada a prazo, em particular na educação onde os resultados e efeitos só se fazem sentir a longo prazo.
- A intervenção da cooperação portuguesa no sector da educação é muito relevante, nos diferentes níveis, quer pelo facto de a maior parte dos doadores se ter retirado da RGB, quer porque constitui um claro valor acrescentado, atendendo à língua e matriz jurídica comuns.
- As três intervenções, como expressão da solidariedade para com o país que acabava de sair de um devastador conflito, contribuíram para elevar e consolidar a imagem de Portugal na RGB.
- Não foi possível fazer uma análise da eficiência. A análise da eficácia do PAEIGB e, sobretudo, do PASEG foi dificultada pela ausência, desde o respectivo início, de objectivos específicos e indicadores de resultados devidamente quantificados. A sustentabilidade e apropriação colidem, nos três casos, com a natureza frágil das instituições e com a estrutural incapacidade financeira.
- Os efeitos das intervenções são difusos não sendo explícita uma correlação positiva entre estas e a utilização/compreensão da LP pelos beneficiários directos.
- Os impactos mais visíveis têm a ver com o projecto da FDB, marcado pelo rigor e qualidade da formação ministrada e pelo prestígio que tem junto da sociedade guineense, constituindo um projecto de referência na RGB, credibilizando e prestigiando a CP.
- Os mecanismos de acompanhamento utilizados pelo IPAD e a natureza da informação disponível foram insuficientes para realizar a avaliação. Em nenhum dos casos foi possível chegar a um valor exacto da participação do IPAD e, muito menos, aos valores globais de cada intervenção.
- A grande rotatividade dos técnicos do IPAD que acompanharam as intervenções reflecte-se na enorme incapacidade de reconstituir o ciclo das mesmas.
- O carácter anual da programação aparece como contraproducente quando as intervenções têm uma duração plurianual, obrigando à repetição de processos burocrático-administrativos ineficazes.

5.2. Recomendações

Das conclusões gerais e específicas de cada intervenção decorrem as seguintes recomendações, cujos destinatários se encontram identificados:

1. Continuar a apoiar o sector da educação na RGB, não só através das intervenções avaliadas mas também ao nível da capacitação institucional do próprio Ministério da Educação, numa óptica de abordagem sectorial integrada. A formação de professores deverá ser a grande prioridade. **(IPAD+RGB)**
2. A aposta no apoio à consolidação da LP deve continuar, pela importância que esta tem na afirmação da RGB no contexto regional. **(IPAD+RGB)**
3. O IPAD deve melhorar os mecanismos de acompanhamento, criando uma base de dados que contenha informação desagregada e sistemática de todas as intervenções, bem como indicadores de progresso e de realização. **(IPAD)**
4. Os executores das diferentes intervenções da CP devem fazer esforços de coordenação. O IPAD deve promover essa coordenação, quer na fase de concepção, quer de execução, através de reuniões regulares com todos os actores portugueses no terreno, no sentido de promover a complementaridade e potenciar sinergias na sua actuação. **(MED/PASEG/FEC/FDUL/IPAD)**
5. O PASEG deve ser revisto e estruturado com objectivos, metas e resultados a alcançar, devendo centrar a sua atenção na capacitação institucional e na formação de professores, única forma de poder produzir mudanças qualitativas significativas e duradoiras no sistema de ensino a médio e longo prazo. **(IPAD+MED)**
6. A leccionação nos liceus deve ser abandonada e os professores portugueses devem centrar a sua atenção na formação em exercício. Estrategicamente, a formação de professores, feita de forma avulsa, deve dar lugar a um apoio mais estruturado, preferencialmente na formação inicial. **(IPAD+MED)**
7. O PASEG deve, também, incorporar a capacitação institucional, contribuindo para colmatar, no curto prazo, a incapacidade do MEES em produzir um conjunto de documentos essenciais, inclusivamente para o bom andamento do programa. **(MED/PASEG)**
8. O alargamento do PASEG aos liceus do interior deve ser equacionado de forma faseada, em articulação com o projecto “Mais Escola”, na medida em que o programa tiver capacidade para libertar os necessários recursos. **(IPAD+MED/PASEG/FEC)**
9. Deve ser feita a avaliação regular da intervenção, do ponto de vista didáctico e pedagógico, para apreciar a eficácia das metodologias utilizadas e a relevância do perfil

dos formadores. Esta tarefa deve competir, em primeiro lugar, ao Ministério da Educação de Portugal. **(IPAD+MED/PASEG)**

10. O perfil do coordenador do PASEG deve ser definido em função dos objectivos a atingir e das actividades a implementar. Este coordenador deve estar em permanência no terreno e evitar grande dispersão relativamente ao objectivo principal do programa. **(MED/PASEG)**
11. Na Alfabetização, que já avançou focalizada na formação, deve haver articulação com as autoridades guineenses, no sentido de se tentarem algumas sinergias com as restantes intervenções no terreno. **(MED/PASEG/RGB)**
12. A sustentabilidade da FDB passa pela assumpção plena das responsabilidades científicas e pedagógicas inerentes e pela capacidade de direcção e gestão da FDB, áreas que deverão merecer atenção nos próximos anos do projecto. A estratégia de saída (ainda que a médio prazo), deve identificar claramente o processo de apropriação e assumpção de responsabilidades da parte guineense. **(FDUL)**
13. A RGB deve criar os documentos orientadores e enquadradores do sistema de ensino, definindo e implementando uma lei de bases do sistema educativo, um estatuto da carreira docente, fazer a reforma curricular; definir um sistema de formação em exercício, para além da formação inicial dos professores. **(RGB)**
14. A RGB deve aprovar o estatuto do ensino superior e da UAC e definir claramente o modelo de integração da FDB no ensino superior público. **(RGB)**
15. O MEES deve reflectir sobre a necessidade de se adoptar um sistema de formação em serviço, certificado pelas entidades competentes, e susceptível de contribuir para o percurso profissional dos formandos. Neste quadro, a formação dispensada pelo PAEIGB e pelo PASEG deve ser objecto de análise, para eventual efeito de progressão dos professores na carreira. **(RGB)**
16. Para reduzir o absentismo na formação poderá ser equacionada a concessão de um subsídio. Para o efeito, será necessário fazer um estudo sobre o nº de professores do ensino secundário na RGB e sua distribuição por grupos disciplinares, para se estimarem os custos inerentes. A existirem, os subsídios deverão ser pagos em função da efectiva frequência da formação. **(IPAD/RGB)**
17. No MEES da RGB deve existir um ponto focal para o acompanhamento dos diferentes projectos no sector da educação, que seja facilitador do diálogo entre os diferentes actores, agilize a execução e promova a necessária articulação das diferentes intervenções da cooperação. **(RGB)**

- 18.** A FEC deve, em futuros projectos, quantificar os objectivos, recursos e resultados a alcançar. **(FEC)**
- 1.** Os serviços portugueses (SEF e Embaixada) deverão encontrar mecanismos mais céleres e expeditos relativamente à concessão de vistos para os alunos a quem a Cooperação Portuguesa concede bolsa de estudo. Este trabalho de articulação/agilização poderá ser equacionado e implementado no quadro da modernização da Administração Pública (SIMPLEX). **(SEF+Embaixada/MNE)**

ANEXOS

Anexo 1 – Termos de Referência

TERMOS DE REFERÊNCIA COOPERAÇÃO PORTUGAL – GUINÉ-BISSAU

AVALIAÇÃO INTERNA DE 3 INTERVENÇÕES NO SECTOR DA EDUCAÇÃO (2000-2007)

ENQUADRAMENTO

A Educação tem sido o eixo central da intervenção da Cooperação Portuguesa na Guiné-Bissau, constituindo a principal área de intervenção ao longo do último PIC. Portugal, ao apoiar o sector da Educação da RGB, visa reforçar um dos pilares fundamentais do Documento Estratégico de Redução da Pobreza (DENARP), nomeadamente o aumento do “Acesso aos Serviços Sociais e às Infra-estruturas de Base”, indo simultaneamente ao encontro das prioridades internacionais, nomeadamente no alcançar dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM).

Estas orientações têm norteado, no seu conjunto, os projectos/programas da Cooperação Portuguesa no sector da Educação. Genericamente, a estratégia portuguesa na RGB centra-se nos seguintes níveis:

- **Ensino pré-primário** – Com actividades desenvolvidas por ONG, no quadro da linha de co-financiamento do IPAD a essas organizações.
- **Ensino Básico e Secundário** – Através do Programa de Apoio ao Sistema Educativo da Guiné-Bissau (PASEG), do Projecto “PAEIGB”, desenvolvido pela ONGD FEC, da concessão de bolsas internas e do apoio a outras intervenções, implementadas por diversos actores (ONG, ESE, ...).

O Programa de Apoio ao Sistema Educativo da Guiné-Bissau (PASEG), apoiado desde o ano lectivo 2000-01, conta actualmente com a presença de 39 professores portugueses e uma coordenadora residente que desenvolvem actividades de docência no ensino básico e secundário, formação de professores e alfabetização. Simultaneamente, presta apoio na administração e gestão escolar e património escolar, bem como noutras actividades complementares, designadamente as relacionadas com as Oficinas de Língua Portuguesa. Este programa é considerado de particular importância para o ensino da língua portuguesa, escolhida como língua oficial e considerada um factor de identidade e de coesão nacional guineense.

O trabalho da ONGD FEC, através do Projecto de Apoio à Educação no Interior da Guiné-Bissau (PAEIGB), tem como objectivo a formação pedagógica de professores dos ensinos básico e secundário, directores de escola e a dinamização de Centros de Desenvolvimento Educativos.

Ainda neste nível de ensino, são concedidas bolsas de estudo internas para a frequência da Escola Portuguesa bem como apoiados, através do Instituto Camões, os Pólos de Língua Portuguesa.

O apoio da Cooperação Portuguesa tem incluído, igualmente, a reabilitação física e o equipamento de liceus e escolas fora de Bissau.

- **Apoio ao Ensino Superior** - O projecto de cooperação entre a Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, e a Faculdade de Direito de Bissau (FDB), apoiado pela CP, tem constituído um dos projectos de cooperação mais importantes com a Guiné-Bissau, tendo em vista o reforço institucional do Estado em geral e do sistema judicial do País em particular, para além da criação de um corpo docente guineense para a FDB.

Ainda ao nível do ensino superior tem sido apoiada, através do PASEG e do Instituto Camões, a formação de professores na Escola Tchico Té.

ÂMBITO E OBJECTIVOS DA AVALIAÇÃO

A presente avaliação tem como âmbito as intervenções “PAEIGB”, “PASEG”, e “FDB”, no período 2000-2007, considerados estruturantes no apoio da CP ao sector da educação da RGB.

A avaliação será realizada tendo presente os seguintes objectivos:

- Apreciar o desempenho da CP nos três projectos, nomeadamente, o seu contributo para a melhoria do nível educacional;
- Apreciar o grau de cumprimento dos resultados esperados;
- Identificar eventuais ajustamentos das intervenções (actividades, modalidades de trabalho, etc.) tendo em atenção os resultados e os efeitos pretendidos nas populações alvo;
- Apreciar a relevância e a sustentabilidade dos 3 projectos;
- Identificar constrangimentos, propor formas de os superar e fazer recomendações, no quadro da elaboração do novo ciclo de programação com a RGB.

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

O trabalho deve centrar-se nos seguintes critérios, com base nos quais a equipa elaborará as questões da avaliação:

3.1 – Relevância e Processo de implementação

Em que medida as 3 intervenções são consistentes e adequados aos problemas, necessidades e prioridades da RGB e dos beneficiários-alvo bem como com as prioridades de intervenção da Cooperação Portuguesa.

3.2 – Eficácia

Em que medida os objectivos específicos das intervenções “PASEG” e “PAEIGB” estão a ser alcançados ou espera-se que o venham a ser.

3.3 – Eficiência

Em que medida as actividades das intervenções “PASEG” e “PAEIGB” transformam os recursos disponíveis em resultados esperados, em termos de custo, quantidade, qualidade e oportunidade. As comparações devem ser feitas relativamente ao planeado.

3.4 – Efeitos e Impactos

Que efeitos e impactos são possíveis detectar em termos sectoriais e globais (previstos ou não) das 3 intervenções, em particular a da FDB.

3.5 – Sustentabilidade

Em que medida a ajuda portuguesa promove a sustentabilidade dos níveis de ensino apoiados através destas intervenções.

3.6 – Coordenação e Complementaridade

As 3 intervenções devem ser analisadas na sua articulação com as restantes intervenções da CP e de outros doadores na mesma área, bem como com as autoridades guineenses.

3.7 – Valor Acrescentado

Em que medida as 3 intervenções têm vantagens comparativas e constituem uma mais-valia da CP relativamente a projectos de outros doadores na mesma área.

3.8 – Visibilidade

Em termos de visibilidade deverá ser feita uma apreciação da estratégia de informação e comunicação das 3 intervenções.

4. METODOLOGIA

O processo de avaliação é da responsabilidade do GAAI. A DSP e a DSCG I do IPAD, bem como as entidades executoras das intervenções, os seus beneficiários e detentores de interesse, serão envolvidas em todas as fases da avaliação, desde a aprovação dos presentes TdR até ao Relatório Final.

A avaliação incluirá 3 fases:

1. Trabalho de gabinete – Fase de leitura da documentação disponível sobre as 3 intervenções, elaboração dos instrumentos metodológicos a utilizar na avaliação e realização de entrevistas em Lisboa.

2. Trabalho de Campo – Fase em que a equipa de avaliação se deslocará à RGB para apreciar in loco os resultados e efeitos das intervenções. No final desta fase realizar-se-á um workshop para apresentar e discutir com os detentores de interesse locais os resultados preliminares da avaliação.

3. Relatório Final – a equipa de avaliação elaborará uma versão provisória que será discutida em workshop. A versão final será redigida tendo em consideração os comentários e sugestões dessa reunião, bem como os recebidos da RGB.

Calendário da Avaliação

A avaliação será realizada entre Outubro 2007 e 15 Janeiro 2008. A deslocação à RGB terá lugar em Dezembro. A 1ª versão do Relatório final deverá estar disponível até 15 Janeiro 2008 e a versão final duas semanas após a discussão do 1º draft em workshop.

5. EQUIPA DE AVALIAÇÃO

A avaliação será realizada por técnicos do GAAI com a colaboração de um consultor guineense contratado para o efeito.

6. RELATÓRIO

Será apresentado um relatório final com a análise das questões da avaliação, conclusões e recomendações. A versão preliminar do relatório final deverá ser distribuída, em Portugal e na Guiné-Bissau, para recolha de comentários e será objecto de uma apresentação formal em workshop por parte dos avaliadores, e discutida na presença do maior número possível de detentores de interesse.

Com base nos resultados do workshop e outros comentários recebidos, os avaliadores procederão às alterações que considerem relevantes e apresentarão a versão final do relatório.

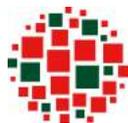
Anexo 2 – Lista das Entidades e Pessoas contactadas

- **Em Lisboa**

<p>5 de Novembro de 2007</p> <p>10.00 H – Catarina Lopes (FEC)</p> <p>16.00 H – Paulo Sousa Mendes e Jaime Vale (FDUL)</p> <p>6 de Novembro de 2007</p> <p>15.00 H - Rui Ataíde (FDUL)</p> <p>15 de Novembro de 2007</p> <p>10.30 H - Margarida Abecassis (FCG)</p> <p>19 de Novembro de 2007</p> <p>10.00 H – Maria de Jesus Filipe e Luisa Lourenço (Ministério da Educação/GEPE)</p> <p>28 de Novembro de 2007</p> <p>10.30 H – Manuel Morais (FEC)</p>

- **Programa da Missão de Avaliação na Guiné-Bissau**

30 NOV 07 (Sexta-Feira)		
	15:00	Chegada ao Aeroporto Internacional “ <i>Oswaldo Vieira</i> ”, da Missão do IPAD
	17:30	Apresentação de cumprimentos ao Senhor Embaixador de Portugal, na Embaixada
01 DEZ 07 (Sábado)		
	11:00	Encontro com o Director-Geral de Cooperação Internacional, Artur Silva, no Bairro da Cooperação Portuguesa
	14:00	Encontro com o Coordenador do projecto FDUL/FDB, Loureiro Bastos
	15:00	Encontro com o Coordenador e ex-Coordenadora do projecto da FEC, Nuno Macedo e Carla Félix
	16:00	Encontro com a Coordenadora do PASEG, Helena Castro
03 DEZ 07 (Segunda-Feira)		
	09:30	Audiência com o Secretário de Estado da Cooperação Internacional, Roberto Cacheu, no MNE
	11:00	Audiência com o Secretário de Estado do Ensino, Berto Anafonte, Augusto Pereira, Fátima Câmara, no Ministério da Educação



	12:30	Reuniões com as Direcções-Gerais e o INDE do Ministério da Educação: Francisca Medina - DG da Alfabetização e Educação de Adultos Geraldo da Silva - Presidente do Instituto Técnico-Profissional Alfredo Gomes - Director do GESPAS Mário Bó - DG do Ensino Básico e Secundário
	15:30	Visitas às seguintes escolas e liceus de Bissau, no âmbito PASEG: Liceu Nacional Kwame N´Krumah, Liceu Agostinho Neto, Escola Básica Salvador Allende e Liceu Rui Cunha
04 DEZ 07 (Terça-Feira)		
	09:30	Visitas às seguintes escolas e liceus de Bissau, no âmbito PASEG: Liceu João XXIII, Liceu Jorge Ampa, Liceu Samora Machel, Escola Normal 17 de Fevereiro e Escola da UCCLA.
	15:30	Encontros com personalidades ligadas à área da Educação: Alexandre Furtado (ex-Ministro da Educação), Alfredo Gomes, Ana Paulo Robles (ICA), Wilson Barbosa (Esc. Portuguesa)
05 DEZ 07 (Quarta-Feira)		
	09:30	Visita à Faculdade de Direito de Bissau e reunião com os docentes guineenses
	11.00	Reunião com os docentes da FDL na FDB: Ana Lúcia Ferreira, Ana Cláudia Carvalho, Cláudia Madaleno, Mónica de Freitas, Lourenço Vilhena de Freitas, Loureiro Bastos
06 DEZ 07 (Quinta-Feira)		
	09:30	<i>Focus group</i> FDB (Bairro da Cooperação Portuguesa) com ex-alunos da FDB
	15:30	Reunião com os parceiros de desenvolvimento da Guiné-Bissau - Subgrupo de Desenvolvimento Humano (Educação, Saúde, Género). Local: Centro de Língua Portuguesa do Instituto Camões
07 DEZ 07 (Sexta-Feira)		
	09:30	<i>Focus group</i> FDB (Bairro da Cooperação Portuguesa) com actores da sociedade civil
	15:00	Chegada ao Aeroporto Internacional “Oswaldo Vieira”, do Dr. Mário Ribeiro, do IPAD
08 DEZ 07 (Sábado)		
		Trabalho interno da delegação do IPAD
10 DEZ 07 (Segunda-Feira)		
	08:00	Partida para Bafatá. Visita aos locais onde se desenrolam os projectos da ONG FEC. Reunião com o Coordenador da FEC
	16:00	Regresso a Bissau com paragem em Mansôa. Visita aos locais onde se desenrolam os projectos da ONG FEC
11 DEZ 07 (Terça-Feira)		

	08:00	Partida para Canchungo. Visita aos locais onde se desenrolam os projectos da ONG FEC. Reunião com o Coordenador da FEC
12 DEZ 07 (Quarta-Feira)		
	10:00	Audiência com a Ministra da Justiça
		Trabalho interno da Delegação do IPAD
13 DEZ 07 (Quinta-Feira)		
	10:00	Apresentação dos resultados preliminares da Missão do IPAD. Local: Centro Cultural Português
14 DEZ 07 (Sexta-Feira)		
	11:00	Apresentação de despedidas ao Sr. Embaixador de Portugal



Anexo 3 – Lista de presenças nos Workshop

- **Em Bissau – 13 de Dezembro de 2007**

Nome	Instituição
Aladje Balde	Plan International
Albino Tchernó Embaló	BAD
Alexandrino Gomes	UGP – Projecto Educação III
António Palma Febres	Embaixada de Cuba
Cláudia Madaleno	FDB
Dicao Cabral	
Duarte Varela Neto	PASEG
Élio Santos	PASEG
Eric Yves Dacosta	Banco Mundial
Guilherme Zeverino	Embaixada de Portugal
Gustavo Mesquita de	Embaixada do Brasil
Hiro Matsumura	PAM
Jaime Valle	FDUL
Joaquim Balde	Secretário de Estado da Educação
Joaquim Vicente Gomes	UNFPA
Leonilde Nina Ainse	UNICEF
Liliana Alexandra Ferreira	PASEG
Luis Castelo Branco	IPAD
Manuel Oliveira	PASEG
Maria Pascoalina da Costa	Direcção Geral da Cooperação Internacional
Maria Victória R.	Ex-aluna da FDB
Nuno Macedo	FEC
Osvaldo Lemos Campos	PASEG
Paula Alexandre Oliveira	PASEG
Ricardo Pinto Moura	PASEG
Romain Boitard	Delegação da CE
Sofia S. F. Garcia	PASEG
Valentim Faroré	PNUD
Verónica Sofia Fitas	PASEG

- **Em Lisboa - 8 de Fevereiro de 2008**

Nome	Instituição
Catarina Oliveira Lopes	FEC
Fábio Sousa	IPAD
Faria Pais	IPAD
Graça Moura	IPAD
Inês Rosa	IPAD
Jaime Valle	FDUL – Instituto de Cooperação Jurídica
Jocelina Graça	IPAD
Luís Castelo Branco	IPAD
Luisa Lourenço	GEPE – Ministério da Educação
Manuel Correia	IPAD
Manuel Mendes	IPAD
Manuel Moraes	FEC
Manuela Dias	IPAD
Margarida Abecasis	FCG
Maria de Jesus Filipe	GEPE – Ministério da Educação
Paulo Sousa Mendes	FDUL – Instituto de Cooperação Jurídica
Pedro Amaral	IPAD
Pedro Costa Jorge	FEC
Quintino Bedane	Embaixada da Guiné-Bissau em Lisboa
Rui Ataíde	FDUL



Anexo 4 – Encargos do PAEIGB

Projecto de Apoio à Educação no Interior da Guiné-Bissau Encargos respeitantes ao 1º e 2º desembolso

1	2	3	4	5 (4 - 3)	6	7	8 (7 - 6)	9 (4 + 7)
RUBRICAS	MONTANTES APROVADOS	1º DESEMBOLSO			2º DESEMBOLSO			TOTAL
		MONTANTES APRESENTADO	MONTANTES A PAGAR	DIFERENÇAS	MONTANTES APRESENTADO	MONTANTES A PAGAR	DIFERENÇAS	
Identificação e Conceção								
Formação de participantes	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Sub-total	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Recursos humanos								
Coordenador geral do projecto	19.505,00 €	13.431,69 €	13.251,03 €	-180,66 €	6.794,24 €	6.794,24 €	0,00 €	20.045,27 €
Coordenador local do projecto	10.800,00 €	4.516,40 €	4.513,12 €	-3,28 €	4.509,84 €	3.613,12 €	-896,72 €	8.126,24 €
Logístico	11.200,00 €	2.642,14 €	2.642,14 €	0,00 €	4.256,56 €	2.406,56 €	-1.850,00 €	5.048,70 €
Técnico-pedagógico (2)	3.000,00 €	1.300,00 €	900,00 €	-400,00 €	4.435,00 €	0,00 €	-4.435,00 €	900,00 €
Técnicos PAEIGB (9)	53.870,00 €	35.021,58 €	30.130,16 €	-4.891,42 €	18.385,68 €	17.782,40 €	-603,28 €	47.912,56 €
Sub-total	98.375,00 €	56.911,81 €	51.436,45 €	-5.475,36 €	38.381,32 €	30.596,32 €	-7.785,00 €	82.032,77 €
Obras e Infra-estruturas								
Obras de manutenção Biblioteca de Mansoa	0,00 €	113,15 €	0,00 €	-113,15 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Sub-total	0,00 €	113,15 €	0,00 €	-113,15 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Materiais, Equipamentos e Fornecimentos								
Computadores/impresoras/estabilizadores	8.500,00 €	323,13 €	297,21 €	-25,92 €	6.825,00 €	6.825,09 €	0,09 €	7.122,30 €
Equipamentos carro TATA 4X4	500,00 €	322,90 €	253,01 €	-69,89 €	165,70 €	164,79 €	-0,91 €	417,80 €
Aquisição de motorizadas	1.300,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	1.227,27 €	0,00 €	-1.227,27 €	0,00 €
Gerador	500,00 €	746,50 €	296,50 €	-450,00 €	1.237,60 €	1.237,60 €	0,00 €	1.534,10 €
Materiais de de formação	1.500,00 €	807,04 €	1.227,77 €	420,73 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	1.227,77 €
Sub-total	12.300,00 €	2.199,57 €	2.074,49 €	-125,08 €	9.455,57 €	8.227,48 €	-1.228,09 €	10.301,97 €
Serviços Externos								
Alojamento (3 casas para 3 equipas)	5.400,00 €	1.417,21 €	1.417,19 €	-0,02 €	2.553,44 €	1.400,00 €	-1.153,44 €	2.817,19 €
Sede de coordenação local (Bissau)	3.600,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	3.322,73 €	3.300,00 €	-22,73 €	3.300,00 €
Envio de material	4.000,00 €	1.077,78 €	703,28 €	-374,50 €	4.966,84 €	3.092,50 €	-1.874,34 €	3.795,78 €
Sub-total	13.000,00 €	2.494,99 €	2.120,47 €	-374,52 €	10.843,01 €	7.792,50 €	-3.050,51 €	9.912,97 €
Produção e Distribuição de Material								
Relatórios intermédios/finais	1.000,00 €	15,68 €	15,68 €	0,00 €	54,87 €	48,60 €	-6,27 €	64,28 €
Portfólio do PAEIGB	500,00 €	32,40 €	32,40 €	0,00 €	57,51 €	57,51 €	0,00 €	89,91 €
Produção manual de português/ prof. PALOP	5.000,00 €	2,20 €	2,20 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	2,20 €
Folheto de divulgação das actividades do projecto	800,00 €	26,79 €	5,30 €	-21,49 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	5,30 €
Sub-total	7.300,00 €	77,07 €	55,58 €	-21,49 €	112,38 €	106,11 €	-6,27 €	161,69 €
Funcionamento								
Viagens de técnicos (10)	10.000,00 €	8.824,76 €	8.824,76 €	0,00 €	9.764,41 €	0,00 €	-9.764,41 €	8.824,76 €
Deslocações internas dos técnicos	690,00 €	302,97 €	133,65 €	-169,32 €	352,36 €	330,73 €	-21,63 €	464,38 €
Seguros de saúde/vida	3.000,00 €	1.800,73 €	1.770,85 €	-29,88 €	75,71 €	100,97 €	25,26 €	1.871,82 €
Despesas correntes da casa	7.500,00 €	828,77 €	605,86 €	-222,91 €	2.080,50 €	2.042,32 €	-38,18 €	2.648,18 €
Acompanhamento regular do público alvo	2.000,00 €	437,30 €	410,87 €	-26,43 €	521,43 €	410,90 €	-110,53 €	821,77 €
Sub-total	23.190,00 €	12.194,53 €	11.745,99 €	-448,54 €	12.794,41 €	2.884,92 €	-9.909,49 €	14.630,91 €
Acompanhamento								
Viagens da Coordenação local	500,00 €	379,65 €	367,53 €	-12,12 €	177,03 €	177,68 €	0,65 €	545,21 €
Viagens da equipa de coordenação (2)	2.000,00 €	539,44 €	539,44 €	0,00 €	1.385,75 €	1.178,38 €	-207,37 €	1.717,82 €
Per diem das viagens de coordenação	2.000,00 €	524,11 €	524,11 €	0,00 €	5.028,76 €	0,00 €	-5.028,76 €	524,11 €
Reuniões de coordenação	2.500,00 €	2.038,49 €	2.101,22 €	62,73 €	688,09 €	212,12 €	-475,97 €	2.313,34 €
Sub-total	7.000,00 €	3.481,69 €	3.532,30 €	50,61 €	7.279,63 €	1.568,18 €	-5.711,45 €	5.100,48 €
Avaliação								
Viagens de avaliação (1)	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Per diem das viagens de avaliação	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Sub-total	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Despesas administrativas								
Sub-total	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
TOTAL DO FINANCIAMENTO PELO IPAD	161.165,00 €	77.472,81 €	70.965,28 €	-6.507,53 €	78.866,32 €	51.175,51 €	-27.690,81 €	122.140,79 €

Anexo 5 - Análise dos Inquéritos aos ex-alunos

O inquérito foi realizado em Novembro/Dezembro de 2007. Foi seleccionada uma amostra de ex-alunos da FDB, tentando cobrir todo o período de funcionamento desta instituição, desde a saída dos primeiros licenciados, em 1994. Foram realizados 51 inquéritos, ou seja, uma amostra de 25,4% do total de licenciados pela FDB.

Ano de Conclusão da Licenciatura	Nº de Licenciados	Nº de Inquiridos	%
1994	10	4	7,8%
1995	16	3	5,9%
1996	11	3	5,9%
1997	10	1	2,0%
1998 a 2001	33	11	21,6%
2002	19	6	11,8%
2003	24	6	11,8%
2004	18	3	5,9%
2005	19	6	11,8%
2006	19	5	9,8%
2007	16	3	5,9%
Total	195	51	100,0%

Em termos de género, 75% dos inquiridos é do sexo masculino e 25% do sexo feminino, com uma média de idades de 40 anos, situando-se a maioria nos escalões etários dos 31-45 anos.

Ano de Conclusão da Licenciatura	Nº de Inquiridos	Sexo		Idade Média
		Masculino	Feminino	
1994	4	Masculino	3	55,7
		Feminino	1	
1995	3	Masculino	3	51
		Feminino	0	
1996	3	Masculino	3	45,3
		Feminino	0	
1997	1	Masculino	0	46
		Feminino	1	
1998	6	Masculino	3	43,7
		Feminino	3	
2000	2	Masculino	1	36
		Feminino	1	
2001	3	Masculino	3	39,3
		Feminino	0	
2002	6	Masculino	5	38,7
		Feminino	1	
2003	6	Masculino	6	41,5
		Feminino	0	
2004	3	Masculino	1	34,3
		Feminino	2	
2005	6	Masculino	4	31,8
		Feminino	2	
2006	5	Masculino	4	29,2
		Feminino	1	
2007	3	Masculino	2	25,7
		Feminino	1	
Total	51	Masculino	38	40
		Feminino	13	
Total %	100%	Masculino	75%	
		Feminino	25%	

A maior parte dos inquiridos (92%) já residia em Bissau quando se candidatou à FDB. No momento da entrada na FDB, 37% estava empregado, 25% a estudar e 35% desempregado.

Ano de Ingresso		1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	2000	2001	2002	Total	Total %
Actividade	Desempregado	2	0	1	1	3	2	1	2	3	3	0	0	18	35%
	A Estudar	0	0	0	0	3	2	0	1	2	2	2	1	13	25%
	Empregado	5	1	2	2	3	1	1	2	0	0	1	1	19	37%
	NR					1							1	2	4%

Os que se encontravam empregados exerciam a sua actividade profissional na Administração pública (82%) (sobretudo na área da educação (45%)) e apenas 14% trabalhava numa empresa ou entidade privada.

No momento da inscrição na FDB mais de 60% dos pais já tinham falecido, o mesmo tendo acontecido a 12% das mães. Dos restantes 40%, 9% dos pais eram funcionários públicos e 7% empregados por conta própria, estando 9% reformados. Entre as mães, 59% eram domésticas e 20% funcionárias públicas.

As relações pessoais (43%) ou familiares (29%) bem como o estabelecimento de ensino onde estudava na altura (29%) foram as principais vias de conhecimento da FDB.

Conhecimento da FDB	Ano de Ingresso													Total	Total %
	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	2000	2001	2002			
Através de Familiares	0	0	0	1	2	2	1	1	2	3	1	2	15	29%	
Através de outras relações pessoais	3	0	3	1	4	0	0	4	2	1	2	2	22	43%	
No Estabelecimento de ensino onde estudava na altura	2	1	0	0	2	2	1	1	1	3	1	1	15	29%	
Nos órgãos de comunicação social	5	0	0	0	4	0	0	0	0	1	0	1	11	22%	

A maioria dos ex-alunos (94%) entrou na FDB na primeira vez que se candidatou ao curso. Se não existisse a FDB, grande parte dos inquiridos (69%) não teria tido a possibilidade de frequentar um curso.

A média final de curso oscila entre os 10 e os 14 valores, predominando o 12 (43%) e o 11 (35%).



Ano de Conclusão de Licenciatura	10	11	12	13	14	15	NR	Média
1994		2	1				1	11
1995			2				1	12
1996		2			1			12
1997		1						11
1998		1	3	1			1	12
2000			2					12
2001		2	1					11
2002		3	2		1			11
2003			6					12
2004		2	1					11
2005		4	2					11
2006		1	2	1	1			12
2007				2	1			13
Total	0	18	22	4	4	0	3	
Total %	0%	35%	43%	8%	8%	0%	6%	100%

A maioria dos inquiridos (66%) afirmou ter sentido dificuldade durante a frequência do curso, a maior parte das quais (47%) de ordem financeira.

Dificuldades Sentidas	Ano de Conclusão														Total	Total %
	1994	1995	1996	1997	1998	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007			
Adaptação à Língua Portuguesa					1	1						2		4	8%	
Dificuldades de compreensão das matérias	1	1					1				1			4	8%	
Dificuldades de integração na FDB						1								1	2%	
Dificuldades Financeiras	1	2	2		2	2	3	3	1	1	3	3	1	24	47%	
Outras	1	1		1					1	2	2	2	1	11	22%	
NR	1	0	1	0	3	0	0	3	4	0	0	1	1	14	27%	

Entre as outras dificuldades sentidas foi referido o facto de ser trabalhador estudante deixar pouco tempo livre para se dedicar ao estudo. Durante o período que frequentaram o curso, 42% dos inquiridos esteve a trabalhar.

Após a conclusão do curso, 51% iniciou imediatamente a procura de emprego, 25% já tinha perspectivas de emprego e começou logo a trabalhar, 20% continuou a trabalhar no mesmo emprego que tinha quando iniciou o curso e apenas 2% continuou a estudar.

Entre os que procuraram emprego após a conclusão do curso (1/4 dos inquiridos), mais de metade dos inquiridos obteve-o nos primeiros 6 meses, 32% entre 6 meses e 1 ano e 12% mais de 2 anos após concluir a licenciatura.



Obtenção do 1º Emprego	Ano de Conclusão														Total	Total %
	1994	1995	1996	1997	1998	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007			
Menos de 1 mês		1	1		2			1				2		7	28%	
Entre 1 e 6 meses					1	1		2		1	1			6	24%	
Entre 6 meses e 1 ano					1	1	1		1		3	1		8	32%	
Entre 1 e 2 anos									1					1	4%	
Mais de 2 anos					1			1		1				3	12%	
Total	0	1	1	0	5	2	1	4	2	2	4	3	0	25		

A maior parte dos inquiridos que ingressaram no mercado de trabalho apenas após a conclusão do curso afirmou não ter sentido dificuldades em conseguir emprego (68%).

Dificuldades sentidas na obtenção de emprego	Ano de Conclusão														Total	Total %
	1994	1995	1996	1997	1998	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007			
Não sentiu dificuldades		1	1		4	2	1	3	1	1	2	1		17	68%	
Não possuía experiência profissional							1			1	1			3	12%	
Não havia ofertas de trabalho compatíveis com a formação									1			1		2	8%	
O salário não correspondia às expectativas												1		1	4%	
A localização geográfica não lhe interessava														0	0%	
Não conseguiu emprego											1	1		2	8%	
Outra					1			1						2	8%	
NR											1			1	4%	
Total	0	1	1	0	5	2	2	4	2	2	5	4	0	28		

A obtenção desse primeiro emprego foi feita, sobretudo, através de candidatura espontânea (49%), através da FDB (23%), de conhecimentos pessoais (5%) e de resposta a anúncio (6%).

Obtenção do 1º Emprego	Ano de Conclusão														Total	Total %
	1994	1995	1996	1997	1998	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007			
Através de conhecimentos pessoais					1			1				2		4	10%	
Por resposta a anúncio								2						2	5%	
Através da FDB	1		1		1			1		1		1	3	9	23%	
Por Candidatura Espontânea	1	1			3	2	2	2	3		3		2	19	49%	
Através da criação do próprio emprego											1			1	3%	
Outra					1					1	1			3	8%	
NR							1		1		1	1		4	10%	
Total	2	1	1	0	6	2	3	6	4	2	6	4	5	42		

A formação recebida durante o curso foi considerada, por 97% dos inquiridos, como decisiva para a obtenção do emprego. A maior parte exerceu o seu primeiro emprego na Administração pública

ou em órgãos de soberania guineense. Para 98% dos inquiridos, a instituição onde exerceu o 1º emprego situava-se em Bissau. As funções exercidas estavam todas (100%) relacionadas com as habilitações adquiridas.

Instituição onde exerceu o 1º emprego	Ano de Conclusão														Total	Total %
	1994	1995	1996	1997	1998	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007			
Empresa Privada															0	0%
Administração Pública	2	1			3		1	4	2	1	2	3	3		22	56%
Outra																
ONG			1												1	3%
PGR					2	2			1	1	2				8	21%
Magistratura Judicial					1		2	2							5	13%
ONU															0	0%
FDB								1				1	3		5	13%
Estágio de Advocacia									1						1	3%
NR											1	1			2	5%
Total	2	1	1	0	6	2	3	7	4	2	5	5	6	44		

Nos casos em que já exerciam uma actividade profissional, a conclusão da licenciatura produziu, em 70% dos casos, alterações ao nível da mudança de categoria, das funções desempenhadas, do salário auferido (e da melhoria das condições de trabalho).

Mudanças mais significativas nos que já estavam empregados	Ano de Conclusão														Total	Total %
	1994	1995	1996	1997	1998	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007			
Aumento Salarial	2	1		1					1	1		1			7	70%
Melhoria das condições de trabalho	1	1	1	1					2			1			7	70%
Mudança de Categoria Profissional	2	1		1					1	1		1			7	70%
Desempenho de funções mais compatíveis com a formação obtida	1	1	1	1					1	1		1			7	70%
Nenhuma mudança															0	0%
Outra															0	0%
NR		1													1	10%
Total	6	5	2	4	0	0	0	0	5	3	0	4	0	29		

Entre os que continuaram a estudar (21 dos 51 inquiridos) a formação frequentada incluiu cursos de línguas (24%) de informática (14%) de especialização (33%) e mestrado (19%) bem como a frequência do Centro de Estudos Judiciários (10%). Esta formação foi adquirida sobretudo em Bissau (53%) e em Portugal (41%).

A apreciação da qualidade do curso pelos antigos alunos é bastante positiva: 71% consideram a qualidade global muito boa (5) e 27% boa (4).



Avaliação da Qualidade do Curso	Ano de Conclusão															Total	Total %
	1994	1995	1996	1997	1998	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007				
Estrutura do Curso	1															0	0%
	2															0	0%
	3												2			2	4%
	4	1	1			1	1	1	2	1	1	2	3			14	27%
	5	3	1	2	1	5	1	2	4	5	2	4	2			32	63%
	NR		1	1										1		3	6%
Duração do Curso	1														0	0%	
	2														0	0%	
	3	1									1			1	3	6%	
	4	1					1	1	1		2		4	3	13	25%	
	5	2	2	1	1	5	1	2	6	4	2	2	2	1	31	61%	
	NR		1	2										1		4	8%
Adequação dos Conteúdos das disciplinas à realidade guineense	1														0	0%	
	2														0	0%	
	3	2								1		1	2	2	8	16%	
	4	1	1				4	1	2	4	1	2	3	2	21	41%	
	5	1	1	1	1	2	1	1	2	4	1	2	1		18	35%	
	NR		1	2										1		4	8%
Acompanhamento dos alunos por parte dos docentes guineenses	1														0	0%	
	2	1										3		1	5	10%	
	3	1	1	1			2	1	2	2		2	3	1	18	35%	
	4		2	1	1	2	1		2	3	3	1	2		18	35%	
	5	2		1	1	1	1	1	2	1				1	9	18%	
	NR					1									1	2%	
Acompanhamento dos alunos por parte dos docentes portugueses	1														0	0%	
	2										1	1			2	4%	
	3							1		1			1	2	5	10%	
	4	1				1	1		1	2	1	2	1	10	20%		
	5	3	3	2	1	5	1	2	5	3	1	3	3	1	33	65%	
	NR			1											1	2%	
Quantidade e Qualidade dos recursos da biblioteca	1														0	0%	
	2			1				1	1	2			1	1	7	14%	
	3	2	2	1			3	1	1	3	1	2		19	37%		
	4	2					2	1	1	2	3	1	6	1	20	39%	
	5		1			1	1						1		4	8%	
	NR			1											1	2%	
Relevância das Jornadas Jurídicas	1														0	0%	
	2														0	0%	
	3			1										1	2	4%	
	4		2			1			1	3				1	8	16%	
	5	4	1	1	1	5	2	3	5	3	3	6	5	1	40	78%	
	NR			1											1	2%	
Qualidade Global do Curso	1														0	0%	
	2														0	0%	
	3														0	0%	
	4	2	1			1	1	1		1	2		1	1	3	14	27%
	5	2	2	2			5	1	3	5	4	3	5	4		36	71%
	NR			1											1	2%	

INQUÉRITO AOS EX-ALUNOS DA FDB⁶⁹

1. IDENTIFICAÇÃO DO EX-ALUNO

Nome _____

Sexo: Masculino Feminino

Idade: _____ anos

Período de frequência do curso (anos): _____ a _____

2. PERCURSO ANTERIOR AO INGRESSO NO CURSO

Caracterização socio-económica:

Onde residia no momento em que se candidatou à FDB? _____

Em que situação se encontrava no momento em que entrou na FDB (*resposta múltipla*):

- Desempregado (*passa para a questão 2.1.5*)
- A estudar (*passa para a questão 2.1.5*)
- Empregado
- Outra. Qual? _____

Se empregado, qual era a sua profissão? _____

Em qual das seguintes situações se encontrava?

- Trabalhador por conta própria (isolado)
- Trabalhador por conta própria (empregador)
- Trabalhador por conta de outrem em empresa / entidade privada
- Trabalhador na Administração Pública
- Trabalhador familiar não remunerado
- Outra. Qual? _____

No momento da inscrição na FDB, qual era a situação profissional dos seus pais:

	Pai	Mãe
Empregado	<input type="checkbox"/> Onde? _____	<input type="checkbox"/> Onde? _____
Desempregado	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Doméstica	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Reformado	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Falecido	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Outra	<input type="checkbox"/> Qual? _____	<input type="checkbox"/> Qual? _____

Frequência da FDB:

Como teve conhecimento da FDB? (*resposta múltipla*).

- Através de familiares
- Através de outras relações pessoais
- No estabelecimento de Ensino onde estudava na altura
- Nos órgãos de comunicação social
- Outro. Qual? _____

Foi a primeira vez que se candidatou à FDB? Sim Não

Se não, em que datas (ano) já tinha concorrido e obteve uma resposta negativa? _____

⁶⁹ Adaptado a partir do inquérito realizado pela Augusto Mateus & Associados no quadro da avaliação da política de bolsas do IPAD.

Teria possibilidades de frequentar o curso se não existisse a FDB? Sim Não

3. FREQUÊNCIA DO CURSO

Qual a média final de curso? _____ valores

Sentiu dificuldades durante a frequência do curso? Sim Não

Se sim, de que natureza foram as principais dificuldades que encontrou (*resposta múltipla*)

- Adaptação à língua portuguesa
- Dificuldade de compreensão das matérias abordadas
- Dificuldade de integração na instituição
- Dificuldades financeiras
- Outra. Qual? _____

Durante o período que frequentou o curso esteve a trabalhar? Sim Não

4. PERÍODO PÓS CONCLUSÃO DO CURSO

Qual das seguintes frases ilustra melhor a sua situação imediatamente após a conclusão do curso:

- Iniciou imediatamente a procura de um emprego (*passa à questão 4.2*)
- Já tinha perspectivas de emprego e, portanto começou logo a trabalhar (*passa à questão 4.4.*)
- Voltou ou continuou a trabalhar no mesmo emprego que tinha quando iniciou o curso (*passa à questão 4.10*)
- Continuou a estudar (*passa à questão 4.11*)
- Outra. Qual? _____

Quanto tempo mediou entre a conclusão do curso e o 1º emprego?

- Menos de um mês
- Entre 1 e 6 meses
- Entre 6 meses e 1 ano
- Entre 1 e 2 anos
- Mais de 2 anos

Que dificuldades sentiu para conseguir emprego? (*resposta múltipla*)

- Não sentiu dificuldades
- Apesar de ter a formação necessária, não possuía experiência profissional
- Não existiam, no local onde procurou emprego, ofertas de trabalho compatíveis com a sua formação
- O salário oferecido não correspondia às suas expectativas
- A localização geográfica não lhe interessava
- Não conseguiu emprego, mesmo para funções que exigiam menos habilitações / formação do que possuía
- Outra. Qual? _____

Como é que obteve o 1º emprego pós conclusão do curso? (*resposta múltipla*)

- Através de conhecimentos pessoais
- Por resposta a anúncio
- Através da FDB
- Por candidatura espontânea (envio de curriculum)
- Através da criação do próprio emprego
- Outra. Qual? _____

A formação recebida durante o curso foi decisiva na obtenção desse emprego? Sim Não

Qual foi o tipo de instituição em que exerceu o 1º emprego?

- Empresa privada
- Administração Pública
- Outra. Qual? _____

Onde se localizava essa instituição (local e país)? _____

Qual a função que desempenhava? _____

Estava relacionado com as habilitações adquiridas? Sim Não

Se continuou ou retomou o emprego que tinha antes do curso, quais foram as mudanças mais significativas que resultaram do facto de ter concluído o curso? (*resposta múltipla*)

- Aumento salarial
- Melhoria das condições de trabalho
- Mudança de categoria profissional
- Desempenho de funções mais compatíveis com a formação obtida no curso
- Nenhuma mudança
- Outra. Qual? _____

Se continuou a estudar, que formação frequentou? _____,
E onde? _____

5. SITUAÇÃO ACTUAL

Actualmente encontra-se:

- Desempregado
- Empregado. Qual a profissão? _____
- Outra. Qual? _____

Se está empregado, em que tipo de instituição exerce a sua actividade?

- Empresa privada
- Administração Pública
- Outro. Qual? _____

Classifique o seu grau de satisfação com o actual emprego:

- Pouco satisfeito
- Satisfeito
- Muito satisfeito

Avalie em que medida a formação obtida na FDB contribuiu para:

(*numa escala de 1 – nada a 5 – muito*)

	1	2	3	4	5
Aumentar as possibilidades de encontrar emprego	<input type="checkbox"/>				
Progredir na carreira profissional	<input type="checkbox"/>				
Progredir em termos salariais	<input type="checkbox"/>				
Reorientar a sua carreira profissional para áreas da sua preferência	<input type="checkbox"/>				
Melhorar o seu conhecimento/domínio da língua portuguesa	<input type="checkbox"/>				

6. AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DO CURSO

(numa escala de 1 a 5)

Como avalia a estrutura do curso?

1	2	3	4	5
<input type="checkbox"/>				

A duração do curso foi a mais adequada tendo em conta o tipo de matérias leccionadas?

1	2	3	4	5
<input type="checkbox"/>				

Como avalia a adequação dos conteúdos das disciplinas à realidade guineense?

1	2	3	4	5
<input type="checkbox"/>				

Como avalia o acompanhamento dos alunos por parte do corpo docente?

Guineense	1	2	3	4	5
	<input type="checkbox"/>				
Português	1	2	3	4	5
	<input type="checkbox"/>				

Como avalia a quantidade e qualidade dos recursos disponíveis na biblioteca?

1	2	3	4	5
<input type="checkbox"/>				

Como avalia a relevância das Jornadas Jurídicas da FDB?

1	2	3	4	5
<input type="checkbox"/>				

Como avalia a qualidade global do curso?

1	2	3	4	5
<input type="checkbox"/>				

Muito obrigado pela sua colaboração.

Anexo 6 – Focus Group

1.1 – Objectivo dos focus group

As discussões de focus group foram realizadas para identificar as mudanças e impactos resultantes do apoio da Cooperação Portuguesa à FDB.

1.2 – Participantes

Os focus group incluíram beneficiários (ex-alunos) e representantes da sociedade guineense que, pelas funções que exercem, são actores privilegiados para responder aos objectivos das sessões:

Ex-alunos:

1. Maria Victória Robalo Jassi
2. Kija Grassi
3. Bacar Biai

Representantes da sociedade guineense:

1. Huco Monteiro – UCB
2. Armando Mango – Ordem dos Advogados
3. Mário Sacuma Morais – UNTG
4. Marália Barai – CENFA – Sector privado
5. Montenegro Fiúza – UAC
6. Mamadu Jao – INEP

1.3 – Data e localização

As sessões de focus group foram realizadas em Bissau, nos dias 6 e 7 de Dezembro de 2007, de manhã, nas instalações do Bairro da Cooperação Portuguesa.

1.4 – Estrutura das discussões de focus group

Os participantes foram divididos em 2 grupos:

Grupo 1 – ex-alunos da FDB, para discutir os efeitos da FDB na sua vida e no seu percurso profissional

Grupo 2 – representantes da sociedade guineense, para identificar efeitos e impactos da FDB na sociedade em geral

Aos participantes nas sessões foram colocadas 5 questões. Algumas das questões destinavam-se a um grupo específico e outras aplicavam-se a todos os participantes, como a seguir se indica:

- Questão 1. (Todos)** Identificar mudanças positivas e negativas, nos últimos seis anos, na Guiné-Bissau, como resultado do apoio da cooperação Portuguesa à FDB.
- Questão 2. (Todos)** Identificar mudanças positivas e negativas, que ocorreram nos últimos seis anos no ensino superior guineense como resultado do apoio da Cooperação Portuguesa à FDB.
- Questão 3. (Grupo 1)** Identificar mudanças positivas e negativas, ao nível individual (acesso a emprego, rendimento, comportamentos, domínio da língua portuguesa, etc.), como resultado do apoio da Cooperação Portuguesa à FDB.
- Questão 4. (Grupo 1)** Identificar constrangimentos sentidos ao longo da frequência do curso, reflexo da articulação entre o executor do projecto (FDL) e a Cooperação Portuguesa.
- Questão 5. (Grupo 2)** Relevância da Cooperação Portuguesa no sector da educação. Quais as mais valias relativamente a outros doadores? Em que áreas/ subsectores intervir?

2. Respostas às questões

Questão 1

Aspectos positivos:

- Mudança de mentalidade dos guineenses, pela positiva, ao nível da assiduidade
- Melhor compreensão do Direito
- A sociedade guineense tornou-se mais exigente e crítica relativamente aos governantes
- Valorização do Direito na vida das pessoas
- Todos os tribunais de sector têm, agora, licenciados. Quando foram, criados os magistrados tinham apenas a 10^a ou 11^a classes
- Mudou para melhor, porque mesmo que os licenciados não tenham tido estágios, têm mais luzes do que os que antes ocupavam os cargos
- Já se vê mais responsabilidade quando as pessoas são chamadas a tribunal
- Problema da desorganização do sistema. Por exemplo, a polícia só se desloca se for paga e quem se queixa tem de pagar
- Poderia ter muito mais impacto se o próprio Estado investisse nesse âmbito
- A situação da justiça está a melhorar. Já aparecem advogados nos tribunais. O impacto da FDB é tão grande que agora as pessoas aparecem nos tribunais de sector com advogados de defesa, o que antes não acontecia
- Administração pública em geral – assessorada pelos juristas da FDB
- Quem sai da FDB tem maior probabilidade de encontrar emprego do que os outros

- Mudança de mentalidades: conhecimento dos direitos e conhecimento dos deveres dos governantes
- Liga Guineense dos Direitos Humanos, criada em meados dos anos 90, joga um papel muito importante de consciencialização do cidadão, dos seus direitos e deveres – constituída quase só por ex-FDB
- Nas tabancas há a procura dos ex-alunos para dar opinião
- Há uma maior aceitação social dos tribunais e da justiça
- Cresceu o recurso ao poder judicial, por oposição ao poder tradicional (consulta do régulo), sobretudo a partir de meados dos anos 90
- A FDB é uma instituição que funciona
- Sente-se mais a presença da FDB na função pública e não tanto no sector privado
- Sensibilização sobre as vantagens dos quadros
- Vantagem da Língua Portuguesa – nos fora internacionais exigem o Português mas quando voltam à RGB não se nota a presença da LP. Muitas vezes usam mais o francês do que o português
- FDB é a fina-flor das instituições universitárias da RGB
- É uma cooperação bem conseguida
- Uma mudança positiva foi a afirmação e consolidação da profissão de jurista (graças à FDB)
- Os quadros no sistema de justiça eram muito poucos. Hoje as áreas da justiça (Magistratura judicial ou do Ministério Público) estão cheias de quadros competentes, saídos da FDB
- Antes tinham justiça popular (por exemplo, havia juízes que nem sabiam ler)
- Os tribunais de sector funcionam graças à FDB – hoje grande parte dos seus quadros tem formação superior
- Os conceitos de direito básico
- Nascimento de uma consciência do Direito na sociedade guineense
- Antes havia justiça popular (não havia consciência das instituições judiciais e da justiça). Coma FDB a consciência começou a aumentar de nível. Hoje as pessoas já falam em ir ao tribunal para resolver as questões
- Ordem dos advogados – tem bastonário há 3 anos. Antes tinha 2/3 estagiários. Agora tem 15/20, formados pela FDB
- Elevou-se o número de profissionais nos tribunais
- Nas empresas também aumentou a consciência da justiça – já há avenças de empresas com advogados

- Na função pública há um défice de organização administrativa mas já vão aparecendo juristas em assessorias nos Ministérios
- Ao nível da docência a FDB é muito importante para a RGB – começou por meter na cabeça que é preciso abrir um concurso para se entrar em algum lugar – mudança de mentalidades – consciência de que é preciso valorizar
- Défice de LP – a FDB incorporou no currículo a LP porque percebeu que há um défice e isso é muito bom
- Tradução de textos (A RGB pertence a 3 espaços comuns – UEMOA, CEDEAO, OHADA) em que o francês é a língua de trabalho. A legislação aprovada nestes quadros entre imediatamente em vigor na RGB, mas está em francês. É necessário traduzir para português. A FDB, em colaboração com o Ministério da Justiça e a FDL, acabou por traduzir toda a legislação. Agora é preciso rever o que essa nova legislação revoga na lei vigente na RGB – trabalho em curso
- É um projecto conseguido
- Nos litígios entre privados e Estado já há recurso a advogados e sentenças contra o Estado
- Produção de legislação – hoje o governo quando produz um texto não se preocupa apenas com o PAIGC. Consulta um advogado para ver se está em conformidade com a lei
- No Parlamento, local onde se fazem as leis, há um défice de juristas
- A composição académica dos deputados, embora muitos nem saibam ler, há muito poucos formados no direito (só há 3 deputados licenciados em Direito), mas o debate político hoje beneficia muito da FDB. Antes quem brilhava eram os sociólogos.

Aspectos negativos:

- A não assumpção do Estado, que não assume certas mudanças
- Necessidade de uma parceria público-privada. A percentagem de licenciados pela FDB que está no sector privado é muito reduzida
- Necessidade de um encontro governo/sector privado/sociedade para identificar as necessidades para se colmatarem através da formação
- Portugal deve fazer o seguimento dos estudantes depois de ter apoiado a sua formação
- A UAC e a UCB nasceram de maneira sustentada. A FDB não nasceu de forma sustentada
- Problema do português – é um problema que não é só da FDB mas sim de todas as instituições de ensino superior porque recebem um produto do ES que não domina o português

- A FDB necessita de complementaridade. Por exemplo, apoiando a Saúde – faculdade de medicina. Portugal e a RGB – uma universidade é um conjunto de faculdades – a FDB tem que estar algures numa universidade. É preciso discutir isso.
- Questão do pagamento diferencial dos salários entre docentes portugueses e docentes guineense (cria problemas de gestão do orçamento).
- Grande confusão quanto ao ensino superior na RGB. Necessidade de recursos e de definir prioridades e estratégias
- FDB é muito importante mas não é a única
- Os juristas tendem a considerar que são tanto mais juristas quanto menos considerarem os sistemas tradicionais – problema da aceitação das decisões (ex. o sistema de herança nos mancanhas). Há uma negação das raízes ancestrais e desestruturação da sociedade.
- Os problemas da formação superior não se devem resumir ao Direito
- Problema de articulação entre Direito e sistema tradicional de resolução de conflitos (ex. direito consuetudinário)
- Problema da CP mas também do governo da RGB – se a FDB é uma ilha e o Estado não se preocupa com ela não há apropriação – problema de enquadramento na UAC porque as autoridades não têm uma visão sobre o que querem do Ensino Superior. Há conflito e indefinição. Tchico Té e FDB estão fora da UAC. INEP só faz investigação
- Problemas de complementaridade e articulação entre instituições. Ex., há 3 geradores a funcionar no mesmo espaço físico – UAC, FDB e INEP – é preciso melhorar a gestão dos recursos
- Necessidade de alargar a área da cooperação no Ensino Superior
- Necessidade de valorizar áreas de produção científica sobre questões importantes para a RGB
- Em 2005, quando os finalistas foram à Assembleia Nacional, houve mensagens tensas entre o Ministro da Educação e a FDL – isto pode influenciar os formados na FDB que podem começar a sentir-se diferentes dos outros das outras universidades

Questão 2

- A maior parte dos docentes do ensino superior guineense são formandos da FDB. Quer a UAC, quer a UCB, têm docentes formados na FDB
- A FDB serviu de encorajamento ao aparecimento de outras instituições de ensino superior
- Existência de um corpo docente guineense – 16 mestres em Direito – que também dão aulas nas outras universidades. Hoje já não é preciso recorrer a estrangeiros nas áreas do Direito

- Problema de criação da UAC e da não continuidade do projecto. O governo não sabia como avançar e teve medo. Os doadores (sobretudo a Suécia) não apoiavam o Ensino Superior
- Problema do ensino público/privado – o problema não é a universidade mas sim a parceria simultânea apenas com a Universidade Lusófona (privada)
- Dificuldade de articulação reflexo da maneira de ser guineense assente nas pessoas e não nas instituições
- Problemas de financiamento da UAC
- A experiência começou mal porque começou pelo telhado – não se apostou na formação de professores
- Necessidade de reflexão: sector privado/social; investigação de todos os sectores sobre as necessidades de formação no sector privado e no social – o problema do desemprego e do enquadramento dos quadros
- IPAD devia seguir o percurso dos antigos alunos. Por exemplo a França, através da Embaixada, sabe o que os seus bolseiros estão a fazer. Portugal não tem qualquer preocupação em saber o que acontece a quem forma.

Questão 3

- Mudanças ascendentes de estatuto social
- Maiores rendimentos
- Reconhecimento social
- Maior domínio da língua portuguesa
- Possibilidade de formação superior, que de outra forma não teria sido possível
- Mudança de emprego

Questão 4

Os ex-alunos disseram não ter sentido constrangimentos ao longo da frequência do curso, reflexo da articulação entre o executor do projecto (FDUL) e a Cooperação Portuguesa. Relativamente aos anos em que frequentaram o curso apenas identificaram:

- Problemas de falta de manuais nos últimos anos do curso (2000/01)
- Carências ao nível da biblioteca

Questão 5

- É redutor reduzir o apoio ao Direito, na Guiné-Bissau, ao nível do ensino superior

- FDB é um produto maduro. A intervenção de Portugal deve estar num outro patamar – formação avançada e presença noutras áreas do ensino superior (formação de professores, novas tecnologias, empreendedorismo)
- Apostar na competência linguística – apostar na educação é fundamental e aqui Portugal tem um papel único a desempenhar
- Traduções em português – há uma pressão da sub-região para a utilização do francês. A França tem um investimento maior na língua francesa do que Portugal na língua portuguesa
- Ensino superior e investigação poderiam andar de mãos dadas
- Necessidade de alargar/diversificar a cooperação – necessidade de o governo definir prioridades
- Sector privado – formação na área do turismo, etc.
- Acesso a livros – não há venda de livros na Guiné-Bissau
- Portugal pode ter um papel estruturante na educação da Guiné-Bissau – formação de professores – os problemas da língua portuguesa e da qualidade do ensino secundário seriam resolvidos se a Cooperação Portuguesa interviesse na Escola Tchico Té e na 17 de Fevereiro e conferisse o grau de licenciatura nessas escolas.



Anexo 7 - Protocolo entre o IPAD e a FDUL

g.
Handwritten signature

PROCOLO

ENTRE

**IPAD – INSTITUTO PORTUGUÊS DE APOIO
AO DESENVOLVIMENTO**

E

**FDUL – FACULDADE DE DIREITO DA
UNIVERSIDADE DE LISBOA**

PARA

**O FINANCIAMENTO DO PROJECTO DE
COOPERAÇÃO COM A FDB – FACULDADE
DE DIREITO DE BISSAU**



7.
[Handwritten signature]

PROTOCOLO

Entre

Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento, adiante designado por IPAD, com sede na Avenida da Liberdade, n.º 192, 1.º a 5.º, 1250-147 Lisboa, Portugal, aqui representado com poderes para o acto na pessoa do seu Presidente,

E

Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, adiante designada por FDUL, com sede social na Alameda da Universidade, 1649-014 Lisboa, Portugal, aqui representado com poderes para o acto na pessoa do Presidente do Instituto da Cooperação Jurídica,

Em conjunto designados por Partes,

considerando que:

- a) A FDUL desenvolve desde 1989 um Projecto de Cooperação com a Faculdade de Direito de Bissau (FDB), Projecto que tem contado com o apoio da Cooperação Portuguesa;
- b) Se trata de um projecto na área do Ensino, área prioritária da Cooperação Portuguesa que integra um objectivo de consolidação da FDB enquanto escola jurídica, assumindo assim uma valência claramente estruturante;
- c) O Ensino Superior assume um papel fundamental na área da cultura e da formação cívica, da promoção de actividades sociais, científicas e técnicas e constitui um indicador de referência sobre o desenvolvimento de uma sociedade contemporânea, cabendo-lhe um lugar essencial na produção, desenvolvimento e dinamização da sociedade;
- d) O Projecto de Cooperação entre a FDUL e a FDB tem vindo a ser desenvolvido de uma forma sustentada e sistemática;
- e) A FDUL elaborou um Plano de Actividades de cooperação para o ano lectivo 2004/2005, com o qual se dá continuidade à intervenção prevista;



- f) O referido Plano de Actividades prevê a criação da menção em Administração Pública, através da criação de uma variante a partir do 3º ano do curso de Direito, de acordo com solicitação das autoridades guineenses e conforme previsto no Protocolo de Cooperação relativo ao apoio à FDB, celebrado em 22 de Julho de 1990, DR 1ª Série-A, nº14, de 17 de Janeiro de 1991,

entre as Partes celebra-se o presente Protocolo relativo ao financiamento do **Projecto de Cooperação entre a FDUL e a FDB**, constituído por sete folhas rubricadas, subordinado aos considerandos anteriores e ao seguinte clausulado:

Cláusula Primeira

Objecto

1. O presente Protocolo visa a constituição de uma parceria entre as Partes, no âmbito do financiamento pelo IPAD do Projecto de Cooperação entre a FDUL e a FDB, sendo doravante designada por Projecto.
2. O Projecto de cooperação com a FDB tem como objectivo apoiar o processo de consolidação da FDB, enquanto escola jurídica ao serviço da comunidade, através da criação de um corpo docente para as áreas jurídicas capaz de assumir responsabilidades científicas e pedagógicas dentro da Faculdade, reforçando por outro lado, em termos sociais, o sentimento de pertença a uma única comunidade e a um só ordenamento jurídico.

Cláusula Segunda

Aprovação das Acções

1. Para efeitos de aprovação das acções elegíveis no âmbito do presente Protocolo, a FDUL submeterá ao IPAD um Programa Anual de Actividades, contendo os seguintes elementos:
 - a) Identificação do Projecto – área de intervenção, actividades que o compõem, data de início e cronograma de execução e identificação dos beneficiários;
 - b) Orçamento detalhado e nota justificativa do orçamento;

4.
Am



- Luís*
- c) Se aplicável, identificação de terceiras entidades envolvidas, portuguesas e/ou do Estado onde a acção se realize;
 - d) Eventuais co-financiamentos angariados ou em fase de angariação;
 - e) No caso específico de acções em execução, descrição do estado de andamento da acção.
2. O Programa Anual de Actividades previsto no número anterior, devidamente instruído com o documento de projecto, deve ser apresentado ao IPAD até 31 de Março do ano a que diz respeito.
 3. O IPAD deve proceder à análise e aprovação do Programa Anual de Actividades apresentado pelo FDUL até 30 de Junho do ano a que diz respeito, comunicando àquela Faculdade, nos 10 dias seguintes à decisão, quais às componentes do Projecto aprovadas e aquelas que não merecerão o apoio do IPAD.

Cláusula Terceira **Concretização do Apoio pelo IPAD**

1. A mobilização dos recursos financeiros aprovados, do IPAD para a FDUL, será condicionada à apresentação dos correspondentes documentos comprovativos de despesa.
2. No final do Plano de Actividades apoiado no âmbito do presente Protocolo e até 30 dias após a sua conclusão, a FDUL apresentará ao IPAD um relatório de execução contendo, pelo menos os seguintes aspectos:
 - a) Relatório que a entidade beneficiária, FDB, deverá apresentar até ao dia 30 de Outubro, ao IPAD e à FDUL, que permita avaliar a execução do projecto no ano lectivo anterior. Desse relatório deverão constar indicadores cuja verificação objectiva permitirá aferir do sucesso do projecto: o grau de integração dos alunos e dos licenciados pela FDB nas instituições guineenses, o número de licenciados em cada ano lectivo, o número de docentes da FDB que obtenham o grau de mestre bem como o grau de doutor, a participação nas iniciativas de divulgação e discussão de temas jurídicos e publicação de obras jurídicas relacionadas com a ordem jurídica guineense.



- 57

- b) Caso seja aplicável, indicação das actividades previstas e não realizadas, bem como dos motivos da não realização;
 - c) Quadro de execução financeira, contendo, pelo menos, uma coluna com o orçamento detalhado da acção e outra com a execução do mesmo;
 - d) mapa detalhado de despesas, elaborado de acordo com o orçamento que esteve na base da aprovação do Projecto, com a identificação individual de cada documento de despesa apresentado quanto à entidade que o emitiu, tipo e n.º de identificação, data de emissão, valor em Euros (caso o documento seja em moeda que não o Euro, indicação da taxa de conversão).

Cláusula Quarta **Obrigações das Partes**

São obrigações das Partes, nomeadamente:

- a) Observar os compromissos assumidos no presente Protocolo;
- b) AFDUL será responsável pela execução do Projecto;
- c) O IPAD será responsável pelo acompanhamento do Projecto;
- d) A FDUL deverá comunicar ao IPAD, imediatamente por qualquer meio e com confirmação posterior por escrito, toda e qualquer alteração dos termos do Projecto, ou qualquer dificuldade na implementação do Projecto.

Cláusula Quinta **Controlo e Avaliação**

1. O IPAD reserva o direito de verificar a qualquer momento, por si ou por quem venha a nomear, a forma como o financiamento foi aplicado, designadamente da sua conformidade com os termos previstos no presente Protocolo.
2. Com vista ao procedimento previsto no número anterior, a FDUL assegurará a consulta a todos os elementos de informação solicitados.



Handwritten signature

Cláusula Sexta

Cooperação

As Partes comprometem-se, na medida das suas possibilidades, a promover, estimular e desenvolver as acções necessárias, de modo a assegurar que o âmbito e objectivos do Projecto sejam atingidos com total sucesso. Para esse fim, cada uma das Partes fornecerá à outra documentação e informação que considere de interesse para a implementação do presente Protocolo.

Cláusula Sétima

Diferendos

Se algum diferendo surgir relativamente à aplicação ou interpretação deste Protocolo, proceder-se-á a consultas entre as Partes, com vista à sua resolução dentro dos princípios que nortearam a sua celebração.

Cláusula Oitava

Entrada em vigor, vigência e denúncia

1. O presente Protocolo entra em vigor na data da sua assinatura e mantém-se válido por um período de três anos.
2. O incumprimento das obrigações decorrentes do presente Protocolo que inviabilize ou prejudique a sua execução confere à parte cumpridora o direito à sua resolução imediata com base em justa causa eximindo-se, assim, de toda e qualquer responsabilidade perante terceiros eventualmente prejudicados pela resolução.
3. A resolução sem justa causa do presente Protocolo terá efeitos no décimo quinto dia a contar da data da recepção da comunicação escrita da Parte que a promova, sendo da sua responsabilidade o pagamento de todas as indemnizações a que haja lugar.



Feito em Lisboa, aos dias do mês de de 2004, em dois originais de Língua Portuguesa, fazendo os textos igualmente fé.

Pelo Instituto Português
de Apoio ao Desenvolvimento


Luís de Almeida Sampaio

Pelo Instituto da Cooperação Jurídica da
Faculdade de Direito da Universidade de
Lisboa



Anexo 8 – Bibliografia

- AUGUSTO MATEUS & ASSOCIADOS; 2006; *Avaliação da política de bolsas do IPAD*, IPAD.
http://www.ipad.mne.gov.pt/images/stories/Avaliacao/bolsas_rel-final.pdf
- BM; 2007; *Guinea-Bissau at a glance*; http://devdata.worldbank.org/AAG/gnb_aag.pdf
- COOPERAÇÃO PORTUGUESA, 2005, *Uma Visão Estratégica para a Cooperação Portuguesa*.
- COWI, 2005, *Improving Development Assistance to Fragile States*, GEPPA Conference, March.
- COWI, 2005, *Improving Development Assistance to Fragile States*.
http://www.odi.org.uk/events/states_06/26thApril/Brorson_Brett_Krogh_Skadk%E6r.pdf
- Declaração de Paris sobre a Eficácia da Ajuda ao Desenvolvimento; 2005;
http://www.ipad.mne.gov.pt/images/stories/APD/declaraparis_portg_1.pdf
- FEC; 2002; *Relatório final PAEIGB (2ª fase), 2001/2002*
2002; *Relatório de visita ao PAEIGB, 2001/2002*
2002; *Relatório de avaliação intermédia ao PAEIGB, 2001/2002*
2003; *Relatório final (3ª fase) 2002/2003*
2005; *Relatório de actividades*
2006; *Relatório intermédio 2005/2006*
2006; *Relatório final 2003/2006*
2007; *Relatório de monitorização 2006/2007*
2007; *Relatório final PAEIGB 2006/2007*
2007; *Projecto +Escola, Proposta narrativa*
- DFID, 2005; *Why we need to work more effectively in fragile states*.
<http://www.dfid.gov.uk/Pubs/files/fragilestates-paper.pdf>
- FDUL; 2004; *Projecto de cooperação com a FDB*.
- FDUL; 2005; *Projecto de cooperação com a FDB*.
- FDUL; 2005; *Relatório de actividades do projecto de cooperação com a FDB*.
- FDUL; 2006; *Projecto de cooperação com a FDB*.
- FDUL; 2006; *Relatório de actividades do projecto de cooperação com a FDB*.
- FDUL; 2007; *Relatório de actividades do projecto de cooperação com a FDB*.
- GEORGE, C.; 2001; *The quantification of Impacts*, <http://www.enterprise-impact.org.uk/word-files/QuantitativeMethods.doc>
- GUINÉ-BISSAU; 2006; *Rapport de mise en œuvre du programme d'action de Bruxelles en faveur des pays les moins avances pour la décennie 2001-2010*.
- ICP; 1998; *Avaliação do Projecto de Cooperação da Faculdade de Direito de Bissau*.
<http://www.ipad.mne.gov.pt/images/stories/Avaliacao/SumExecFaculdadeDireitoBissauIPAD1.pdf>
- IEG; 2007; *Engaging with Fragile States*; <http://www.worldbank.org/ieg/licus/download.html>
- IPAD; 2002; *Documento de Estratégia de Cooperação UE-Guiné-Bissau*,
http://www.ipad.mne.gov.pt/pdfs/_estrategia_guinebissau.pdf
- IPAD; 2004; *Cooperação Portugal/Guiné-Bissau. Ponto de Situação*.
- IPAD; 2005; *A Cooperação de Portugal com a Guiné-Bissau. Ponto de Situação*.
- IPAD; 2006; *Missão Técnica de Acompanhamento de Projectos (27 de Junho a 4 de Julho)*.
- IPAD; 2007; *Guia de Avaliação*; <http://www.ipad.mne.gov.pt/images/stories/Avaliacao/guiaava107.pdf>
- LEADER, N.; CLENZO, P., 2005, *Aid Instruments in Fragile States*, PRDE Working Paper 5, Jan. (draft for consultation). <http://www.oecd.org/dataoecd/53/52/34260696.pdf>
- MICHAELOWA, K.; WEBER, A.; 2007; *Aid effectiveness in Primary, Secondary and tertiary education*; Background paper prepared for the “Education for All Global Monitoring Report 2008. Education for All by 2015: will we make it?” UNESCO.
<http://unesdoc.unesco.org/images/0015/001555/155559e.pdf>
- MNE/IPAD; 2005; *Uma Visão Estratégica para a Cooperação Portuguesa*;
http://www.ipad.mne.gov.pt/images/stories/Publicacoes/Visao_Estrategica_editado.pdf
- MONTEIRO; J. H.; 2005; *A Educação na Guiné-Bissau. Bases para uma estratégia sectorial renovada*. PAEB/FIRKIDJA.
- OCDE; 2005; *Harmonisation and Alignment in Fragile States*.
<http://www.oecd.org/dataoecd/20/56/34084353.pdf>
- OCDE; 2006; *Ensuring fragile States are not left behind*. <http://www.oecd.org/dataoecd/36/56/38572891.pdf>
- OCDE; 2007; *Geographical Distribution of Financial Flows to Aid Recipients 2001-2005*.
- OCDE; 2007; *Principles for Good International Engagement in Fragile States*.
<http://www.oecd.org/dataoecd/61/45/38368714.pdf>
- OED; 2004; *OED and Impact Evaluation – a discussion note*;
http://www.worldbank.org/oed/docs/world_bank_oed_impact_evaluations.pdf

- PASEG; 2006; *Começar em Português. Manual para Alfabetizadores*. Guiné-Bissau.
- PNUD; 2006; *Rapport national sur le développement humain en Guinée-Bissau. «Réformer les politiques pour atteindre les objectifs du millénaire pour le développement en Guinée-Bissau»*.
<http://www.gw.undp.org/rndhgw.pdf>
- PNUD; 2007; *Plano-Quadro das Nações Unidas de Apoio ao Desenvolvimento (PNUAD) Guiné-Bissau 2008-2012*.
- PUND; 2007; *Relatório do Desenvolvimento Humano 2007-2008*, PUND.
- REPÚBLICA DA GUINÉ-BISSAU; 1988; *Estratégia de Desenvolvimento do Ensino*.
- REPÚBLICA DA GUINÉ-BISSAU; 2000; *National Poverty Reduction Strategy Paper* (Interim).
<http://poverty2.forumone.com/files/guineabissau%20jprsp.pdf>
- REPÚBLICA DA GUINÉ-BISSAU; 2001; *Declaração de Política Educativa*.
- REPÚBLICA DA GUINÉ-BISSAU; 2004; *Documento de Estratégia Nacional de Redução da Pobreza (DENARP)*.
- REPÚBLICA DA GUINÉ-BISSAU; 2004; *PNA/EPT*.
- REPÚBLICA DA GUINÉ-BISSAU; 2005; *Documento de Estratégia Nacional de Redução da Pobreza (DENARP; Versão corrigida em Outubro de 2005 na base do DENARP adoptado em Agosto de 2004)*.
- REPUBLIQUE DE GUINEE BISSAU; PUND, 2006; *Premier rapport sur les Objectifs du Millénaire pour le Développement en Guinée Bissau*.